

COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

O BRASIL ARMADO

A expansão do poder militar



CONHEÇA O PARTIDO DOS POBRES

VEJA ERROU COM SIMON?

Leia o que dizem os editores dos maiores jornais do país

OS RUMOS DA NOVA ESQUERDA

Este Jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa, de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bomes
Secretário
Osmar Trindade
Redação
Rosvita Saueressig, Baru Derquin, Luiz Carlos Merten, Jorge Gallina, Elaine Lerner, Lenora Vargas, Lillian Bem David, Maria Angélica de Moraes, Maurecy Santos, Rafael Guimarães, Tomás Pereira, Ademair Vargas de Freitas, Eduardo Tavares, Chico Daniel, Mauro Toralles, Edgar Vasques, Sérgio Batsow, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Eduardo Bueno, Ariosto Teixeira (Brasil), Marcelo Pontes (Rio), Geraldo Hasse (São Paulo), Paolo Marconi (Salvador), Sílvia Costa (França), Eva Dürr (Alemanha), Licínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque), Jacó Filho (Londres)

Gerência
Francisco Alba
Comercial
Enio Lindenbaum
Circulação e assinaturas
Manoel Canabarro, Renan Carvalho Rodrigues, Egidio Dalmina, Sílvia L. da Silva, Edson d'Ávila, Deolde César Dorneles

Diretor Editorial
José Antônio Vieira da Cunha
Indústria
Ivan Ferreira Franco, Hélio Pinho, Luiz Alberto da Costa, Paulo Ricardo Nobre, Francisco Altair dos Santos, Cleusa Regina Borsatto, Cláudio Bomfim da Luz, Carlos Neves Diniz (composição), Sílvia de Ávila Berni, Edson Ubiratan Trindade, Maria de Lourdes Lima, Osvaldo Lucas, Fernando S. Zemor, Danclar Jesus Rossato (revisão), Atil Vineton Medeiros, Júlio César Ferrari, José Luiz dos Santos (fotolito), Luiz Gustavo Machado, Luiz Augusto de Oliveira, João Carlos Meirelles, Ari Roberto da Silva, Paulo Roberto de Ávila (montagem), Paulo Roberto de Azeredo Sá (Coordenador), Júlio César Romano Martins (subcoordenador), Carlos Milton de Goz Rios (chefe de produção).

A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones: 33 5099, 33 5990 e 33 5743 — Telex (051) 1605

Registro nº 33170/Livro A1
Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Afonso Ritter, João Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Antônio Oliveira, Agnese Schiffino, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello e Regina Vasques (Conselheiros Fiscais), Assis Hofmann, Elmar Bomes, Hélio Gama, João Avelino, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaráci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Adélia Porto da Silva, Ademair Vargas, Angela Beatriz Riccardi, Antonio Britto, Antonio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecka, Carlos Urbim, Carlos Mosmann, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Delmar Marques, Edgar Vasques, Erni Quaresma, Euclides Torres, Imara Stallbaum, Jandira César, José Antônio Ribeiro, José Félix Valente, Julieta Pereira, Léo Tavejnhansky, Licínio de Azevedo, Luiz Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodtke, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Paulo de Tarso Riccardi, Paulo Gerson de Oliveira, Renato Pinto da Silva, Sérgio Moita, Silmar Müller, Clóvis Malta, Omar de Barros F., João Carlos F. da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, João B. Scalco, Eva Caparelli, Maristela Baires, Telmo Zanini, Iara Bendatti, Afonso Licks, Victor Hugo Sperber, Jaime Klintowitz, Sílvia Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto André, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Freitas, Renan de Oliveira, Antonio Gonzales, Mário Villas-Boas da Rocha, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomerindo Coutinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escostéguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Luiz Afonso Franz, Eugênio Bortolon, Mario Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antonio Simch, Sérgio Caparelli, Lauro Quadros, Marcelo Oscar Lopes, Maria Inês Burger, José A. Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Tomello, José Abu-Jamra, Sérgio Becker, Francisco Dias Lopes, Lillian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Fernando Bueno, Edgar Lisboa, Carlos Karnas, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Vera Regina Monteiro, Amauri Melo, Paulo Macedo, Marco Antonio Schuster, Neusa Tasca, Otilia Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Figueiredo, Iara Poran Müller, Zélia Leal, Luiz Artech, Neusa Ribeiro, Marcos Antonio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antonio Ranzolin, André Jockyman, Jaime Copstein, Raul Rubenich, Citina Leal, Leonardo Dourado, Edson Gomes Chaves, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaíne Silveira, Adroaldo Correa, Vera Daisy Barcelos, Maria da Graça Seligman, Humberto Andreatta, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Moura, Paulo Fogaça, Severino Goes, Fernando Guedes, Neltair Abreu, Maria da Graça Silva, Walmaro Paz, Milton Fernando Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luísa Teixeira, Julio Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise Fetter, Luiz Antonio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmem Laviaguerra Silveira, Nelson Baibich, Francisco Daniel Silva, Orlando Kern, Vera Costa, Juarez Fonseca, Maria Eloi da Silveira, Renato Kern, Vera Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Barros, José Eneid Francisco, José Roberto Carcez, Valdir da Silva, Cândido Cruz, Luiz Carlos Felizardo, Francisco Juska, Carlos Rafael Guimarães F., Carlos Frederico Mens, Eduardo San Martin, Ilza Girardi, Eugênio Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ennio Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Filgueiras, Lara Terezinha Schilling, Fernando Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Sílvia Correa, Luiz Carlos Ferreira, Anibal Bendatti, Arthur Oliveira F., Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Simch, Orides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Ruschel, Luiz Fernando Verissimo, José Luis Prévadi, Maria Elaine Borges, Eduardo Bueno, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Toralles, Luiz Lanzetta, Alice Urbim, Ana Maria Barros, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antonio Canabarro Trois, Bernadete Viana, Eloisa Beatriz Enck, Carlos Alexandre Castro, Cristina Baptista Pereira, José Ribeiro Fontes, Mário Nascimento, Riomar Trindade, Rômulo Krafft, Vera Maria Bosak, Patrício Davila Bentes, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coelho, Juvenal da Luz Neto, Juan Carlos Gómez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Paz Teixeira, Ayrton Centeno, Celso Schroeder, Milton Ribeiro da Silva, José Antonio Severo, Lucila Camargo, Paolo Marconi, Maurecy Santos, Hélio Ferreira, Luiz Humberto, Valter Firmo, Manuel Joaquim Martins, Jorge Meditsch, Pedro Flores, José Reduzino de Araújo, Antonio Carlos Esteves, Paulo Cancian, Amilton Vieira, Eduardo Tavares e Carlos Cagno.

Associado à

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Você já deve ter lido nos jornais que o mundo anda se curvando (mais uma vez) diante da gente. Agora são alguns instrumentos de guerra fabricados por empresas brasileiras. Pois é, vamos exportar mais de 300 milhões de dólares este ano! Aviões, tanques, canhões. O Brasil já "ocupa o sexto lugar entre os integrantes do ramo mais seletivo e sofisticado do comércio internacional, o dos grandes produtores de armas". Temos o maior fabricante de blindados do mundo, fora a União Soviética! Também já temos o canhão mais moderno do mundo, uma máquina fantástica que dá 1.600 tiros por minuto e faz pontaria com uso de raio laser. Apareceu até no Jornal Nacional agora em setembro, a cores para todo o país. Os jornais ainda informam que na Bahia está sendo testada uma metralhadora que é do tamanho de uma pistola e dá trinta tiros. Chama-se Lacraia. Uma outra, mesmo caindo n'água, mergulhada na areia ou na lama não nega fogo. Há três fábricas de metralhadoras no país!

Você leu e pensou nisso, certamente. Pois estas notícias não mostram mais do que a parte aparente desse iceberg. As exportações de armas são consequência de um programa de expansão militar muito mais amplo, e que hoje impulsiona uma acelerada corrida armamentista no subcontinente sul-americano. E o parque industrial bélico que existe e cresce no país é consequência de uma coincidência muito ajustada entre os interesses do governo brasileiro e os do comércio internacional de armas. Os interesses dos fabricantes de armamentos dos países centrais, na atualidade, vai além da simples busca de mercados para os seus produtos. Eles estão também empenhados em transferir parte da produção de material bélico para países da periferia, especialmente aqueles com potencial de desenvolvimento econômico importante. O Brasil hoje fabrica armas com patentes italianas, francesas, alemãs, norte-americanas e inglesas, armas que exigem uma parte de componentes — os mais sofisticados, geralmente — importados. Muitas dessas empresas também participam da produção, associadas a grupos nacionais. E outras tantas continuam assediando com suas propostas. Para as multinacionais de guerra, o Brasil é um alto negócio. Para o regime brasileiro significa a oportunidade de consolidar rapidamente a base que as teses da segurança nacional recomendam como necessária à hegemonia no subcontinente e aos seus planos de segurança interna.

É um assunto delicado, cheio de sigilos e de selos confidenciais. Terreno pedregoso, no qual estamos entrando para uma primeira abordagem na reportagem que começa na página 16 e cujo título se inspira numa marchinha do cantor e compositor Juca Chaves. A música, de vinte anos atrás, satirizava a compra do porta-aviões Minas Gerais — remanescente da Segunda Guerra, que, para chegar ao Brasil em condições, precisou passar três anos pelos estaleiros da Holanda. Seu título — Brasil já vai à Guerra — hoje tem outro sentido, mas o espírito é o mesmo.



Logo nas páginas seguintes, descrevemos o trabalho do chamado Movimento Eclesial, a ação da Igreja Católica junto às bases comunitárias, nós bairros, nas prisões e até nas escolas de samba. É uma outra visão do problema brasileiro.

O EDITOR

Tiragem desta edição: 35 mil exemplares.

NESTA EDIÇÃO:

4	Passaralho — A história de um estranho ser que ataca nas redações e agora chega ao palco	Esquerda — Ela passou por um vendaval nos últimos dez anos. E agora para onde vai?	14
6	Faoro — O líder dos advogados do Brasil fala da sua nova atividade: jornalista	Intervenção — Alguns papéis secretos sobre a intervenção em São Domingos	22
8	Partidos — Carlos Alberto Sardenberg explica a geléia geral partidária	Igreja — A ação da Igreja junto ao povo, como um verdadeiro partido dos pobres	25

16 a 22 Brasil Armado — Os gastos com a defesa e a nossa moderna indústria da guerra

A coragem de um empresário

Gostaria que o Coojornal apresentasse uma reportagem sobre as constantes perseguições de que é vítima um homem corajoso como Kurt Mirow, industrial que há poucos meses mandou publicar um comunicado pela imprensa, no qual anunciava o encerramento das atividades da fábrica de sua propriedade devido às insuportáveis pressões exercidas pelas multinacionais, as quais vinham sendo denunciadas por ele em entrevistas e livros que chegaram a ser proibidos de circular...

Também gostaria de ver desenvolvido pelo Coojornal um levantamento, o mais amplo que for possível, da atuação da mulher nas atividades políticas, na mobilização das comunidades, no levantamento de problemas por este Brasil afora. Podemos ter alguma idéia desse trabalho feito perto de nós, mas, o que é feito em todo o Brasil? E precisamos saber ainda quais os grandes obstáculos que precisam ser vencidos.

Aproveito para enviar meus parabéns ao repórter Caco Barcelos: todas as suas reportagens têm sido fabulosas, especialmente as referentes à usina de Three Mile Island e à guerra na Nicarágua.

Anna Maria de Andrade Marques, São Paulo, SP

Os bispos sem ranços tomistas

Concordo, em parte, com a opinião do leitor João Paulo Cecatto sobre o papel assumido, pela Igreja Católica, nos últimos quinze anos de vida política no Brasil.

Apenas gostaria que ficasse registrado o desempenho inovador, livre de disputas partidárias e ranços tomistas, que sempre caracterizou a ala progressista de nossa Igreja, representada, principalmente, pelos bispos Helder Câmara, Paulo Evaristo Arns e Pedro Casaldáliga.

Esses religiosos, verdadeiros apóstolos das liberdades democráticas, sempre primaram pelos esforços despendidos em prol da justiça social e observando sempre a orientação da igreja moderna, no sentido de não interferir no poder constituído.

Carlos Riella, Porto Alegre, RS

Pontos de vista

Relendo a Revista do Globo, numa edição de 1948, acompanhei com interesse o ponto de vista dos deputados Mem de Sá, Victor Graeff, Oscar Carneiro da Fontoura, Rodrigo Magalhães, Luiz Campagnoni e Leonel Brizola, respectivamente do Partido Libertador, União Democrática Nacional, Partido Social Democrático, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido de Representação Popular e novamente PTB. Todos se manifestavam sobre o Brasil que, naquela época, se encontrava à beira do abismo.

Todas as respostas fizeram referências a problemas como educação, riqueza, ensino e imigração; porém, Campagnoni apresentou a seguinte, que considero digna de transcrição:

"O maior problema é a crise de caráter de enormes setores nacionais, gerando a ausência de espírito público, o oportunismo dos poderosos, o desespero dos desprotegidos. Cristianizadas as consciências, o Brasil terá uma elite capaz..."
Wilmar Lutz Farias, São Leopoldo, RS

Anistia aos presos primários

No programa Abertura, da rede Tupi de Televisão, o cartunista e jornalista Ziraldo sugeriu uma campanha nacional pela libertação, através do indulto do presidente da República, dos presos primários de todas as penitenciárias brasileiras, já no próximo Natal. Como sabemos, nossos presídios são verdadeiras academias de violência e crime, devido ao gravíssimo problema da superlotação. O retorno imediato dos presos primários à vida em sociedade é, nas atuais condições carcerárias, a melhor forma de resolver o problema. Todo brasileiro consciente deveria apoiar esta campanha.
Geraldo Miguel Ribeiro, Porto Alegre, RS

O homem, o rio e a mata, riquezas de nossa Amazônia

É para indignar qualquer brasileiro, mormente os que conhecem o Amazonas e o Alto Rio Negro, essa estória das pirâmides descobertas por lá. Os cidadãos que estão descobrindo estas bizantínicas deveriam passar por um processo de reeducação acadêmica. Nesta época de destruição da Amazônia, por forças de aquém e além-mar, melhor seria que reuníssemos forças para despertar as consciências em favor da defesa da região.

Acabo de voltar de longa viagem pelo rio Solimões — que percorri durante 25 dias, a bordo de pequeno barco de um amigo, vendo, sentindo, anotando e, como faço agora, levando a muitos brasileiros minha opinião — e não posso omitir-me em relação ao que se fala e escreve sobre a Amazônia. Se, aqui e acolá, vemos escritos de um Márcio de Souza, Evandro Carreira, Lúcio Flávio Pinto, Samuel Benchimel, Horwin, por outro lado lemos besteiras como estas das pirâmides.

Ora, as três grandes pirâmides da Amazônia são o homem, o rio e a mata, todas três por serem descobertas e dignificadas! Por que não se faz sensacionalismo em torno dos grandes peixes dos rios amazônicos? Por que não se difunde a idéia de a Amazônia ser a grande usina de alimentos do mundo, já que tem 80 mil quilômetros de rios, lagos, igarapés? Por que não se difunde a idéia de fazer da Amazônia o celeiro do Brasil, buscando na sua avifauna, na sua reserva ictiológica, a maior do mundo, alimentos para o homem?

Mas não: grandes (no formato) revistas se prestam à divulgação de matérias contra os verdadeiros interesses nacionais, mostrando uma Amazônia de sonhos. de Zona Franca, de Transamazônica (quando esta estrada não passa de uma trilha de pacas diante do rendilhado de rios que é a Amazônia).

Volto indignado do Alto Solimões porque quase tudo que lera foi escrito por gente que jamais passou do "encontro das águas" do rio Negro com o Solimões. Visitar Manaus não é ver a Amazônia; comprar na Zona Franca não é conhecer a terrível realidade do Alto Solimões, onde barcos do Peru e Colômbia sobem e descem, andando também pelo Japurá e Javari, comprando nosso peixe a preço vil e vendendo café, cerveja, cigarros e combustol.

O problema da Amazônia é sério demais. São milhões de árvores que caem, são milhões de anos de trabalho lento de sedimentação, de fertilização da ténue camada arável, que estão sendo destruídos de maneira irreversível — enquanto isto, há quem se preocupe com decorativas pirâmides, objetos curiosos para o deleite inconsequente de arqueólogos alienados.

Jorge Baleeiro de Lacerda, Francisco Beltrão, PR

A liberdade negada em Cuba

Considero que o ensaio ou *A Imprensa, entre Fidel e o Estadão*, de José Onofre, foi um dos melhores publicados na edição 43 do *Coojornal*.

Eu, de minha parte, já ficara muito surpreso ao ver que um político e jornalista como Fernando Moraes e até um grande compositor como Chico Buarque aceitaram o exemplo de Cuba como uma

As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas. Remeter para Rua Comendador Coruja, nº 372, Porto Alegre.



verdadeira democracia, quando lá não existe liberdade de imprensa.

Admito que em Cuba ninguém passe fome e todos tenham oportunidades de estudar, ter um lugar para morar, etc. Porém, a inexistência de liberdade de imprensa e a existência de prisioneiros políticos são facetas que comprovam mais ainda que Cuba não é democrática.

Com que condições morais pode o Fernando Moraes exigir liberdade de imprensa no Brasil, se ele mesmo concorda que ela inexistente em Cuba? Com que condições morais pode o Chico Buarque combater a censura no Brasil, se, o mesmo fecha os olhos para a censura cubana? Toda esta situação parece-me muito contraditória. E além do mais, jornalistas e homens públicos têm uma obrigação maior do que qualquer outra pessoa, de defender a liberdade de expressão — e não aceitá-la.

Luiz R. Torres, São Paulo, SP

Censura aérea

Ao ensejo da abertura democrática cabe-nos relatar inusitado fato antedemocrático surgido no bojo de uma aeronave de nossa querida Varig. No voo 234, de Belém a Manaus, do dia seis de agosto, após ter-nos sido oferecido um suculento desjejum, enquanto sobrevoávamos a agora já depredada Amazônia e, vendo que nenhuma leitura era oferecida à bordo, tratamos de distribuir, através da simpaticíssima comissária Fiorotti, alguns exemplares do *Coojornal* e *O Rio Grande*, que tínhamos em nossa bagagem. Eis que, após a devida análise do alto comissariado de bordo, foi-nos dito que a censura realizada não poderia atender nossa pretensão, pois poderia tratar-se de algo suspeito. Alguns títulos daquela edição 43 do *Coojornal*: "Ex-Amazônia...", "A Igreja lê Marx..."

Interessante seria que este periódico se dirigisse à Varig, interrogando-lhe dos critérios quanto à leitura de jornais e revistas a bordo e saber qual a autoridade de uma comissária em proibir a leitura do jornal.

Arnaldo Silvestre Mallmann, Porto Alegre, RS

Recentemente desloquei-me ao norte do país para participar de importante conclave sobre cooperativismo. Um de meus companheiros levou regular quantidade de exemplares do *Coojornal* e *O Rio Grande*. Pois qual não foi minha surpresa quando, ao tentarmos entregar os jornais à tripulação para que os distribuísemos como leitura de bordo, os mesmos nos foram devolvidos com a desculpa de que não seriam distribuídos porque poderiam "criar problemas". Diga-se de passagem que os demais componentes da tripulação foram gentilíssimos e não me

pareceu que endossassem tal ponto de vista.

Pergunto: quais os critérios adotados pela Varig na seleção de sua leitura de bordo? Será que nossos jornais não são dignos de figurar ao lado de outros periódicos (como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*), de objetividade inclusive discutível e que são fartamente distribuídos a bordo?

José Fúlvio Amaral, Guaíba, RS

Nota da Redação — O gerente de Propaganda da Varig em Porto Alegre, Mário Albuquerque, informou que todo material distribuído a bordo dos aviões da Varig e Cruzeiro, inclusive de leitura, é submetido à Diretoria dos Serviços de Bordo, no Rio. Trata-se, segundo ele, de um critério de trabalho, não havendo nenhuma restrição ao *Coojornal* e ao *O Rio Grande*.

A quem interessa o voto distrital

No nº 43 do *Coojornal* foi publicado um trabalho do Prof. Eduardo Dutra Aydos onde este fazia uma projeção dos resultados eleitorais de 1976 e 1978 sobre três hipóteses de divisão de distritos eleitorais, concluindo que, na vigência de qualquer uma delas, a Oposição, mais precisamente o MDB, sairia vitoriosa nas eleições e até aumentaria sua representação parlamentar. Esta conclusão levou o autor a recomendar a defesa do Voto Distrital por parte do MDB.

Pretendemos, aqui, discutir alguns aspectos do trabalho do Prof. Aydos dentro do espírito geral do debate sobre a conveniência ou não da adoção do Voto Distrital no Brasil. Não pretendemos entrar propriamente no mérito de suas conclusões, mas rebater a metodologia adotada para chegar até elas. Reconhecemos que, do ponto de vista de uma abordagem meramente quantitativa da problemática do Voto Distrital, não restariam muitas opções, a não ser projetar resultados eleitorais em estado bruto sobre hipóteses de divisão de distritos eleitorais. Entretanto, este procedimento não nos parece satisfatório para encarar o Voto Distrital, nem a base principal sobre a qual deva ser sugerida a adoção ou não dessa modalidade eleitoral pelo partido da Oposição.

Partilhamos do ponto de vista de que as questões referentes ao Voto Distrital não se resumem a um problema de "matemática eleitoral", nem tampouco de "geografia eleitoral". O Prof. Aydos, entretanto, preferiu fixar-se nos aspectos quantitativos, secundarizando ou omitindo os aspectos qualitativos, de significativa importância. Estes precisariam ser encarados com mais cuidado e atenção, mas não é o que acontece no trabalho referido.

Não há como não chamar a atenção para o fato de que uma postura é tirar conclusões sobre a oportunidade e até conveniência de ser adotado o Voto Distrital, do ponto de vista dos interesses eleitorais do MDB, com base na projeção de três variáveis de divisão de distritos eleitorais, sobre "resultados eleitorais" acabados, brutos. Outra postura, bastante distinta, é projetar essa hipotética divisão sobre um processo eleitoral e político, com os elementos de condicionamento e influência sobre os resultados eleitorais que, sabidamente, estes exercem.

Provavelmente, se as eleições de 76 e 78 tivessem sido realizadas sob a modalidade do Voto Distrital os "resultados eleitorais" não teriam sido os mesmos sobre os quais o Prof. Aydos fez projeções e tirou suas conclusões. Todos os componentes formais, econômicos, sociais e políticos que envolvem e caracterizam a modalidade do Voto Distrital certamente fariam sentir sua influência sobre os resultados eleitorais.

É preciso muita "ingenuidade" para não perceber que não é outra a intenção dos que, de dentro do regime brasileiro, procuram impor a vigência do Voto Distrital. Ou seja: reverter a dinâmica do processo eleitoral brasileiro dos últimos anos, desfavorável ao governo e ao partido de sua representação, e favorável ao partido da Oposição.

Este dado implica na consideração de uma série de outros elementos (de avaliação qualitativa da conjuntura política brasileira dos últimos anos) que não podem ser esgotados neste breve comentário, mas que, necessariamente, precisariam ao menos ser referidos pelo Prof. Aydos.

As eleições de 76 e 78 foram realizadas em conjunturas político-partidárias diferentes, e a própria modalidade do sistema de voto proporcional para as Câmaras de Vereadores, Assembléia Legislativa a Câmara de Deputados, favoreceu um determinado tipo de campanha eleitoral, selecionou temas e candidatos, enfim. A modalidade do Voto Distrital certamente estabeleceria uma outra situação e os resultados também seriam outros, o que, segundo nos parece, invalida, em boa parte, as bases sobre as quais se fundamentam as conclusões e sugestões do Prof. Aydos, embora a sofisticação quantitativa da metodologia empregada.

Dilan Camargo, Porto Alegre, RS

18 meses antes

Gostaria de saber como é que vocês sabiam direitinho, há mais de um ano, como seria a anistia (*Coojornal* nº 24, de janeiro de 1978)? Hoje aí está o projeto de anistia, tal e qual o *Coojornal* nos revelou há tanto tempo. Parabéns: mandem brasa e continuem assim.

Maria Inez Azambuja, Rio de Janeiro, RJ

Simone Weil está traduzida

Li, na resenha apresentada do livro *Greve na Fábrica*, de Robert Lubart, a referência à obra de Simone Weil, em que o autor das linhas, Moacir Scliar, lamenta que não estivesse traduzida no Brasil. Tenho a informar que acabo de ver nas livrarias um volume da *Condição Operária e outros ensaios*, desta autora, em edição da mesma editora: Paz e Terra, 1979, Rio.

Roldão Simas Filho, Rio de Janeiro, RJ

ASSINE O
COOJORNAL!

Xô, Passaralho!*

Uma peça fala de um estranho ser que ataca nas redações. Os jornais ignoram

Sexta-feira, 31 de agosto de 1979. Dez minutos antes do início do espetáculo, a bilheteria do Teatro Cláudio Gil, no Rio, estampa a clássica tabuleta *Lotação Esgotada*. A peça *A Resistência* de Maria Adelaide Amaral, em cartaz desde 14 de agosto, com temporada carioca até dezembro, atrai um grande público, que se emociona, chora, ri, chegando a aplaudir em cena aberta.

Encerrado o espetáculo, o diretor Ceyl Thiré entra no palco, interrompe os aplausos e faz um apelo: que os espectadores divulguem a peça junto aos amigos, pelo velho sistema da propaganda boca-a-boca, porque através da imprensa está difícil.

O público acolhe o apelo, sem se surpreender com a denúncia de má vontade da imprensa. Afinal, *A Resistência* se passa numa redação de revista e trata dos problemas de jornalistas ameaçados por um **passaralho**, ave sinistra que corta cabeças em momentos de "contenção de despesas". Em cena aparecem sete personagens, todos de uma mesma redação.

Embora localizada numa redação de revista, *A Resistência* trata de um problema universal, corriqueiro e sempre atual: o medo de perder o emprego, o comportamento das pessoas diante do **passaralho**, o drama humano que se desenvolve enquanto a direção da empresa decide quantos irão para a rua. Por isso, todo assalariado tende a identificar na peça uma situação pessoal, hoje muito mais próxima com as greves. Aliás, como constataram em maio os próprios jornalistas de São Paulo, cuja paralisação do trabalho, por seis dias, resultou em 300 demissões.

Maria Adelaide Amaral, a autora, é jornalista, trabalha na Abril Cultural, em São Paulo, há dez anos. Nasceu em Portugal, mas vive no Brasil desde os 12 anos. Casada, mãe de dois filhos, estreou como autora de teatro em 1978 com "Bodas de Papel", que permaneceu oito meses em cartaz em São Paulo, ganhando os prêmios, Zimba, Molière, Governador do Estado e o Revelação Nacional, dos críticos paulistas. *A Resistência*, só agora encenada, foi escrita numa primeira versão em 1975, sendo premiada em 1977 pelo Serviço Nacional de Teatro. Neste depoimento a Inês Zanchetta, para o *Coojornal*, Maria Adelaide Amaral fala de seu trabalho, da peça e os personagens, reais ou simbólicos:

"Quando vimos o passaralho pintou"

"Meu trabalho na Abril Cultural foi muito bom até 1975, quando pintou uma ameaça de passaralho. E uma coisa que não tem erro é boato de passaralho: pinta e acontece mesmo. Mas até aquela época fazíamos coisas de qualidade que vendiam muito. Acreditávamos no nosso trabalho. Pode parecer idealismo, mas o clima era de harmonia total. O diretor Pedro Paulo Popovic concedia espaço à 'loucura' das pessoas, que eram criativas e tinham gana para fazer o melhor. Em sua maioria não eram jornalistas, mas filósofos, sociólogos, físicos que estavam de passagem e acabavam ficando porque o trabalho era muito envolvente e o grupo muito unido, como uma família.

* Passaralho é uma palavra usada nas redações de São Paulo e do Rio para designar ameaças e boatos de demissões em massa de jornalistas. É simbolizada por um descomunal órgão sexual masculino provido de asas.



Cena de *A Resistência*: o jornalista Luiz Raul (o ator é Edwin Luisi) mostra, a colegas de redação, o símbolo gráfico da "contenção de gastos".

Quando o passaralho pintou, as pessoas mais antigas, como eu, sentiram a ameaça da destruição do grupo. Os mais novos, muitos deles vindos das prisões — a Abril foi uma das poucas empresas que deu emprego a esse pessoal —, sentiram que o problema era mais amplo e mais político, embora nós também vissemos a coisa assim. E começaram a ocorrer as reuniões. Foi essa experiência que me levou para a máquina de escrever. Na época, como escrevia sobre teatro para as coleções da Abril Cultural, minha única idéia era escrever um dia um tratado sobre Bernard Shaw. Nunca tive a pretensão de escrever uma peça. E sem a emoção, sem o sentimento de perda eu não teria escrito. Comecei numa quinta-feira, 1º de maio de 1975, e no domingo estava pronta."

"O nome, *A Resistência*, não é muito apropriado, mas resistir ao **passaralho** é o mínimo que se pode fazer, mesmo sendo inevitável a derrota. A resistência contra as demissões é um protesto ecológico. Pessoalmente sei que não adianta nada, mas é o velho hábito da nossa geração de querer marcar uma posição, de protestar, resistir por uma questão moral e também política, apesar de sabermos que o dragão vai acabar nos devorando. Você faz reunião, abaixo-assinado, assembleia, mas quando vem uma ordem para cortar xis cabeças, essas cabeças serão cortadas.

"O **passaralho** de 1975 foi sustado por certo tempo, mas ele atacou várias vezes em 1976. Foram **passaralhos** grandes, no último, seguramente, umas 40 pessoas foram demitidas. E o comportamento das pessoas numa situação dessas é um grande laboratório."

Demissão em massa é terrível

"O desemprego isolado é doloroso, mas demissão em massa é terrível. Nós assistimos coisas do ridículo ao patético. Um cara, ex-sacerdote, casado com uma viúva que tinha três filhos, havia comprado uma casa pelo BNH e a prestação era quase o valor do ordenado dele. Então, pra comer, a viúva vendia seguros e ele, sanduíches. Acabou se tornando uma figura folclórica.

"No dia em que ele foi demitido, eu entrei na sua redação e o panorama era dantesco. Tinha de tudo. Ele, grandalhão, com uma cara apalermada, chorava feito criança encostado numa parede. Com todas essas histórias eu alterei o texto da peça várias vezes. A última mexida foi



Adelaide: "Protesto ecológico"

em junho, pouco antes da estréia, com a ajuda de vários colegas da redação."

"Liberdade de imprensa é uma grande balela"

"O que está acontecendo com a minha peça é uma amostra de que a chamada liberdade de imprensa é uma grande balela. E se a imprensa silencia diante de uma peça, imagine o que acontece em relação a uma série de coisas mais significativas que não são publicadas por mil interesses das direções dos jornais: as amizades, as dívidas com o INPS, os financiamentos do BNDE, para ampliação gráfica, etc.

"Quando Cacá Diegues fala de patrulha ideológica de esquerda, ele não sabe que o buraco é mais embaixo. Porque mais terrível do que essa à qual ele se refere, é a outra — um monstro que te amarra e te impede de divulgar e ser divulgado, contra essa patrulha nefasta você não tem defesa. É um organismo policial mais eficiente que os DOI-Codis da vida. O tipo de tortura deles não é físico, é mais sutil. De repente você está no olho da rua e se teu nome constar de alguma lista, quando for pedir emprego em outro lugar, o cara do departamento de pessoal vai dizer: não temos vaga. E você fica a mercê dos favores dos amigos, que nem sempre podem fazer alguma coisa. Qual a tua defesa contra isso, contra a patrulha do sistema?"

"Desde março que eu tô dizendo que está se instaurando uma espécie de macartismo nesse país. Eu não sei em que

medida há injunções entre governo e empresas jornalísticas, mas na realidade elas estão censurando e policiando não só o que você faz dentro delas, mas fora também. Em todas, não só nas jornalísticas, há os chamados livros negros, as listas de pessoas indesejáveis que não conseguem emprego de jeito nenhum."

A gente acaba no arquivo morto

"O **passaralho** não é uma coisa eventual, mas constante. Depois da greve dos jornalistas de maio, nem se fala. Daí a má vontade da imprensa com *A Resistência*, uma peça que incomoda. Veja o que aconteceu no *Jornal do Brasil*. No dia da estréia, saiu uma matéria do crítico Macksen Luís, um cara que gosta do meu trabalho. Ele me pediu um depoimento sobre porque escrevi *A Resistência*. Resumi tudo em uma lauda, discretamente, mas sem timidez. Era como que uma mimosa missiva aos empregadores, onde eu dizia que eles não tinham idéia do que significa um **passaralho**. Eles estão muito longe dos escalões inferiores, a cúpula ignora o histórico dos demitidos e as repercussões pessoais e emocionais. Ninguém está interessado em saber se o cara tem prestação no BNH, se a mulher está doente, se o filho está com pleurisia ou se é arimo de família. Quando uma pessoa é demitida, se transforma numa ficha do arquivo morto do departamento de pessoal. Para uma empresa, a coisa acaba no arquivo morto. Não sou ingênua a ponto de imaginar que os empregadores, sabendo de todos os problemas pessoais dos demitidos, vão fazer algum tipo de concessão, pois afinal o principal objetivo de uma empresa capitalista é o lucro. Quando se fala em redução de custos em qualquer empresa do mundo, significa corte de pessoal e corte de clips também. Era isso o que eu colocava no depoimento, mas não saiu. No *Globo*, a peça não foi divulgada, nem saiu a crítica de Flávio Marinho. No *telegiornal Hoje*, da TV Globo do Rio, o Clóvis Levy não pôde ler a crítica que fez. A chamada liberdade de imprensa mandou lembranças.

"Evidente que eu não esperava os parabéns do dono do *Globo* ou de qualquer empregador. Eles acham que pagam muito bem, dão assistência médica e restaurante. São paternalistas e a discussão de *A Resistência* incomoda. Mas por que tanto medo de uma peça se o teatro é assistido por tão pouca gente?"

Faoro, um aprendiz na redação

Raimundo Faoro, aprendiz de jornalista, fala da sua nova profissão

Aquele homenzarrão sisudo, desajeitado dentro do paletó, um dia disse ao presidente Jimmy Carter que no Brasil não havia liberdade de imprensa porque inexistia liberdade. Ele agora está, na prática, testando a liberdade de imprensa: todas as tardes, escreve amargos editoriais contra os descaminhos da democracia relativa e discute com os editores a manchete do dia seguinte.

Este homem é Raimundo Faoro, diretor-presidente da revista *Isto É*, e do *Jornal da República*.

Após deixar a presidência da ordem dos Advogados do Brasil, em abril deste ano, Faoro pretendia voltar ao foro, abrir um escritório de advocacia no centro do Rio e reassumir o cargo de procurador de Justiça do Estado.

Alguns certamente o reconheceriam na rua, já que, nos dois anos à frente da OAB, se tornou uma personalidade pública respeitada pela oposição e pelo próprio governo. Mais cedo ou mais tarde, lançaria um novo livro sobre o patronato político brasileiro (sua primeira incursão na matéria foi com *Os Donos do Poder*, obra em dois volumes lançada em 1957 e reeditada há três anos), ou um ensaio sobre Machado de Assis. Enfim, tudo voltaria a ser como antes.

Mas a verdade é que Faoro não resistiu aos insistentes telefonemas do jornalista Mino Carta, que lhe acenava com as páginas de *Isto É* e, mais tarde, do *Jornal da República*, para que mantivesse na imprensa a luta, iniciada na OAB, pela conquista do estado democrático. Hoje, ele é muito mais jornalista do que advogado. Mas o que pensa o jornalista Raimundo Faoro, que jamais tinha entrado numa redação? As suas opiniões estão nesta entrevista, concedida no Rio a Dênis de Moraes.

— O senhor era um advogado muito conhecido nos meios forenses, dedicava-se à atividade acadêmica, até que se elegeu presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Nos dois anos de mandato, criou a fama de ser amigo de jornalista. Foi por isso que também se tornou um jornalista?

— Não diria que foi por isso. Devo dizer que nunca pensei em ser jornalista na minha vida. Nunca entrei numa redação de jornal e o meu contato com os jornalistas veio na Ordem. Esse contato me deu uma visão muito importante da imprensa e do jornalista. Sempre digo, e até para honra dos jornalistas, que durante os dois anos em que estive na Ordem, em nenhuma vez houve uma voluntária perfídia ou distorção do que falei. Foi um contato muito feliz para mim. Aprendi o que era a imprensa, o que ela significava. Mas devo dizer que não me tornei jornalista. Sou um jornalista que ocupa uma posição que não é a do militante; sou uma espécie de co-regente de uma pequena orquestra, que é a *Isto É* e o *Jornal da República*. A minha participação no jornal não é propriamente no dia-a-dia, mas de orientação sobre o rumo que o jornal deve tomar. Sou uma pessoa que reflete sobre o jornalismo, e não, propriamente, um jornalista.

— Como nasceu o seu interesse pela imprensa?

— Nunca tive interesse maior pela imprensa. Como lhe disse, nunca entrei numa redação, senão no dia em que conheci a *Isto É*, como presidente da revista. Nunca fiz uma visita a uma redação de jornal, confesso que não sabia o que tinha lá dentro. O que houve foi um plano — e aí entra o Mino Carta. Eu fui atraído pelos jornalistas, não fui a

eles. Eles entendiam que a atuação que eu desenvolvi na Ordem precisava prosseguir. Era necessário implementar aquelas idéias que foram lançadas na Ordem sobre estado de direito democrático, agora com uma atuação mais ligada a direitos sociais. Note que o jornal já tem essa tônica, singular na imprensa brasileira, de procurar discutir assuntos que não são do interesse da grande imprensa. Já chegamos à conclusão, em termos de orientação para o jornal, de que é impossível haver democracia no Brasil sem passar, necessariamente, pelo caminho das reformas sociais, pela absorção dos dissídios sociais. É uma idéia que, em certos setores, ainda assusta. Todo mundo fica pedindo a volta à democracia, mas, quando há uma greve ou uma agitação, entra-se imediatamente em estado de pânico. O nosso papel é mostrar que tudo isso é uma fase necessária para se chegar à democracia. Às vésperas do século XXI, não é possível que ainda se tenha medo desses problemas.

— Há alguma ambição política por trás dessa sua atuação na imprensa?

— Eu não pretendo fazer carreira política. Não que não tenha alguma cócega, às vezes, de atuar politicamente; afinal, todos nós a temos. Eu me acredito inadaptável ao fundamental na carreira política: disciplina partidária. Esta eu não vou adquirir aos 50 anos. A carreira política depende de uma certa submissão, que também não terei aos 50 anos. Depende de alguma astúcia, que eu não consigo mais aprender a ter. Certas qualidades necessárias à vida política eu não só não vou aprender, como as detesto.

— Qual é o seu diagnóstico sobre a imprensa brasileira hoje?

— Acho que há dois níveis. Existe a chamada grande imprensa, que, em geral, forma oligopólios, que não são úteis ao leitor. Como dispõe da publicidade, não se preocupa muito com o leitor. Está mais preocupada com sua receita. Não acho isso útil. A pequena imprensa, a chamada imprensa nanica, desempenhou um papel muito importante no país, no sentido de acirrar a grande imprensa para reconquistar o leitor que estava perdendo. A imprensa nanica tem tido alguns rasgos de criatividade que foram absorvidos pela grande imprensa. Ela forçou a grande imprensa a voltar a tratar de temas que, dados os seus interesses de empresa, estavam sendo desprezados.

— Hoje os jornais estão discutindo tudo?

— Já está se discutindo tudo, ou quase tudo. Aquilo que não se discute não se deve tanto à imprensa não querer discutir, mas é porque o meio político tem se mostrado pouco criativo, pobre de iniciativas. Veja que nos dois partidos existentes a temática social e econômica praticamente esteve ausente durante esse período de exceção. Eu acho que essa temática, naquela época, não era a mais urgente, mas acontece que, agora, conquistados aqueles direitos liberais, os temas sociais e econômicos são os que de fato interessam ao país. E os dois partidos não os abordam. A imprensa é que tem suprido esse debate, convocando simpósios, chamando especialistas, ou levantando os problemas, dentro e fora do governo. Num sentido profundo, eu diria que essa temática social e econômica ainda está ausente da grande imprensa. De qualquer forma, é pelos jornais que ela está aparecendo mais, e não pelos partidos, que vão quase a reboque dos jornais. A imprensa tem sido uma desbravadora de caminhos. Repare bem o que está ocorrendo em relação a essa sucessão de greves. Quem tem discutido o problema é a imprensa. Os políticos ainda não o discutiram; eu não vi essa discussão ser travada no Congresso. Veja que em Porto Alegre uma categoria importantíssima, como a dos bancários, entrou em greve, houve prisões, e não se



Faoro: "Entendo que o nosso papel nesse momento é ajudar na transição"

teve notícias de um grande debate no Congresso, que levaria ao questionamento da própria legislação trabalhista. Toda a iniciativa ou está com a imprensa, ou está com o governo. Com a imprensa no sentido de mostrar uma realidade nova; com o governo no sentido de desmobilizar essa realidade, como é propósito desse projeto de revisão salarial que está no Congresso.

— O senhor falou há pouco em liberdade de imprensa. Ela existe realmente no Brasil?

— Quando nós nos reunimos, em 1978, com o presidente Carter, no Rio, o diretor-responsável de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Neto, disse que havia no Brasil liberdade de imprensa. Eu o interrompi, para dizer que não havia liberdade de imprensa no Brasil, porque não havia liberdade. O que estava havendo era uma tolerância à imprensa. Nesse tempo, vigia o AI-5. Hoje, essa tolerância está se aproximando da liberdade. Na verdade, não existe liberdade porque há uma Lei de Segurança aí, e há um artigo dessa lei que anula a liberdade de imprensa. Deixa a liberdade de imprensa à mercê — a meu ver, inconstitucionalmente — da vontade do ministro da Justiça. Estamos no limiar da liberdade de imprensa. Ela não está implantada ainda. Liberdade só se implanta quando é reconhecida e quando se lhe dão instrumentos de defesa.

"A imprensa não deve tutelar os leitores"

— Se houver, de fato, uma democratização do país, prevê um conflito entre a liberdade de imprensa pela qual lutam os jornalistas e a liberdade de imprensa admitida pelo patronato?

— Esse conflito já está presente em todo o mundo, e o Brasil é contemporâneo do mundo. Esse problema já existe na França — é o caso do *Le Monde*. As redações autônomas são a vocação de toda a imprensa. Não é mais possível hoje, tornar a liberdade de imprensa disponível para o patrão. A interferência do jornalista deve ser muito maior, para benefício, em primeiro lugar, da própria liberdade de imprensa. E se os empresários forem mais atilados, também em benefício próprio, porque isso vai fortalecer os jornais. Isso trará maior responsabilidade para os jornalistas. No momento em que eles forem corresponsáveis por suas matérias — e essa responsabilidade se define com a sua assinatura —, os jornais poderão confiar mais nos seus redatores.

— Como o senhor analisa a imprensa enquanto canal de oposição?

— Bem, oposição diante do quadro que está aí é quase uma necessidade. Se

a gente está lutando por um estado de direito democrático e ainda se vê um regime que mantém restos muito vivos da autocracia e que reluta em sair de cena, então fazer oposição é quase um imperativo. Uma oposição que não tenha nenhum vínculo partidário. Não nos sentimos, eu e a redação, presos a qualquer tese da oposição, a nenhum grupo de oposição. Temos sido até oposicionistas à própria oposição, sempre que ela não desempenha bem o seu papel. Nós aspiramos, mesmo, não tanto a ser uma imprensa de oposição, mas a ser uma imprensa que traduza os anseios daquilo que chamamos de sociedade civil.

— No editorial da primeira edição do *Jornal da República*, havia críticas tanto ao capitalismo quanto ao socialismo. Afinal, qual é o suporte ideológico do jornal?

— Nós estamos vinculados a um programa concreto. Por exemplo, queremos o reconhecimento do direito de greve como direito real. Para isso, não é necessário ser socialista. É claro que a tônica é muito mais voltada contra o capitalismo que chamamos de selvagem, e que é o mesmo do século passado na Inglaterra. Acredito que estamos mais próximos de um socialismo com liberdade do que de um mundo capitalista. Essa opção não caberá a nós. Veja a concepção do nosso jornal: nós nunca nos reunimos na redação para levar aos redatores a nossa receita. Isso fica muito bem para *O Estado de S. Paulo*, que entrega a mercadoria pronta, com um pensamento elaborado para o leitor. Nós levamos até ele o debate, a discussão, da qual estamos prontos a publicar a réplica. O lema de alguns jornais é oferecer ao leitor todo um sistema de idéias. Não é esse o nosso tipo de jornalismo. O nosso alvo principal é combater a autocracia. A definição sobre a linha do jornal, se é capitalista ou socialista, não nos cabe, e sim ao povo brasileiro, do qual não pretendemos ser tutores ou líderes. Acredito que a função do jornal não é a de tutelar os seus leitores. Esta é uma expressão romântica e antiquada da imprensa.

— O que acha da imprensa engajada politicamente?

— É uma coisa válida. Na Europa e nos Estados Unidos, são muito comuns os jornais de partidos políticos. Agora, os jornais que forem engajados devem dizer claramente que o são. Não deve haver ambigüidade. É o órgão do MDB, é o órgão da Arena, mas que digam claramente, para não enganar os leitores. Na verdade, a empresa jornalística exige de seus redatores imparcialidade, para que só ela seja parcial. Ela quer a notícia, mas não quer a opinião. Nós partimos de um pressuposto diferente: quem dá a notícia também pode fazer a sua crítica. Não importa que ao lado um jornalista tenha uma opinião que não seja necessariamente

(Continua)

te aquela do colega. O leitor vai saber discernir. O importante é que o jornalista argumente, diga por que aquele fato lhe inspirou esta reflexão.

— Qual é o papel do jornalista na sociedade?

— Essa é uma velha discussão. O papel do jornalista só existe numa sociedade livre. Numa sociedade não-livre, o jornalista, consciente ou inconscientemente, é um agente do estado, quer pelo silêncio que lhe é imposto, quer pelo atrelamento a que está sujeito. Rigorosamente, só existe jornalista na sociedade livre, e aí está todo o seu papel de criticar e não só noticiar. Discutir e não só informar. Provocar dentro da sociedade o choque de opiniões, pois é esse dissídio que vai definir se a sociedade é livre ou não.

— Os movimentos revolucionários, em todos os tempos, se expressaram, sobretudo, através da imprensa. O jornalista não seria um dos principais agentes da transformação social?

— Sempre entendi o jornalista como um intelectual. Um intelectual, por definição, salvo se usarmos aqui a terminologia de Gramsci — o jornalista orgânico —, sempre tem um papel pioneiro de discussão e de dúvida sobre o valor das coisas consagradas. Eu evito um pouco falar em vanguarda porque essa metáfora militar não me agrada, mas realmente o jornalista tem um papel inovador, não pelo fato de ser jornalista, mas por ser intelectual. Temos aí uma boa tradição brasileira. Veja que na literatura brasileira é muito raro encontrar um espécime que não tenha passado por um jornal, e que, para ele, não tenha levado as suas idéias, depois transferidas para o livro, talvez para o Parlamento. É uma tradição que deve ser mantida.



— Como se poderia analisar o comportamento da imprensa brasileira durante o período de exceção? Não lhe parece que muitos jornais justificaram com a censura prévia o seu apoio velado, às vezes ostensivo, ao regime?

— Alguns realmente agiram assim. Na verdade, não era só jornais, mas impérios. E os impérios estiveram mais sujeitos à censura prévia do que os jornais meramente jornais. É verdade que as alternativas para os jornais eram drásticas. Veja como morreu o *Correio da Manhã*. Ele perdeu no confronto com o autori-

tarismo. Proibiram que se anunciasse nele, as suas edições eram apreendidas, era impossível sobreviver. Em alguns casos, poderia parecer que a omissão, justificada pela ação da censura, servia de apoio ao regime. Mas repare que tivemos surpresas interessantes nesse período — e surpresas com a grande imprensa. Quero destacar, fazendo muita justiça, que o primeiro caso de denúncia de tortura a presos políticos foi feita por um jornal do Rio tido como conservador e até simpático ao regime — o jornal *O Globo*. Ele abriu suas páginas para fazer uma denúncia de peso sobre os maus tratos impostos a Aldo Arantes, em São Paulo. Foi a matéria mais importante já feita, no país, denunciando tortura. Há alguns dias, o Aldo Arantes, que acaba de ser anistiado, me disse que aquilo foi o começo de tudo, o passo inicial. Foi o caso de um jornal tido como conservador que se sentiu, num certo momento, diante da imperiosa necessidade de exercer o jornalismo na sua expressão mais ampla e corajosa. Quero dar só esse exemplo para evitar o maniqueísmo de grande imprensa versus pequena imprensa. A resistência desses 15 anos foi a resistência de todo o povo brasileiro. Entre os empresários, ninguém ousou mais, nesse período, do que os ligados à empresa jornalística, mesmo os donos dos grandes jornais. É uma constatação interessante.

— Não lhe parece uma contradição?

— São certos momentos em que a imprensa se sente na necessidade de informar. Este caso que acabei de relatar, só pelo fato de ter sido noticiado, provocou um tremendo protesto. É a imprensa diante de sua missão: informar a despeito dos riscos. E os riscos, com aquela matéria, foram imensos. No dia seguinte, o ministro do Exército, o ge-

neral Sylvio Frota, divulgou uma nota que, transparentemente, visava a essa publicação.

— O Jornal da República será atingido por tal contradição?

— O nosso jornal não está imune aos problemas dos outros jornais. Nós também dependemos dos fatores de que os demais jornais dependem. Se fôssemos um grupo de homens ricos e entediados, poderíamos ter mais facilidades. Mas se fôssemos ricos, não teríamos muita liberdade. Teríamos a liberdade que a riqueza dá. O *Jornal da República* não está imune a essas dúvidas. Pelo menos, vamos estar atentos a elas, conscientes. Um dia, espero que o nosso jornal se torne uma grande empresa. Vamos ver se chegamos lá mantendo a autonomia do corpo redacional, como está se mantendo até aqui. Vamos ver se na nossa preocupação de crescer não nos degradamos.

“Me dizem que o jornalismo é uma cachaça...”

— Onde começa e onde termina a liberdade de seus jornalistas?

— Olha, até hoje, na *Isto É* ou no *Jornal da República*, não houve matéria que tenha deixado de ser publicada, embora pudéssemos estar em desacordo sobre determinado ponto de vista. Nas nossas reuniões, a crítica campeia solta. Não houve o momento em que chegássemos a vetar uma matéria. Podemos ponderar alguma coisa, mas se a ponderação não for ouvida, a matéria sairá. Por isso é que escolhemos companheiros conscientes. Quando ampliarmos a empresa, teremos lá dentro uma escola. Mesmo a parte editorial do jornal, não chega a ditar uma orientação para a publicação. Ela praticamente traduz a orientação discutida na redação. É uma particularidade do *Jornal da República* à qual ficaremos atentos, para que seja mantida. Lá dentro não há censura. Quando a matéria não agrada, dizemos que não agradou. Qual é o problema?

— Raymundo Faoro aceitaria sentar na mesa dos empresários de jornal?

— Não sou empresário. A minha posição de presidente da revista e do jornal me vincula à editora. De modo que não sou empresário. O Mino, por sua vez, não é um empresário. Acredito que ele se sentiria desconfortável como empresário. A *Isto É* surgiu porque um grupo de jornalistas precisava ganhar a vida e não tinha emprego. Felizmente, deu certo. A gente nunca deve esquecer disso. Não vou me sentar à mesa dos empresários, mesmo porque não sei atuar como empresário. Vou ficar naquela posição inicial para a qual fui convocado.

— Existe uma imprensa de transição para a democracia?

— Acho que existe uma imprensa de transição, que ajuda a abrir espaços. Estamos nela. Os jornais que foram bravos durante os 15 anos, que em determinados momentos foram contra o regime autoritário, estão, agora, assumindo a sua postura normal, de conservadores. Todos estão voltando à sua posição real. Isso é assim mesmo. Quando o país estiver sob um regime democrático, haverá uma imprensa de direita, uma imprensa de esquerda, uma imprensa conservadora. Esse momento, no entanto, ainda é de transição, de unidade de nós todos, inclusive na imprensa. E sobretudo nela, porque a sua liberdade ainda não se pode dizer que esteja assegurada.

— A sua missão como jornalista tem um término definido?

— Suponho que deva haver um término, mas os jornalistas que falam comigo me decepcionam, porque lembram aquela velha história da cachaça. A imprensa é uma cachaça, não se larga mais, dizem eles. Eu, como estou aprendendo jornalismo, não senti o sabor desse licor. Não sei ainda se isso vai continuar por muito tempo. Tenho um compromisso e dele não vou me afastar: ir junto com esse jornal até o momento em que ele seja vitorioso.

— Esse momento é a democracia?

— A democracia e a vitória que será se esse jornal, um dia, estiver implantado. Aí, provavelmente, outros companheiros poderão surgir e ocupar o meu lugar.



ESSA MULHER

elis regina

ESTRÉIA

9 DE OUTUBRO

Local: **TEATRO LEOPOLDINA**

INDEPENDENCIA 925 - FONE 25-0725

COORDENAÇÃO
Ribalta
Promoções

"Há temor de que o Brasil repita o Irã"

Celso Furtado, o mais famoso economista brasileiro, primeiro superintendente da Sudene, exilado em Paris, deu uma passada pelo Brasil em agosto. Num debate em São Paulo, disse várias coisas que a imprensa praticamente ignorou. Transcrições:

— A sociedade brasileira é muito complexa e deve criar seu próprio caminho. O momento atual é decisivo. Qualquer reversão política será grave, pois significará retroceder sobre o que já perdemos nos últimos 15 anos.

— A Central Sindical é importante porque significa pressão pela participação política, mas os trabalhadores devem es-

tar conscientes de que a Central Sindical não opera mudança política. Para os trabalhadores operarem uma mudança no sistema político brasileiro, eles precisam participar da gestão do aparelho de estado. Repito, não haverá mudança sem uma aproximação entre as camadas pobres da sociedade e as camadas dominantes. As camadas de baixo têm que pressionar para participar da gestão do estado. Os que estão por baixo devem reivindicar, luta para participar do poder.

— A produtividade do trabalho no Brasil, cresceu nos últimos vinte anos, mas o salário mínimo real decresceu. Seria elementar que ele tivesse pelo menos mantido seu poder aquisitivo.

— A questão do PT começa pela definição de quem é trabalhador. Se trabalhadores são todos aqueles que são vítimas das engrenagens da concentração de renda e se todos estes se unirem, estou de acordo com o PT.

— A transnacionalização da economia agrava a concentração de renda, geográfica e socialmente, no mundo. Mas a concentração de renda não é decorrência da internacionalização da economia. Mesmo onde não há empresas transnacionais, há concentração de renda em virtude de outros fatores como as estruturas sociais.

— Eu não acho que os novos economistas brasileiros sejam malformados. O estudante de economia não acredita muito nas escolas, mas tem acesso à muita bibliografia, para complementar sua formação. Os economistas que vão fazer pós-graduação no reacionarismo acadêmico de Chicago é porque já têm um projeto pessoal que os encaminha para lá.

— As experiências socialistas não resolveram o problema da distribuição da renda. A sociedade mais homogênea que existe talvez seja o Japão, menos por seu sistema econômico que por tradição cul-

tural.

— Alguns banqueiros internacionais, em minhas viagens, me perguntam: o Brasil vai fazer como na Espanha ou vai fazer como no Irã? É impressionante a preocupação do capital financeiro internacional com a evolução política do Brasil. Pelo que vejo, não há interesse internacional em um fechamento político no Brasil. Eles temem que o Brasil repita o Irã e torcem para que faça como na Espanha.

— A luta sindical no Brasil sempre foi para repor perdas salariais e não para aumentar a participação na distribuição da renda. A luta sindical pode obter mudanças na política salarial, mas isso não basta para uma melhoria na distribuição da renda, que pode ser fraudada — e assim é — por uma política de recessão, pelo aperto no crédito e pelo desemprego. Sem participação do trabalhador no poder, a política salarial jamais beneficiará a maioria.



Senador rico e solteiro compra jornal

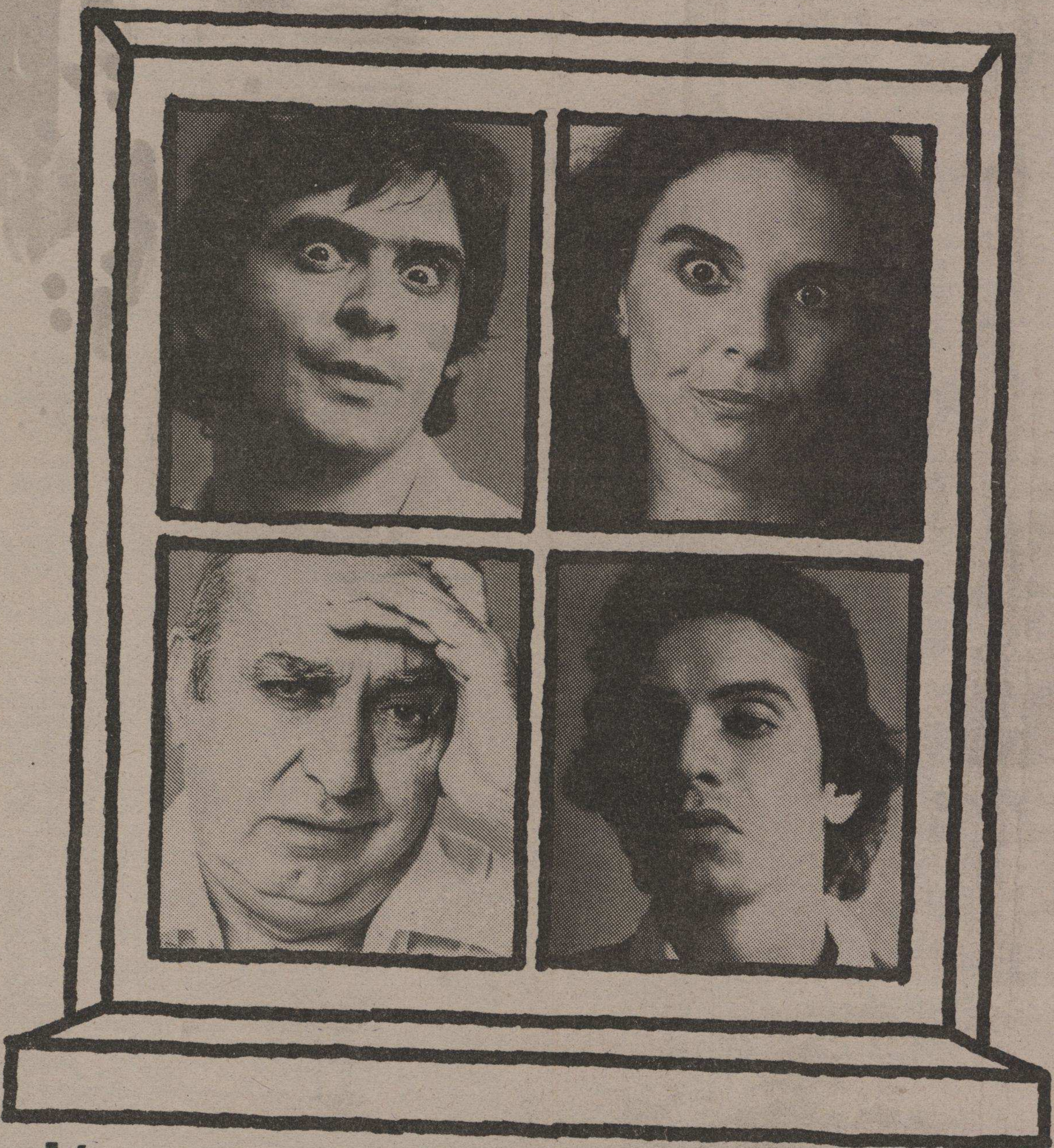
Lembram-se do senador Orestes Quêrcia, aquele paulista do interior, ex-prefeito de Campinas, narigudo e solteirão, que conseguiu 5,4 milhões de votos para o Senado nas eleições de 1974? Ele quer ser governador paulista quando houver pleito direto mas, na oposição paulista, está na poeira do senador Franco Montoro, considerado imbatível em qualquer disputa pelo voto.

Preocupado com sua perda de espaço, Quêrcia resolveu lançar um novo jornal em Campinas, onde já existem dois sólidos diários. O lançamento está marcado para o dia 12 de outubro. Chama-se *Jornal de Hoje* e se destina à classe média da região. Campinas tem mais de 500 mil habitantes, uma universidade considerada de vanguarda e uma população com alto poder aquisitivo. Rico, Quêrcia dispõe de 20 milhões de cruzeiros para bancar os custos do jornal em seus primeiros 10 meses de existência, ao fim dos quais espera que ele consiga se sustentar sozinho.

Para editor-chefe do jornal, foi convidado, e aceitou, o jornalista José Hamilton Ribeiro, repórter dos bons tempos da extinta revista *Realidade* que se tornou conhecido nacionalmente quando, em 1967, perdeu uma perna ao pisar numa mina no Vietnã. Zé Hamilton, 42 anos, adquiriu grandes experiências no jornalismo do interior pois, nos últimos anos, reorganizou e lançou jornais em Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, no interior paulista. Ultimamente, vinha trabalhando como repórter da revista *Fiesta*, voltada para o público masculino.

Se o novo diário campineiro der certo, o senador Quêrcia talvez se encoraje a lançar um jornal popular em São Paulo. Embora não tenha experiência no ramo editorial, ele acha que teria sucesso com um diário para o povão, baseado na fórmula crime-esporte-mulher. Animado com a idéia, ele procurou o grupo *Folhas* querendo comprar o título do jornal *Última Hora*, que deixou de circular há algumas semanas em São Paulo.

Quando a prestação da casa própria sofre correção monetária, todo mundo reclama.



Mas já pensou no que você ganha com ela?

Você fica aí reclamando da correção monetária, mas foi graças a ela que você pôde comprar sua casa. É fácil de entender: atualizando o valor do dinheiro, a correção permite que a casa própria deixe de ser privilégio de alguns poucos. Antes de você, outras pessoas pagaram correção para que você pudesse receber seu financiamento. Assim como a sua prestação vai ajudar outro brasileiro a

ter um teto onde morar.

Mesmo com a correção monetária, você deve estar pagando menos do que se morasse na mesma casa como inquilino. E o aluguel não livraria você da correção e nem lhe devolveria uma parte do que você poupou. Considere também que seu imóvel é um patrimônio que está sempre valorizando. Depois disso, você ainda acha que tem razão de reclamar?

CADERNETA DE POUPANÇA
12 anos de casa

Entre a abertura e o arrombamento

Neste mês de outubro resolve-se a questão partidária. Quer dizer, resolve-se nada. Mas, ao menos, saberemos a natureza da confusão e as possibilidades de sair dela. Aí por meados de outubro estará chegando ao Congresso Nacional o projeto de reforma do governo e, então, veremos até que ponto os alquimistas do Palácio do Planalto e do Ministério da Justiça terão conseguido dosar democracia com expedientes para manter a maioria governista.

A mistura não é fácil, e os erros, aí, poderão ser fatais, uma gota a mais ou a menos pode implodir a maioria governamental. Ou, então, fazer da oposição um perigoso e indestrutível monstro.

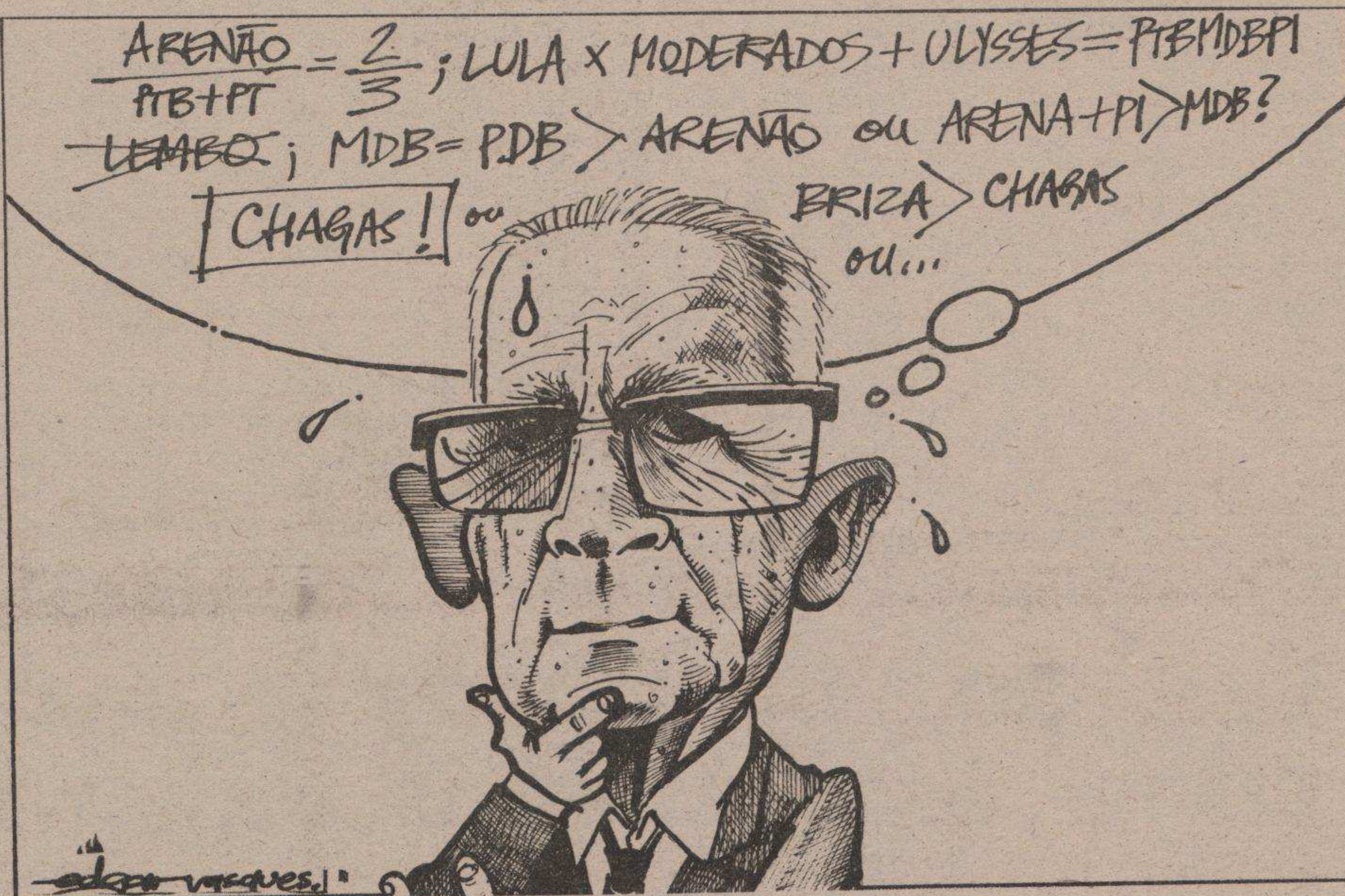
Governo e oposição se equilibram em pontos delicados. Talvez, nenhum momento do processo de abertura terá exigido tanta competência e espírito público das duas partes. Começemos pelo governo. E tentando botar um pouco de ordem nesta bagunça partidária em que todos se viram metidos.

A reforma, para o governo, é um passo no processo de abertura que ele, o Planalto, pretende seguro e controlado. E como em política, conforme já nos ensinaram algumas cabeças do século passado, não se distingue entre processos e resultados, devemos admitir que essa transição controlada pelo regime leva a uma democracia sob controle.

Disso, aliás, o governo não faz segredo. Foi por aí que, ao tempo de Ernesto Geisel, se justificaram as tais salvaguardas constitucionais e a manutenção de leis, como a de Segurança Nacional e a de greve, altamente restritivas às atividades políticas e sindicais. Mais recentemente, o ministro Petrônio Portella tem justificado as transações em torno da reforma partidária com o argumento de que o governo precisa ter bases amplas, sólidas e seguras, de modo a garantir a transição que ora vivemos.

LIMITAÇÃO PERMANECE

Enfim, é a tal democracia relativa. Claro, há quem argumente que a democracia relativa é o lado de uma moeda cujo reverso é a ditadura relativa. Faz lógica. Mas o que nos interessa neste momento é saber como o governo vai relativizar a democracia partidária. Ele já relativizou a anistia, excluindo dela os chamados terroristas. Ao extinguir o Decreto 477, relativizou a organização estudantil proibindo as UEEs e a UNE, as-



sim como já estavam proibidas as inter-sindicais.

No caso dos partidos, algumas limitações já estão postas. A primeira delas: não se contempla a legalização do Partido Comunista, embora esta agremiação esteja sendo tratada com óbvia e larga tolerância. Outra limitação, colocada na Constituição: os partidos, ao menos até as próximas eleições nacionais, só poderão ser formados de cima para baixo, isto é, por via parlamentar. O número constitucional é este: 10% de deputados federais e senadores, o que significa que 42 deputados e sete senadores têm de assinar, como fundadores, a ata de organização de um novo partido.

É isso, basicamente, o que está na Constituição. E não é pouco. Basta notar que, nas atuais circunstâncias, o PTB não alcança aquele *quorum*. As reuniões do bloco trabalhista, na Câmara, nunca juntaram mais de 25 deputados e só um senador chegou a se comprometer publicamente com a legenda: Leite Chaves, do Paraná. Os dissidentes arenistas, só eles, também não alcançam número para fazer sua agremiação. Os autênticos conseguem superar facilmente o número de 42 deputados e alcançariam os sete senadores se houvesse um racha entre os moderados, estes também em condições de fazer o número constitucional.

Após a última audiência que manteve em setembro com o presidente João

Figueiredo, o ministro Petrônio Portella informou que não se cogita de reduzir aquela exigência constitucional de 42 deputados e sete senadores. Esta limitação grave permanece. Mas assegurou que o governo não pretende proibir as coligações partidárias — e essa é uma garantia importante.

A proibição seria um golpe mortal para as tendências oposicionistas que aspiram a formar seu partido, mas mantendo abertas as portas para acordos com outros pólos de oposição, na defesa de pontos comuns, entre os quais, principalmente, a luta pela efetiva democratização. Porque há muitas alianças a fazer. Só para citar as mais óbvias: pela manutenção das eleições municipais no ano que vem; pela transformação, em diretas, as eleições para governador; extinção dos biônicos; derrubada da Lei Falcão; eleições diretas para presidente; liberdade sindical.

DEMISSÃO DE PARENTES

Bem, as coligações serão permitidas. Sobre o voto distrital, em outro possível golpe contra as oposições, o ministro Portella observou que se trata de "mera especulação". É outro dado positivo.

Mas; e as sublegendas? Não se tratou disso, o assunto não está decidido — tais foram as respostas de Portella. Nos bastidores, porém, comentava-se que a sublegenda seria mantida, com o objetivo de facilitar as acomodações dentro do Arenão, o grande e único partido do governo desejado pelo presidente Figueiredo.

Não é preciso lembrar aqui o festival de queixas e rebeliões que assola a Arena e indica que a coesão da maioria governamental, como disse o deputado arenista dissidente, Antonio Mariz, se fundava no medo. No medo do AI-5. E agora, sem o fato, como manter essa coesão?

Essa foi a pergunta básica que esteve na mesa dos articuladores do governo, pois o ministro Portella vem dizendo, há tempos, que o Planalto precisa de uma maioria no parlamento para garantir o processo de abertura. Abriam-se duas vias para os setores da sociedade representados pelos parlamentares que, na Arena, são chamados liberais e, no MDB, liberais-conservadores. E neste caso seria mesmo possível que o governo alcançasse uma maioria superior à que lhe proporciona hoje a Arena (231 de 420 deputados e 40 de 66 senadores). Mas para isso seria necessário que o Planalto atendesse a certos princípios políticos fundamentais para os moderados e liberais.

Em poucas palavras, precisaria varrer o que resta de flagrante arbítrio no regime. Pois os moderados do MDB não são adesistas ou governistas. São homens de fortes convicções democráticas. Uma vez respeitadas essas convicções, aí sim poderiam formar numa maioria liberal conservadora. E nela os liberais da Arena ficariam aliviados dos tantos sapos que tiveram que engolir nestes anos todos.

Mas o governo não vai por essa via, porque precisaria dividir o poder com essa minoria liberal conservadora. Escolheu a outra via, a fisiológica — que é cimentar e preservar a maioria com base na distribuição de favores e benefícios que um Executivo poderoso administra. E, inversamente, gelar os que estão fora da maioria governamental. Como já se começou a fazer com a demissão de parentes de arenistas que votaram pela ampliação da anistia. É uma velha lei da política brasileira, enunciada, ao que parece, por um cacique pessedista: "Aos correligionários, tudo; aos adversários, a lei".

O PTB É VIÁVEL?

Eis a regra do jogo. Que não é infalível. Já nos debates preparatórios à reforma, não tem sido difícil encontrar arenistas dissidentes nos estados reclamando que o governador está tomando conta de tudo, "inclusive dos postos federais". Mas é claro que Brasília tem condições de conter o excessivo apetite de alguns dos seus governadores.

Em todo caso, importa notar, aqui, que o Arenão fisiológico e as sublegendas constituem grave limitação à democracia partidária. De saída, inviabiliza o chamado Partido de Centro Democrático, antiga aspiração do senador Tancredo Neves, que prevê para essa agremiação o papel de moderador dos embates entre esquerda e direita e, pois, acrescenta o político mineiro, o lugar de equilíbrio do jogo democrático. Inviabiliza porque essa agremiação só poderia ser formada com os dissidentes arenistas. Aí sim seria um partido forte, em condições de aspirar ao poder.

Só os moderados do MDB, fica um partido pequeno. E poucos se arriscariam a deixar a frente representada pelo MDB para aderir a uma agremiação limitada, com chances reduzidíssimas de chegar ao governo.

De outro lado, convém notar que estas limitações não atingem o PTB, que não conta, pelo menos não conta substancialmente, com gente da Arena para se constituir. As limitações ao PTB são outras, basicamente aquela do *quorum* de 42 deputados e sete senadores. Como o PTB poderia ampliar a sua atual base parlamentar e viabilizar a formação imediata do partido?

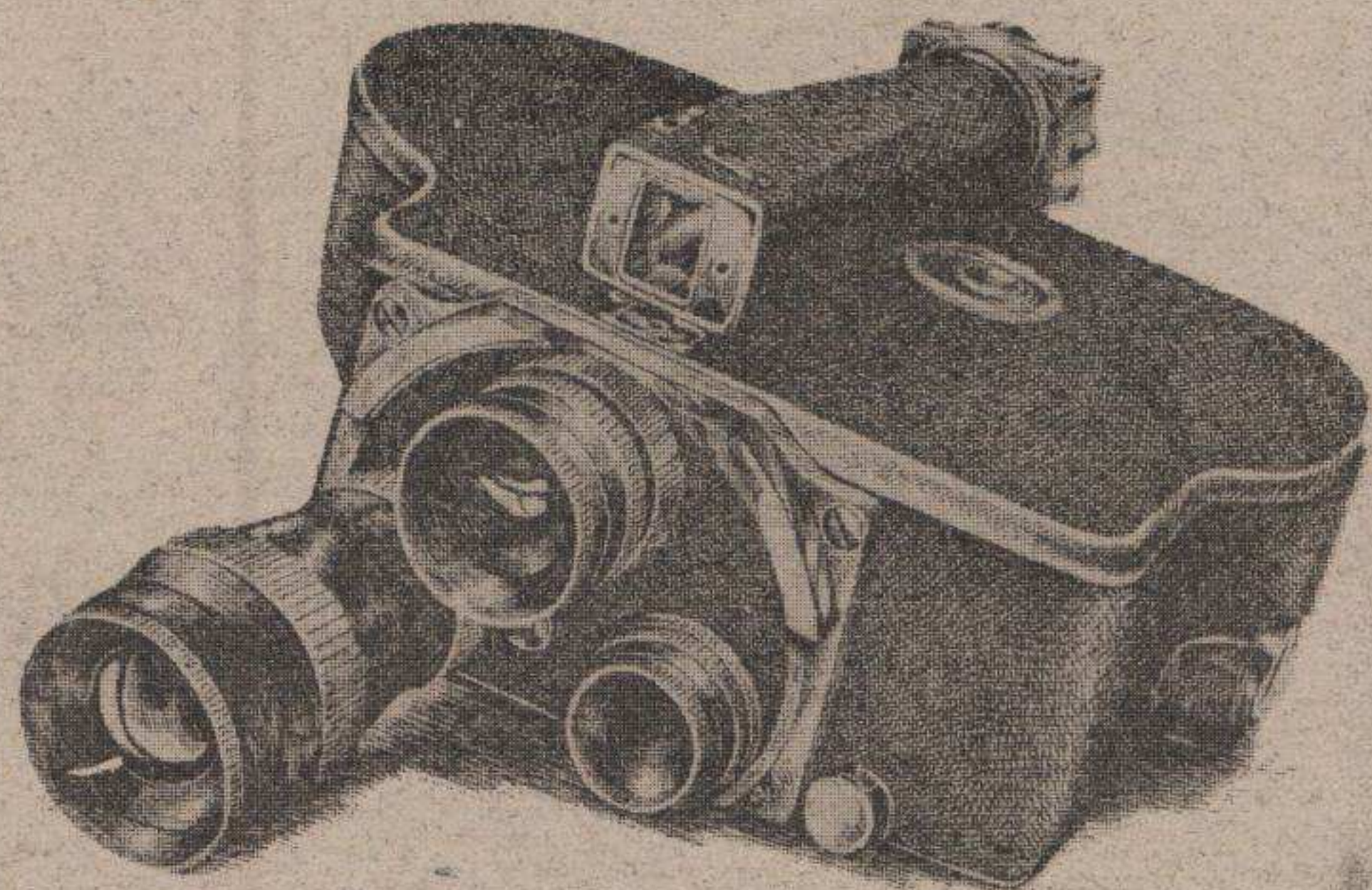
A ampliação pela esquerda, talvez mais adequada em vista dos propósitos socializantes do PTB, esbarra na resistência dos autênticos, mais interessados em fazer aliança à direita com os liberais e à esquerda com os sindicalistas de Lula. Resta o PTB buscar apoio parlamentar à direita, entre os moderados, mas correndo o risco de desfigurar o partido com gente que não tem nada de trabalhista.

Como se vê, o caso não está simples. Dentro do MDB, essa situação de impasse, a se confirmar, favorecerá extraordinariamente o centro do partido, esse pessoal colocado no miolo entre os moderados e os autênticos. É ali, nesse miolo, que se encontra, atualmente, o senador Pedro Simon. E mais: Ulysses, Teotônio Vilella, Roberto Saturnino, Franco Montoro, por aí. É esse pessoal que vai dar as cartas. E esse pessoal quer é segurar o MDB.

O projeto do governo visa a três objetivos: preservar a maioria governamental, dar um passo no processo de abertura — isto é, democratizar mais a vida política, o que é, não uma consensão, mas uma exigência da sociedade civil. E, finalmente, favorecer uma divisão das oposições.

Nunca se deve subestimar esse governo, que pode perfeitamente ter trunfos que ainda não exibiu. Mas, se as coisas continuarem como pintam hoje, o projeto malogra e isso não significará apenas que não se dividiu a oposição. Significará que não se conseguiu dar um passo controlado no processo de abertura. E o resultado será claro: aumentará extraordinariamente a pressão pelo que o presidente Figueiredo chamou uma vez de "arrombamento".

Escala, MPM, Promox, Quadriha,
Texto & Arte, Standard, Marca,
Publiver, PS Propaganda, Studio,
Ampla, Símbolo,
Martins & Andrade e Mercur.



Atenção para o nosso comercial:

Filmes para televisão de 15, 20 e 30 segundos. Documentários, áudio visuais e fotos para anúncios.

Para obter qualidade na hora certa, em seus próximos comerciais, fale com a gente. Mesmo que por falta de espaço o nome de sua agência não conste acima.

textor

PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS E AUDIO VISUAL

Rua Artigas, 178 - Sala 312, fone: 31-4530, P. Alegre

Pela tevê, Jânio acena para Brizola

Aproveitando a maré política, em alta com o retorno dos exilados, o ex-presidente Jânio Quadros também está de volta. Saiu de seu confinamento particular numa praia do litoral paulista, onde vive pintando telas, escrevendo livros e cuidando do seu jardim, para assumir o papel de estrela maior da modesta TV Record, de São Paulo.

Com suas frases bem torneadas e os gestos teatrais de sempre, Jânio é agora, o principal personagem do programa de entrevistas *Diálogo Nacional*, transmitido às 11 horas da noite, nas quintas-feiras, na capital paulista, e revendido para estações de TV de outras cidades — em Porto Alegre, quem passa o programa é a TV Guaíba.

SEM EXTREMISMOS

O show do homem dura cerca de uma hora e meia. Feliz ou infelizmente, não é semanal: ele foi contratado para aparecer apenas no primeiro programa de cada mês, quando será entrevistado por um grupo de jornalistas.

No *Diálogo Nacional* de setembro, Jânio praticamente monologou, encarando firme as câmaras, dedo em riste, fazendo pausas enormes entre uma frase e outra, mas sem fixar-se muito nas perguntas, mais preparadas para agradá-lo do que para obter informações. Apesar disso, o ex-presidente relembrou episódios da história, auto-elegiu-se, deu conselhos ao governador Paulo Maluf, acusou a imprensa de estar infiltrada de comunistas, comentou a volta de Leonel Brizola e acabou afirmando que todos os povos do mundo marcham inevitavelmente para o socialismo, "sem extremismos".

Na estréia de Jânio no programa, ficou bem evidente sua preocupação de fazer média com os militares por meio das acusações aos jornalistas. No entanto, ele não perdeu a chance de lançar alguns gorjeios para Brizola, através de comentários sobre o seu "excelente desempenho" como governador gaúcho.

— Leonel Brizola me parecia um pouco avançado para sua época, eu discordava de determinadas idéias e teses suas, mas ele era um homem sério — comentou Jânio. Leonel Brizola não é desses ladrões que têm chegado à administração pública.

Demonstrando simpatia pelo ressurgimento do PTB, o ex-presidente também elogiou a proposta do "socialismo sem pressa" de Brizola, mas deu sua receita para o partido:

— O PTB não deve ter nada do peleguismo de antigamente. Aliás, o PTB de Fernando Ferrari, Alberto Pasqualini e Souza Naves — esse sim — era o trabalhismo com que sonhava Getúlio Vargas.

Para completar, depois dos elogios ao Brizola de ontem e ao Brizola de hoje, Jânio mandou o recado:

— Se Brizola vier realmente reformado do exílio, acho que vai ser fácil uma composição com minha modesta pessoa — aqui Jânio faz uma pausa levemente dramática, olha para os entrevistadores e depois emenda, teatral — mas se Leonel Brizola vier com as idéias extremistas de antes, terá oposição!

GRAÇA SINISTRA

Durante todo o programa, Brizola foi o único político a quem Jânio reservou referências elogiosas. É um sinal de que está disposto a uma aproximação. O problema é que o ex-presidente não expressa claramente suas idéias. Pelo contrário, continua tropeçando em ambigüidades, lembrando o carreirista que não hesita em montar no primeiro cavalo que passar encilhado pela sua frente. Como político, Jânio Quadros nunca teve um partido, mas sempre teve senso de oportu-

nidade para aproveitar os momentos favoráveis. E agora?

Ultimamente, Jânio andava numa fase arenista. Muitos lembram que, nas eleições parlamentares de novembro de 1978, ele apareceu em comícios arenistas sem obter qualquer impacto. Tanto que o seu candidato a deputado não conseguiu os votos para eleger-se. Com base nisso, concluiu-se que o homem estava acabado eleitoralmente. No entanto, há pouco verificou-se que ele ainda tem um bom ibope.

Embora as enquetes do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatísticas) não tenham nenhuma credibilidade entre os especialistas em pesquisas, o fato é que o nome de Jânio apareceu em terceiro lugar numa recente lista de preferência popular em São Paulo, depois do presidente Figueiredo e do senador emedebista Franco Montoro,



mas na frente de políticos como o governador Paulo Maluf, o ex-prefeito Olavo Setubal e o líder metalúrgico Lula.

O resultado de tudo isso é que ninguém consegue avaliar suficientemente a real cotação popular do ex-presidente. Na frieza do vídeo, tal como aparece na sua estréia como estrela do *Diálogo Nacional*, Jânio Quadros é um velho de óculos, cabelos embranquecidos e mãos trêmulas que ainda impressiona pelo rebuscado da forma e pelo inesperado do conteúdo. Seu histrionismo é meio triste, tem aquela tristeza dos palhaços que insistem em repetir os mesmos truques e os velhos trejeitos de sempre, mas Jânio ainda continua engraçado. Sua graça é meio sinistra quando diz, em tom grave, que "as redações dos jornais estão infiltradas por inocentes úteis, esquerda festiva ou comunistas declarados".

Walter Moraes

Em vez de quebrar a cabeça com tantas letras decore estas: MAISONNAVE.

Existem inúmeras linhas de financiamentos para a pequena e a média empresa. Você talvez não conheça todos. Ou não saiba exatamente qual o mais adequado para a sua empresa. O Banco Maisonnave sabe. E está pronto para orientar a sua escolha.

Também oferece recursos próprios para financiamento de capital de giro e fixo. Presta aval e fiança. Faz "underwriting". Desconta duplicatas e notas promissórias. Tudo dentro da filosofia do atendimento pessoal, gente a gente, sem complicação. São só dez letras: Maisonnave.

Banco Maisonnave
Av. Sete de Setembro, 760 - Fone: 24-3566

Onze grupos de teatro numa cooperativa

A iniciativa da Cooperativa Paulista de Teatro, fundada há menos de cinco meses por 74 atores, diretores e técnicos, poderá estender-se a outros estados. No início de setembro, o pessoal de teatro de algumas capitais do país realizou uma reunião em São Paulo, a fim de captar a experiência dos colegas paulistas.

O trabalho da Cooperativa Paulista ainda é incipiente, mas já deu alguns resultados. Atualmente, o número de associados caminha para 150 pessoas, entre as quais não aparecem figurões ou estrelas do teatro, mas componentes de grupos teatrais sem grande apoio de empresários ou de subvenções oficiais.

Os associados fundadores são de onze grupos teatrais pequenos que lutam por espaço — físico, político, econômico, de público — no competitivo meio teatral paulista. Eles têm imensa dificuldade para alugar teatros, tanto para ensaiar como para espetáculos. Recebem migalhas das subvenções oficiais, que caem em grande parte nas mãos dos empresários tradicionais. E também acabam recebendo pouca atenção da imprensa, o que praticamente lhes fecha o campo de atuação, embora já contem com a simpatia de uma parte do público.

A Cooperativa já está tocando alguns de seus projetos, como o banco de textos de autores novos; o *bate-bola*, ou seja, a leitura de peças novas e a troca de informações para treinamento de novos diretores e técnicos de espetáculos; a ajuda mútua em material de montagem (carpintaria, som, vestuário, cenário, iluminação). Ao mesmo tempo, a Cooperativa está acionando os órgãos públicos municipais e estaduais paulistas para conseguir um teatro permanente para ensaio e espetáculo. No plano federal, ela convenceu o Serviço Nacional de Teatro a transferir para São Paulo a comissão de verbas e teatros públicos que, mesmo no caso da partilha das verbas e dos palcos oficiais, ainda se reunia no Rio. E obteve assunto na comissão. Disso surgiu o primeiro problema da Cooperativa: ela começa a ser hostilizada pela Apetesp (Associação dos Empresários de Teatro de São Paulo), que não aceita sua influência em decisões anteriormente mais fechadas.



O encontro foi em Porto Alegre, com a participação quase total das cooperativas

Mil jornalistas na experiência da autogestão

As cooperativas de jornalistas se unem para trocar experiências

De 13 a 15 de setembro, reuniram-se em Porto Alegre, os dirigentes das 10 cooperativas*, às quais se filiam hoje cerca de mil jornalistas na mais ampla experiência de autogestão feita por profissionais de imprensa no país. Foi um encontro promovido pela Coojornal — a pioneira e em cujo modelo se baseiam todas as outras — para troca de experiências e avaliação das atividades e perspectivas dessas sociedades cooperativas.

"A semente do cooperativismo, acreditamos, está plantada entre os jornalistas. Agora, como não temos nenhuma experiência anterior para nos basearmos precisamos ir descobrindo os caminhos certos para que ela se torne a melhor alternativa ao tipo de empresa editorial que temos no país. Daí a impor-

tância desse nosso intercâmbio", diz José Antonio Vieira da Cunha, presidente da Coojornal e coordenador do encontro.

A idéia das cooperativas ganha adeptos rapidamente no meio jornalístico, mas a maioria delas ainda está nos primeiros passos (seis das 10 existentes surgiram no último ano) e se defronta com problemas quanto à organização. "Todas as cooperativas", diz Vieira da Cunha, "têm uma mesma dificuldade fundamental: a falta de preparo dos jornalistas para organizar e administrar o seu trabalho. Então a gente tem a preocupação de que as mais velhas vão repassando o *know-how* para as mais novas. Nós começamos há cinco anos e pagamos o preço do pioneirismo, os outros não precisam repetir muitos dos erros que cometemos".

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

Todas as cooperativas têm praticamente a mesma fórmula — começam com a organização de um setor para prestação de serviços para terceiros (jornais, revistas, boletins para empresas, clubes esportivos, entidades profissionais, etc.) que serve de base econômica

para a publicação de seus próprios jornais. No momento, três das 10 cooperativas já estão publicando seus próprios jornais — a Coojornal, que edita o mensário *Coojornal* e o semanário *O Rio Grande*, a Projornal (de Goiânia) que publica um mensário de humor, o *Jornal de Deboche*, e a Cooperativa de Santos, há dois anos editando o mensário *Preto no Branco*.

Das outras, pelo menos três, têm planos para lançar jornais a curto prazo. Em decorrência, começa a se fortalecer a idéia de integração das atividades através da criação de uma agência nacional de notícias, com a rede de captação e distribuição do material formada pelas cooperativas, que hoje já abrangem quase todo o país. Este foi, por sinal, o principal tema do encontro de Porto Alegre, pois esta agência é considerada "iniciativa capaz de unir grande número de profissionais e fazer frente ao verdadeiro oligopólio em formação pelas grandes empresas (elas ensaiam a formação de uma superagência para reduzir seus custos, o que irá aumentar o controle sobre a informação e o desemprego no mercado de trabalho para jornalistas)". Ficou formada uma comissão que irá detalhar o assunto.

No plano institucional, os dirigentes das cooperativas deram grande ênfase às discussões sobre a responsabilidade social do jornalista. Eles acreditam que as cooperativas "surgem como instrumento para ampliação do mercado de trabalho, mas também, e principalmente, como reação dos profissionais ao modelo de imprensa predominante no país — o da grande empresa editorial, onde também são grandes os interesses econômicos e a participação dos jornalistas nas decisões dentro dos jornais que fazem é reduzida". Os cooperativistas chegaram à conclusão de que, neste terreno, é urgente a elaboração de um estudo que sirva de base a um código de princípios que oriente o ponto de vista editorial dos seus jornais no sentido da defesa intransigente do direito à livre informação e do interesse público.

Ainda em relação a este tema foi discutida a questão da aproximação e participação dos leitores nos jornais, para que esses possam realmente refletir os interesses maiores da comunidade. Ficou acertado que em cada cooperativa será criado um grupo de estudos para verificar os mecanismos viáveis para promover uma participação mais ativa dos leitores nos seus veículos.

A atual legislação cooperativista também foi analisada e criticada porque revela-se omissa quanto às normas que devem regular o funcionamento e organização das cooperativas de trabalho. A Lei 5.764, de 1971, que regula o cooperativismo no Brasil traça apenas as normas gerais deste tipo de atividade.

Problema semelhante ocorre na área de crédito: quase 100% das faixas de crédito e financiamento do setor coope-

(Continua)

Falta um programa de ação política

Já se tornou amplo e inquestionável o consenso de que o Cooperativismo Brasileiro não logrou ainda montar, através de seu Órgão Oficial — a Organização das Cooperativas Brasileiras — programas de ação que demonstrem a força da organização cooperativa e o espírito de vanguarda, na solução dos graves problemas que enfrenta o estágio atual da sociedade em que vivemos.

O desenvolvimento de relações estruturais necessárias à representação política do Movimento Cooperativo supõe previamente a coleta e a acumulação de informações atualizadas, dos diferentes setores cooperativos, para lhes conhecer a força econômica, as estratégias organizacionais e a influência de sua penetração na comunidade em que atuam.

Essas informações sobre os diferentes setores do cooperativismo — agrícola, consumo, eletrificação rural, crédito, serviços e outros — além de compor um quadro estatístico e cadastral, permitem estabelecer as relações de força de cada segmento e reunir os responsáveis estrategistas para ações concertadas e lançadas na mesma direção.

A representação política tem como fundamento a força e o poder econômico de cada setor e sua expansão se fará

segundo planos estratégicos de economia global, tomando-se como balizamento as prioridades anunciadas pelo governo, o que não impede tenham tido elas a participação das próprias cooperativas, através de seu órgão político.

Não foram descobertas, ultimamente, com grande rumor e publicidade as panelas do povo, surpreendentemente vazias? Ora, as panelas do povo não podem significar para as cooperativas uma raridade arqueológica, uma vez que o desenvolvimento do setor agrícola, como testemunham vários estados da Federação, dependeu decisivamente dessas organizações associativas. Pode-se dizer, mesmo, que o forte das cooperativas brasileiras é a produção de alimentos. Talvez seja enfadonho repetir que as cooperativas agrícolas são responsáveis por quase 80% da produção de leite e 52% de sua distribuição, concentradas, infelizmente, no centro-sul do país. A soja, o trigo, os hortigranjeiros e o café têm mais de 80% de sua produção estimulada pelas cooperativas. Como exceção da soja, os demais produtos compõem exclusivamente o cardápio da panela brasileira.

É bem verdade que o mercado interno é complicado e desorganizado, a ponto

de os próprios programas oficiais não facilitarem sua organização e disciplinamento quanto ao transporte e via de comunicação, estratégias de armazenamento de produtos perecíveis, controle e fiscalização da distribuição e do varejo.

Ao se analisarem alguns dados, tem-se a impressão de um grave descuido nos programas de produção de alimentos e, por isso mesmo, fomos obrigados a importar leite, arroz, milho e feijão, em nome da segurança nacional, mas com sérios efeitos sobre o equilíbrio de nossos negócios.

Um trabalho efetuado pela Fundação Getúlio Vargas sobre as Disponibilidades de Alimentos, no período de 73/75, no país, revela que a produção da batata inglesa foi inferior a um milhão de toneladas, correspondendo a 9 Kg/pessoa, para um ano. Isto quer dizer que se alguém comer mais de 9 quilos de batata por ano estará reduzindo a porção de outro. Para o café, repete-se aquela média. A cebola que, hoje, apodrece nos campos de São Paulo, mal alcançava a 2,6 Kg/ano por habitante. O antes popularíssimo feijão foi reduzido a 13 Kg/ano, ou seja, pouco mais de 20 grãos por dia. Por volta de 40 Kg de soja e outros de trigo, 80 Kg de arroz, eis aí o que significa dis-

ponibilidades de alimentos para o brasileiro passar o ano. Mesmo com nossa vasta extensão territorial e um contingente de 30 milhões de habitantes no meio rural, não produzimos leite em quantidade suficiente para o consumo interno, cabendo menos de 250 gramas por dia, por habitante.

As cooperativas, empresas tipicamente nacionais, voltadas para os problemas nacionais, propulsoras de soluções nacionais, comprometidas com o país e engajadas com o que é nosso, são as mais qualificadas para liderar o patriótico e humanitário programa de produção de alimentos in natura ou processá-los para garantir o futuro.

Este pode ser um programa de ação política da Organização das Cooperativas Brasileiras e, certamente, esta bandeira a tiraria do marasmo institucional.

Reunir os líderes de cada estado, analisar programas e estratégias, adaptar os que existem, sugerir novos, negociá-los com organismos superiores e autoridades governamentais e finalmente, executá-los em benefício da comunidade são funções que revestem de grandeza, seriedade e força qualquer organização.

Eugênio Governardi

rativista estão voltadas para as cooperativas de produção agrícola, inclusive no "banco das cooperativas", o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

O BNCC não tem recursos para operar com as cooperativas do setor trabalho e de prestação de serviços, daí porque o encontro decidiu realizar um estudo a respeito que será encaminhado ao banco, solicitando uma solução para esta questão. Foi considerado, ainda, o fato de que técnicos do próprio governo questionam a dependência do BNCC (a maior parte de seu capital é estatal e menos da

metade pertence efetivamente ao sistema cooperativista), que não traz benefícios reais ao cooperativismo. Ao contrário: muitas vezes, acaba até emperrando o seu crescimento.

* Atualmente funcionam no país as seguintes cooperativas de jornalistas:

Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal) — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre, RS

Cooperativa dos Jornalistas do Paraná (Copjornal) — Rua Brasil, 1.129 — Londrina, PR

Cooperativa dos Jornalistas de Curitiba

(Cojortiba) — Praça Osório, 45, conjunto 507 — Curitiba, PR

Cooperativa dos Jornalistas de Santos (Jornacoo) — Rua Senador Feijó, 144, conjunto 12 — Santos, SP

Cooperativa dos Jornalistas de Santos, Seção São Paulo — Rua Rego Freitas, 530 — Sobrelaja — São Paulo, SP

Cooperativa Mista de Comunicação de Salvador (Comcisa) — Av. Estados Unidos, 1 — Sala 910 — Salvador, BA

Cooperativa dos Jornalistas de Natal (Coojornat) — Rua Felipe Camarão, 358 — Natal, RN

Cooperativa dos Jornalistas de Pernambuco (Coojornape) — Av. Dantas Barreto, 576 — Sala 1.003 — Recife, PE

Cooperativa dos Jornalistas de Goiás (Projornal) — Rua 72, 407 — Sobrelaja — Goiânia, GO

Cooperativa dos Profissionais de Imprensa do Estado do Rio de Janeiro (Coo-pim) — Rua Evaristo da Veiga, 16, sala 508 — Rio de Janeiro, RJ

Cooperativa dos Jornalistas de Brasília — Setor de Indústrias Gráficas, 430 — Brasília, DF

Lutar pela vida todo mundo luta.



(Mas quem aplica em Caderneta de Poupança luta menos)

Se você quer viver mais e lutar menos, aplique uma parte de seu salário todo mês. Não que o trabalho vá ficar mais fácil. Mas que vai ser melhor aproveitado, isso vai: na Caderneta de Poupança o seu dinheiro rende juros ou dividendos, além de ser sempre atualizado pela correção monetária.

Se der para aguentar firme, não mexa nele: assim os rendimentos e a correção, em vez de serem calculados sobre o menor saldo, vão ser calculados sobre a média do trimestre. E você ganha mais. E enquanto você luta de cá, o seu dinheiro dá uma força na Caderneta de Poupança, com liquidez, segurança e rentabilidade.

E cresce, cresce, até que um dia você conquista o que todo mundo luta para conquistar: não ter de lutar mais, para aproveitar o que a vida tem de melhor.

Caderneta de Poupança
Quem poupa conquista o que a vida tem de melhor.



CRÔNICA

UM ALCEBÍADES

A gosto que se vá, já vai tarde. E falta não fará nenhuma. O mês dos azares havia baixado aqui, ventoso na Praça Serzedelo Correia, dando para levantar os ciscos e folhas, espalhar os lixos, ganhar o cumprimento da Rua Siqueira Campos e tocar para os lados dos morros. Entra ano, sai ano, agosto não muda. Um mormaço, um bochorno quente nos batendo na cara, nos tangendo para dentro de casa. E o carioca, por definição, ou quem se pendure a esta cidade, é um bicho de rua. A rua nos chama, a praia nos chama. O nosso horizonte está lá.

Não somos bichos de ninho. Também, com os crimes que a chamada civilização-de-quarto-e-sala nos impõe, nós nem moramos nestes caixotins humanos também chamados *kitchenette*. Só nos escondemos. Com os pobres aqui: pobre não luta, pobre pelega.

O que resta de classe média na Serzedelo Correia anda muito envergonhada para descer dos caixotins em que se dependura. Assim, não se vai à praça, que lá estão os sobreviventes urbanos e incomodam às pamparras, num exército brabo e mal-encarado de bicheiros, engraxates, expedinteiros, gentes ligadas aos *book-makers*, aos consertadores de venezianas, de persianas, aos amoladores de facas e tesouras, aos fotógrafos lambe-lambes a quem a tecnologia vinda de fora e maldigerida ainda não atingiu, aos pedintes, esmoleiros e aves noturnas e diurnas de procedência ignorada. Tudo isso se mistura a desempregados, velhos aposentados queimando sol, babás arrumadinhas e seus carrinhos de bebê ou gente cuja profissão pacientemente parece ser a de levar cachorros à praça para fazer ipi.

Por um conserto doméstico, desses que a minha inutilidade não me deixa resolver sozinho. Não sei consertar uma torneira, fazer uma instalação elétrica ou trocar a chave da porta. Querendo ou não, pareço e até pertencço à classe média, ainda que sendo uma carona dela. E, como ela, o máximo que sei produzir é um telegrama e, muita vez, com dificuldade.

Mas magro, cabelos branqueando, puxando de uma perna, recebendo um auxílio-doença do INPS, que não dá nem pra comer, claro, Alcebiades vive com o que tira de biscates. E, melhor para ele, sabe consertar portas e torneiras. Mexe ainda com eletricidade e, assim, contratamos um serviço.

Está aí um homem que eu compreendo porque chore. Só é difícil entender porque assobie o tempo todo.

E deu até sorte, segundo diz: é solteiro e sozinho. Tem um fogão de quatro bocas onde faz a comida e o café. Seu esconderijo, na triagem do Conjunto Habitacional de Cidade de Deus é o quartinho, uma sala e um banheiro conjugado. Tem um guarda-roupa cambaio e uma cama no quarto. A tarimba, que é mais tarimba que cama, precisa de um plástico que a forre, pois, pode chover. O resto dos trens são banquinhos e uma mesa feita de caixotes repintados.

Do que se vive na Praça Serzedelo Correia? Ora, de alguma coisa se vive, já que estamos todos enfiados, como pingentes urbanos, nesta vida copacabanense de provisoriados. É o já e o agora. Estamos aí e não queremos nem saber quem envernizou a asa da barata. Na Serzedelo Correia, até os que não sabem ler concordam com o dito de François Villon: "Nada é mais seguro do que as coisas incertas".

Nessas e outras incertas, pintou-me mais batalhando e se virando do que trabalhando, um encostado do INPS, quase cinquentão e aparentando sessenta anos. Um tal Alcebiades, ajudante de carpinteiro, solteiro logo se vê. E conforme se vê, só que nem Job. Morador em Cidade de Deus, a uns dois pares de anos, escorraçado da Favela da Rocinha, onde pelo menos, pra tapear a solidão, à noite, podia dar umas voltas, "tinha essa regalia".

Dia a dia, cada manhã, apanha dois ônibus. Bom informar que aqui no Rio, o ônibus mais barato, o xexelento circular, custa Cr\$ 3,50. Alcebiades apanha dois e bate em Copacabana para defender biscates e apanhar os trocados.

— Acaba dando pra ir tocando. Mas preciso desta droga aqui, que não é minha e eu não posso comprar outra — ele está falando dos óculos, que mostra.



Diz que para enfrentar a lama lá em cima, na Cidade de Deus, calça uma bota de borracha até as canelas, porque se meter um sapato vai ficar sem ele. Escorraçado da Favela da Rocinha para o Conjunto Habitacional, ele chegou à triagem a um par de anos e foi enfiado no barracão com a promessa de uma casa para dentro de um mês. Mas até agora está todo mundo "neutro" nessa historiada de tirá-lo dali. Ninguém diz nada. E ele vai pagando aluguel, luz água à parte e o resto do acompanhamento. E sua profissão é a esperança.

Mas a esperança anda ruça. Cidade de Deus é barra. Não tem certos "confortos" da favela, onde "para tapear a solidão, de noite, eu podia dar umas voltas, tinha essa regalia". Agora, isso acabou:

— O ambiente lá é carregado. Eu fecho aquilo e venho pra Copacabana trabalhar e não sei como é que vou encontrar as coisas na volta. Estava acostumado na Rocinha, vivi dez anos lá e, pelo menos pra mim, Cidade de Deus é pior. Como no começo que fui para lá não conhecia ninguém, tive que me virar em Copacabana e assim fui ficando.

Foi ficando também sem a regalia de sair certas horas da noite e dar o seu giro. Já não refresca a cabeça do fedor da fossa entupida. Vive desconfiado, que é sozinho. Já pediu por favor para lhe fazerem uma transferência, para o botarem longe do rio que margeia Cidade de Deus, ameaçando no tempo das enchentes. As águas, inda mais as de janeiro, são um perigo.

Estou reclamando da torneira que enguiçou. Alcebiades, lá em seu barraco da triagem, se levanta, capiongo de uma perna, vai até a pia e traz uma lata de creolina:

— Aquele fedor é insurportável, não dá pra entender, a fossa arrebentou. Eu encho tudo lá fora de creolina, porque tem bichinho, podridão. É brabo. Tem dia que pra comer dentro de casa é preciso fechar as portas e as janelas e encher todos os buracos de creolina.

Um pedaço de plástico está forrando a tarimba de colchão furado. Se chove?

— Não há jeito de dar uma melhorada. Se chover dentro de casa chove em todos os cantos. Eu não posso consertar, pois não tenho escada e não quero mexer mais. Fui consertar e o pessoal da COHAB me disse que era pra não fazer alterações na construção da casa. Então, se der zebra, o jeito é dormir debaixo de goteira.

Alcebiades não sabe de quem é a culpa. Mas o pessoal morador colabora para a esculhambação:

— Olhe, aquela sujeira é também do pessoal que mora lá. Cada um devia cuidar de seu lixo pra não virar bagunça. Mas tem cachorro, gato, cavalos. É preciso

deixar a lata do lixo longe dos cachorros, senão eles viram tudo. Então, já pensou? Vai tudo pra rua e entope as fossas.

Aí, nesse ponto, vejo que eu e Alcebiades empatamos. Ambos não sabemos para que serve a COMLURB e para que se paga a taxa de lixo. Como a maioria não sabe para que está pagando um dos condomínios mais altos do mundo para viver neste Rio de Janeiro.

As portas e as janelas emperradas, empenadas e canivetes e arames para abrir e fechar. Diz que não vai consertar nada. Situação na triagem é sempre provisória e ninguém sabe para onde vai quando for tirado dali. Enfim, como outros, Alcebiades foi removido de uma favela, perto do trabalho e enfiado num gueto, a uns trinta quilômetros de lonjura. Sorte de quem ficou na Rocinha:

— Outra coisa. Lá em casa, até o gás é sacrificado. Só vem uma vez por mês e a gente precisa ficar em casa esperando, senão perde a vez.

Saudades da Rocinha andam brilhando nos dois olhos que se apertam no parafuso da torneira. Ele vai consertando:

— Havia o problema das barreiras que desabavam, quando chovia. Por isso, em 1975, os homens do governo diziam que iam derrubar tudo. A favela iria abaixo. E o trouxe aqui acreditou e aceitou se mandar pra Cidade de Deus.

A tal Cidade de Deus era também do Diabo, dos ladrões e dos mendigos. Claro que a favela era melhor. E o pessoal do governo não iria se meter a remover mais de 150 mil famílias que moravam na Rocinha. Mas Alcebiades temeu e aceitou tocar para Cidade de Deus. Temeu e dançou.

Sobre o seu guarda-roupa costuma estar em repouso a caixa de ferramentas. Não sai de casa sem ela. Não é por nada, não. É que se o ladrão pegar, ele reclama ao bispo.

No mais, tem fogão, não tem geladeira. Um rádio de pilha. Fuma cigarros sem filtro, arrasta um dos pés arruinados pelo reumatismo e arrasta uma deslocação nas vértebras. Ganhou com isso o encosto ao INPS. Mas é uma barra. Sofre dores incriveis, nas crises se torce lá na cama. "Como Jesus sofreu na cruz".

Fora do barraco, promiscuidade, insegurança, falta de higiene, fedor permanente, fossas entupidas. Se chove, as águas não têm para onde escorrer, ficam empossadas nos arruamentos de terra. Há o risco das enchentes, que o Rio Fundo, ali pegado, costuma transbordar. Na triagem, os moradores usam creolina pra espantar o fedor; fecham portas e janelas se vão comer.

E, Alcebiades, como os outros, tem medo de ladrões:

— Lá perto de casa já houve assalto. Tem distrito policial, mas sabe como é: a polícia lá vai ter tempo de cuidar de tanta gente. Não pode tomar nem conhecimento. Assalto já houve, mas eu não vou ser otário de dizer como é que foi.

Alcebiades terminou o conserto. Recebe o trocado e aceita café. Timidamente recusa continuar o papo. Copacabana é grande e ele tem de se virar.

Vi, dia desses, num folheto do BNH que um governador, resolveu dar uma lição de fé ao povo de Cidade de Deus. Afinal, aquilo era ou não Cidade de Deus? Então, que fosse a partir do nome. Lançou, assim, nomes bíblicos às avenidas, ruas, travessas e praças. Profetas judaicos, maiores e menores, acompanhados de personagens bíblicos e de maravilhas, tipos, forças e obras de Deus começaram a aparecer substituindo números frios. Vieram avenidas Ezequiel e José de Arimatéia; ruas Daniel, Moisés e Elias; travessas Murta, Pecóde, Purim e Mênfis.

Alcebiades, magro, troncho e puxando de uma perna provavelmente não tenha notado nada disso.

Ele já se mandou de minha casa. A torneira consertada, funcionando. Tudo sob controle na área doméstica do banheiro.

E agosto que vá para o diabo.

João Antônio

Médici e Geisel, réus comuns

Hélio Fernandes, dono da Tribuna, quer indenização pelos dez anos de censura

O *Jornal do Brasil* deu apenas umas vinte e poucas linhas. A *Veja* menos de dez. O *Globo* nenhuma. Apenas a *Folha de S. Paulo* deu maior destaque, colocando em manchete de página interna a ação administrativa que deu entrada na Justiça Federal do Rio de Janeiro no final da segunda semana de setembro.

Explica-se: quem move a ação — através do advogado, ex-deputado e ex-vice-governador carioca Raphael de Almeida Magalhães — é Hélio Fernandes, diretor proprietário da *Tribuna da Imprensa*, do Rio. Hélio Fernandes, um jornalista que tem muitos inimigos pelo que faz e diz, é tratado com muitas reservas pelos próprios profissionais de imprensa e jamais mereceu grandes gestos de solidariedade dos demais donos de jornal, que ele mesmo, às vezes, fustiga com as inconfidências e maledicências de sua coluna diária.

E quem está sendo processado é a União Federal e os ex-presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, tratados desconfortavelmente, nas 24 folhas datilografadas da petição, como réus comuns. A *Tribuna* pede que os réus sejam condenados a ressarcir-la dos prejuízos de quase dez anos de censura, que valeram a Hélio Fernandes dois confinamentos. Um entre Fernando de Noronha e Pirassununga (SP), por causa de um editorial sobre a morte de Castello Branco ("Os Carrascos também morrem") e outro em Campo Grande (MS), na época do AI-5, além de 22 prisões, incontáveis processos e 114 detenções "para prestar esclarecimentos".

Não é uma ação inédita. O *Correio da Manhã* e o *Estado de S. Paulo*, um após a queda do Estado Novo e o outro após os primeiros passos efetivos da *Distensão lenta, segura e gradual* de Geisel, já haviam recorrido à Justiça, sem grandes êxitos, com o mesmo objetivo. Mas é mais do que uma ação administrativa, uma ação política, para não deixar cair no esquecimento o que Hélio Fernandes chama de "a mais vergonhosa e revoltante quadra da história do cerceamento à liberdade de imprensa no Brasil".

GALO DE BRIGA

A censura à *Tribuna* começou um pouco antes do parto do AI-5. No dia 23 de outubro de 1968, compareceu, fardado, à redação do jornal o coronel Carlos Pinto, então chefe do Serviço Secreto do I. Exército. Ele comunicou à direção que a partir daquela data o jornal estava sob censura prévia. Dois dias depois, os dois capitães do Exército que desempenhavam as funções de censores, sem apresentarem qualquer documento escrito, passaram a exigir que não se publicasse qualquer notícia sobre prisões ou torturas de presos políticos, vetando, também, a divulgação de matérias, de qualquer forma, relacionadas com esses assuntos proibidos.

Foi assim a censura durante os primeiros oito meses. Em seguida, ela passou a ser mais indiscriminada, mais ampla e abrangente. Fez-se então, a censura de qualidade, segundo Hélio Fernandes, "destinada a evitar que o jornal publicasse matérias que pudessem agradar o leitor, qualquer texto que contribuisse para tornar o jornal mais inteligente ou interessante".

A redação teve, então, de preparar, todos os dias, texto suficientes para a edição de dois jornais e meio. Mais de 600 artigos de Hélio Fernandes foram censurados. Todas as colunas sofriam cortes e até infiltrações. A partir de certa data, os censores passaram a ocupar a

redação durante as 24 horas do dia, revezando-se em quatro turnos de seis horas.

Quando o jornal chegou à exaustão sua direção comunicou aos censores que não tinha mais condições de editá-lo, a menos que fosse permitida a publicação de espaços em branco. Após consultas a altas fontes, os espaços em branco foram liberados e se tornaram, durante dois anos e meio, marcas evidentes e públicas da censura e da dualidade do regime, ao lado de um galo de briga, em posição de combate, impresso junto ao título, na capa, como símbolo de resistência.

TIRAGEM MAIS BAIXA

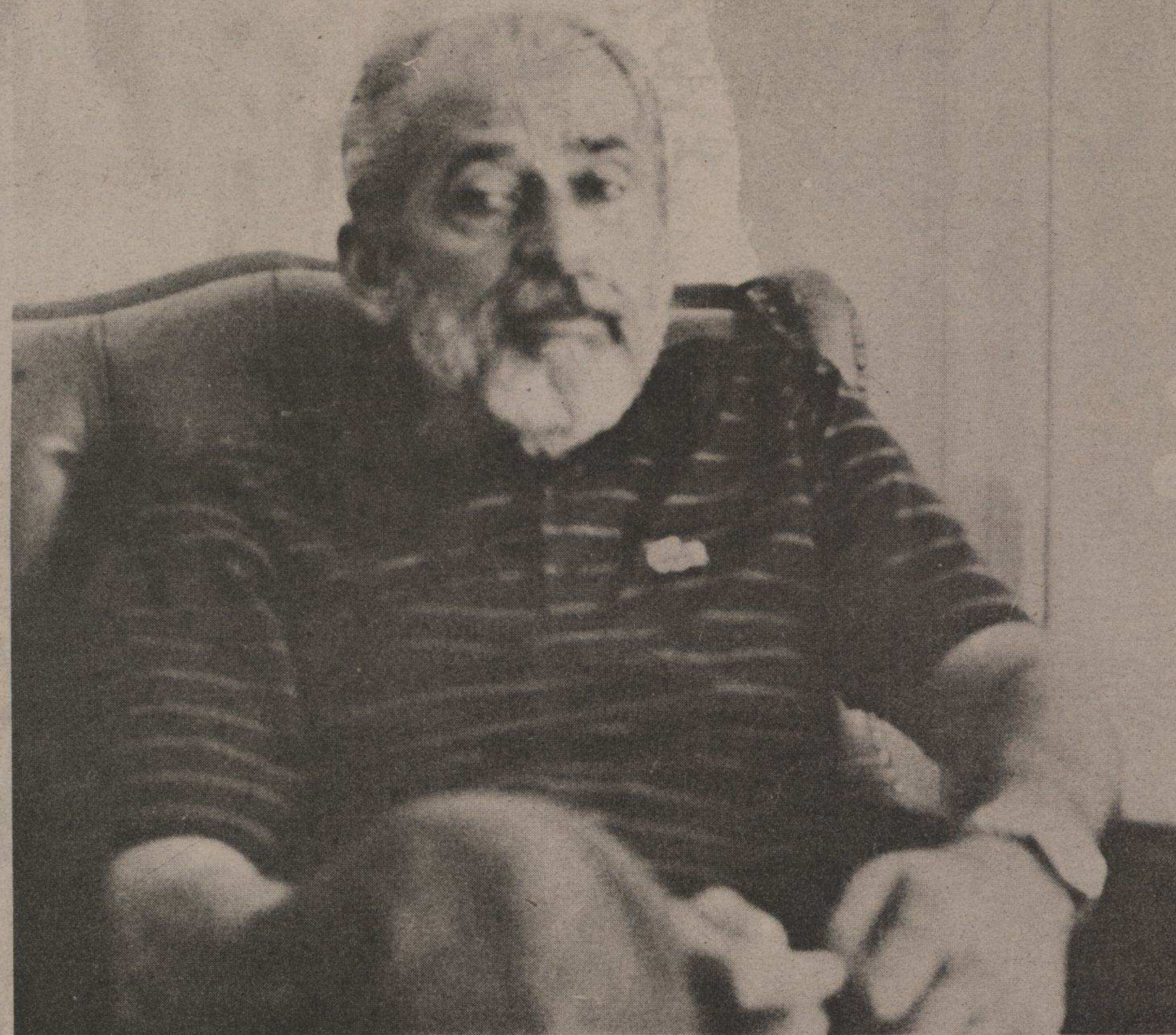
A *Tribuna da Imprensa* sempre foi um jornal oposicionista. Conserva ainda um pouco do matraquear de metralhadora giratória de seu fundador e primeiro proprietário, Carlos Lacerda. Em 1960 Lacerda vendeu o jornal a Nascimento Brito, do *Jornal do Brasil*, que, um ano depois, passou-o a Hélio Fernandes. Com a censura, a tiragem do jornal, que era de 15 mil exemplares diários, foi sendo progressivamente reduzida, até atingir sua marca mais baixa: 500 exemplares.

Os censores não deixavam que fossem publicadas sequer as notícias políticas importantes que o *Jornal do Brasil* e o *Globo*, por exemplo, podiam estampar livremente. Assim, não saíram na *Tribuna*, entre outras, as notícias da morte de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, em dependências do DOI-Codi de São Paulo (nem a nota oficial do comandante do II Exército foi permitida), da cassação do deputado Alencar Furtado (só pôde sair a manchete *Alencar Furtado cassado*), do lançamento da *Carta aos Brasileiros*, da edição do *Pacote de Abril*.

A perseguição ao jornal levou não só à perda de leitores e assinantes, mas também ao afastamento de alguns de seus mais importantes colaboradores. Hélio Fernandes transcreveu na petição à Justiça Federal trechos de cartas que lhe foram remetidas por alguns deles. Por exemplo:

Oliveira Bastos — "Durante algum tempo, pareceu-me que os censores eram ignorantes e não sabiam exatamente o que cortavam. Na verdade estávamos empenhados num jogo absurdo em que nós, redatores, tínhamos a necessidade de burlar a vigilância deles e os censores se sentiam desafiados a identificar todas as oportunidades de contrabando jornalístico. Na impossibilidade de saberem o que se escondia nas entrelinhas, eles (era o que eu pensava inicialmente) cortavam tudo o que não entendiam. Pouco a pouco fui me dando conta de que o jogo era outro. Ao lado da censura ideológica, política, havia uma outra, mais sutil e mais cretina, a censura de qualidade. Pensa no meu caso. Eu não era um contestador. Longe disso. (...) Está bem que depois da briga com o Delfim e o enquadramento na Lei de Segurança Nacional o meu nome despertasse maiores cuidados à censura. Ainda assim, não mudei fundamentalmente minha visão das coisas, ou, se preferires, a minha falta de visão das coisas. Fui, no entanto, sistematicamente, atingido pelo lado da qualidade do meu texto e não por motivos políticos ou ideológicos. Cortavam, para meu desespero, o que tinha de graça, o que era bem-colocado, a frase de efeito, o melhor do texto, enfim, tive de parar."

Paulo Francis — "Sentia-me injuriado, profissional e moralmente. Explico: a censura me cortou completamente colunas sobre dois acontecimentos (entre muitos) de singular importância: o bombardeio americano no Vietnã do Norte, em 1972, e a derrubada de Salvador Allende, em 1973. Esses dois acontecimentos renderam manchetes mundiais nas respectivas ocasiões e continuam até hoje fonte de controvérsia. E que dizer do comentarista internacional Paulo Francis, com uma coluna diária, que não os menciona sequer e que não pode avisar



Fernandes: "Para que não se esqueça uma quadra vergonhosa e revoltante

ao leitor que foi censurado, razão do silêncio?"

Sebastião Nery — "Em determinado instante, ficou impraticável escrever no jornal. Os censores chegavam no fim da noite, ficavam bebendo cerveja no boteco da esquina, para mais ainda prejudicar o trabalho da oficina. Conclusão: era preciso optar entre o infarte e o trabalho censurado. Por isso, fui obrigado a parar com a coluna, depois de tantos anos de batente".

CÁLCULO DIFÍCIL

Os censores abandonaram a redação da *Tribuna* no dia 9 de junho de 1978. Logo a tiragem do jornal voltou a subir. Hoje, segundo Hélio Fernandes, a tiragem está estabilizada em 25 mil exem-

plares. É muito difícil avaliar com precisão os prejuízos que o jornal sofreu com a perda de leitores, a queda de circulação e a fuga de anunciantes. O próprio jornal não diz, na ação administrativa, quanto deseja de indenização de parte da União, de Médici e de Geisel. Mas pede ao juiz federal que designe uma perícia para fazer os cálculos.

Em tese, o juiz pode indeferir a ação. Nesse caso, caberá recurso ao Tribunal Federal de Recursos, que terá de citar os réus. O juiz pode também aceitar a ação, caso em que o Procurador Geral da República e os advogados de Médici e Geisel teriam de apresentar defesa. De qualquer maneira, como a Justiça brasileira é lenta, Hélio Fernandes alimenta a satisfação íntima de sustentar Médici e Geisel no banco dos réus pelo menos por dois anos.

O Rio Grande do Sul agora está mais perto de você.

O Rio Grande do Sul agora está mais perto de você através de uma publicação feita exclusivamente para isso.

O RIO GRANDE Semanal é o jornal de informações da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — COOJORNAL, surgido a partir da necessidade urgente de editar um veículo

que falasse de forma independente e completa sobre o desenvolvimento deste estado, seus problemas e soluções, suas contradições, sua cultura.

Você que ainda tem laços com o Rio Grande do Sul, você que tem interesses por aqui, assine agora O RIO GRANDE Semanal.

Afinal, ele já é um retrato vivo do Sul.

Para fazer sua assinatura (fora do Rio Grande do Sul o jornal não circula em bancas) basta preencher o cupom abaixo

NOME.....
 ENDEREÇO.....
 CIDADE.....CEP.....
 ESTADO.....PROFISSÃO.....

Marque com um X a sua escolha.

Cr\$ 680,00 — Assinatura anual de O Rio Grande Semanal.

Cr\$ 800,00 — Assinatura anual de O Rio Grande Semanal

mais uma assinatura anual do COOJORNAL

Envie cheque nominal ou vale postal para
 COOJORNAL* Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre
 Rua Comendador Coruja, 372
 90000 — Porto Alegre — RS

DEPOIS DO VENDAVAL

Para onde vai a esquerda brasileira?

Por Sérgio C. Buarque

A crise ideológica e as cisões que marcaram as forças de esquerda brasileira no início desta década (final da década passada) criaram uma base completamente nova para o movimento socialista no Brasil: a formação de uma ampla camada de socialistas independentes que rejeitam os princípios e concepções ortodoxas e dogmáticas da esquerda tradicional.

Hoje, existe no Brasil uma nova esquerda difusa, heterogênea e indefinida, mas, suficientemente, numerosa para poder contrabalançar as correntes dogmáticas e ortodoxas da esquerda tradicional.

Ela é, sem dúvida, o melhor subproduto da crise generalizada que atravessou a esquerda no período de 69 a 74. Soube romper com velhos tabus e mitos do movimento revolucionário e, como tal, têm condições de recuperar o pensamento crítico do socialismo histórico. Ela é socialista, independente e antidogmática; mais do que isso não se pode dizer. Sua força numérica e sua postura crítica frente às experiências anteriores da esquerda brasileira permitem aos socialistas independentes reintroduzir o debate político e ideológico, não só em torno das questões mais concretas da atualidade política, mas também sobre os problemas centrais do pensamento socialista.

A começar pela concepção de socialismo e concepção partidária, adotando uma visão crítica frente aos modelos soviéticos e aos princípios partidários de inspiração leninista.

De forma ainda irregular, a nova esquerda recupera os princípios democráticos para o ideário socialista e busca novas formas de articulação e de organização e trabalho popular.

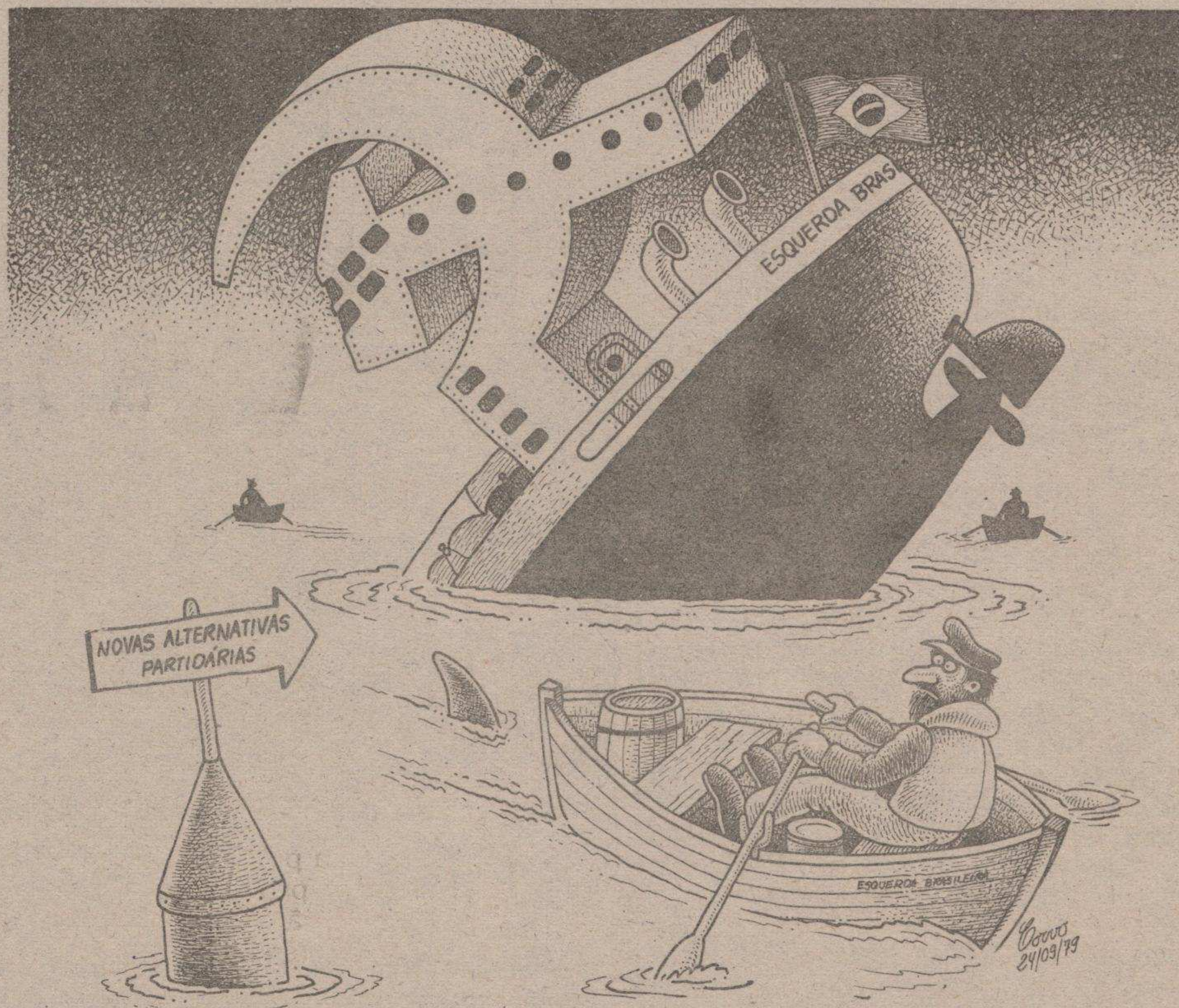
A médio prazo esta nova esquerda desaparecerá como conglomerado independente. Ou desenvolverá mecanismos próprios de organização ou será absorvida por uma ou várias das iniciativas de articulação partidária. A primeira hipótese parece atualmente improvável.

Em primeiro lugar pela falta, mesmo, de uma proposta capaz de unificar e organizar a esquerda socialista independente; além disso, é duvidoso que esta pudesse vir a ser uma alternativa capaz de mobilizar amplos setores da população, o que a nova esquerda considera indispensável. De modo que, a meu ver, a nova esquerda brasileira tende a diluir-se em grandes projetos partidários, deixando-se levar, ora pelas exigências ideológicas, ora pela sua convicção de necessidade de um movimento popular abrangente. O importante, nestas condições, seria que a nova esquerda se preparasse para influir no debate ideológico que terá lugar no interior das forças de esquerda e nos projetos partidários; preparar-se de forma organizada para ser absorvida pelo leque de ofertas partidárias do Brasil de hoje. Ela deve preocupar-se em definir as condições em que ocorra aquela absorção que parece inevitável na atual conjuntura.

Desde a grande crise da esquerda brasileira, as novas forças de esquerda independente trabalharam ativamente nas frentes de organização de base, nas organizações democrático-liberais e, mais recentemente, no movimento eleitoral de apoio aos candidatos populares da oposição.

A questão partidária só agora começa a ganhar atualidade no seio desta esquerda independente, como consequência, mesmo, do acelerado processo de articulação e organização das forças políticas que têm lugar atualmente no país. Nestas novas condições, a nova esquerda brasileira vai se aproximando das forças que parecem abrir espaço para a construção de um partido novo, mais ou menos dentro do espírito do seu socialismo independente: um partido socialista, de massas e democrático (no seu projeto de sociedade, mas também na sua estrutura interna).

Sem julgar a correção da avaliação



feita pela nova esquerda, o certo é que ela dividiu-se atualmente pelo menos em três grandes projetos partidários: o PTB, articulado por Leonel Brizola, o PT dos sindicalistas de São Paulo, e o partido socialista popular que está sendo organizado pelos socialistas paulistas e os autênticos do MDB. Mesmo dividindo-se em projetos aparentemente excludentes, os socialistas independentes conservam, no essencial, a mesma perspectiva de construção de um partido socialista, democrático e de massas.

Nos seus contatos na Europa e América, o ex-governador Leonel Brizola ressaltou sempre que pretendia ser uma ponte entre a tradição popular do velho PTB (com todos os seus desvios e indefinições) e a nova esquerda socialista independente.

No exílio, Brizola conseguiu, com efeito, sensibilizar um número razoável de antigos líderes e quadros socialistas de diferentes origens, nos quais apoiou-se para o trabalho político de reorganização do PTB. Isto é testemunhado de forma eloqüente pelas presenças destacadas no recente encontro de Lisboa de figuras como Francisco Julião, Herbert de Souza, Teotônio dos Santos e vários outros militantes e quadros políticos da esquerda independente.

A ponte parecia solidamente implantada no exterior, mesmo porque, a nível do debate ideológico, era esta nova esquerda quem mais atuava, e o fazia com o evidente apoio de Brizola, que parece convencido realmente de que o PTB tem que ser um partido de esquerda e devidamente estruturado para contar com legitimidade e ocupar um espaço político importante no Brasil.

A ponte, contudo, não parece ter tido a mesma eficiência junto à esquerda socialista independente que se encontra no país, de modo que, mais do que uma ponte entre correntes políticas, faz-se necessário hoje uma ponte entre o PTB do exterior e o PTB de dentro do Brasil. A atratividade do PTB junto às forças da nova esquerda que estão no Brasil é, seguramente, bem menor do que se esperava.

A nova esquerda brasileira (salvo alguns núcleos bem ativos no Rio, em São Paulo e Brasília — para não falar no Rio Grande do Sul), flutua da dúvida à evidente suspeita (e mesmo aversão) com relação ao projeto de reorganização do PTB.

A delegação que foi do Brasil para o encontro de Lisboa é uma expressão disto. Ao contrário da representação externa, composta essencialmente desta nova esquerda, a delegação do Brasil contava apenas com alguns poucos membros des-

ta esquerda socialista independente. É possível dizer que, até o momento, o trabalhismo não conseguiu transformar-se num escoadouro seguro da nova esquerda socialista e independente.

É certo que uma grande dose de preconceito e o elitismo da esquerda impedem uma adesão crítica ao PTB, como ocorreu no exterior (onde, em todo caso, ainda existe uma esquerda socialista forte, contrária ao PTB). Mas este preconceito e elitismo não são suficientes para explicar a fragilidade da ponte que se tentou contruir no Brasil.

Se existe a convicção de que o PTB deve ser um partido de esquerda para ter legitimidade e valor histórico, não há como prescindir desta nova esquerda brasileira. Assim, um dos objetivos táticos centrais do projeto do PTB deve ser a realização da tarefa a que se propunha Brizola: a construção da ponte, oferecendo àquela esquerda canais concretos de expressão e organização política num grande partido de massas. Caso contrário, o PTB poderá ressurgir como um grande partido de centro com rasgos populistas e eleitoreiros. E a nova esquerda perderá uma grande oportunidade histórica de criar um partido socialista e popular.

A ponte não foi concluída no Brasil porque o projeto de reorganização do PTB ganhou contornos políticos que reforçaram as suspeitas e dúvidas dos socialistas independentes no país. Principalmente para um projeto que não pretende definir antecipadamente seu programa, suas táticas e estratégia (e que carrega uma herança controversa de populismo e personalismo), é importantíssimo cuidar-se dos contornos políticos que, na prática, vão definindo seu conteúdo junto à opinião pública e aos políticos.

O primeiro elemento deste contorno foi dado pela forma e o tipo de aproximação com a Internacional Socialista que levou a que o PTB fosse identificado como um simples instrumento do SPD alemão (o maior partido daquela associação), prenunciando uma edição brasileira de tão controvertida experiência portuguesa.

A íntima ligação com o PS português, reforçada agora no encontro de Lisboa, serviu para estimular as versões difundidas pela imprensa e por forças políticas da esquerda tradicional que não pretendem uma aproximação da nova esquerda com o brizolismo. Claro que esta versão não expressa corretamente o conjunto das atividades de Brizola nos seus contatos no exterior e muito menos nos seus contatos dentro da Internacional Socialista.

Mas o que importa é que a aproximação de Brizola e do projeto do PTB

com aquela associação deu contornos social-democráticos ao partido que se pretende criar, dificultando, como consequência, o diálogo do trabalhismo com a nova esquerda.

Para completar a suspeita e desconfiança da esquerda independente brasileira com relação ao PTB, Brizola, como o principal líder da rearticulação, manteve um discurso público pouco convincente. Enquanto falava de forma conciliatória frente ao governo militar (o que pode até ser justificável taticamente) não poupou os ataques ao partido de oposição que, mesmo falido, conserva para certas correntes a função de frente parlamentar-democrática.

A imprensa serviu-se deste conjunto para liberar seu talento especulativo e difundir a idéia de uma grande trama de Brizola com os militares no poder.

O PTB teve, ainda, dificultada sua aproximação com a nova esquerda no Brasil devido às personalidades políticas que passaram a representar abertamente o projeto no próprio país. Excetuando-se algumas figuras conhecidas e respeitadas pela nova esquerda brasileira, a maior parte dos homens políticos que, no Brasil, encamparam o projeto do PTB e, pelo menos aparentemente, passaram a representar o projeto e o próprio Brizola no Brasil, tem uma formação ideológica e um passado político bastante duvidoso.

Não se trata apenas de purismo da esquerda brasileira, de exigir atestado ideológico aos membros do partido que escolheram. Mas é indiscutível que qualquer tendência política espera contar com o mínimo de certeza de que os dirigentes de um movimento coincidam realmente com os seus propósitos políticos e ideológicos. A nova esquerda necessita de um mínimo de confiança nas figuras que dirigem um projeto partidário, para decidir engajar-se na sua articulação. A confiança mínima de que encontrará no mesmo verdadeiros canais de expressão e organização política.

A nova esquerda poderá manter sua suspeita até que haja elementos que tornem viável um PTB com uma ampla democracia interna e com um compromisso indiscutível com um projeto popular de transformações sociais. Para isto a nova esquerda julga, com razão, que é indispensável a presença de homens realmente comprometidos com o movimento popular e com as aspirações socialistas, nas funções dirigentes do projeto do PTB.

Neste aspecto, o encontro de Lisboa teve um efeito relativamente positivo. A presença e adesão ao PTB de um Lysaneas Maciel e a atuação das figuras socialistas do exterior tiveram seguramente uma repercussão boa junto a setores da esquerda socialista do Brasil. Em todo caso, é discutível que este dado tenha conseguido neutralizar a imagem pouco simpática conferida por uma apresentação pouco convincente do projeto do PTB no Brasil.

Em todo caso, não se deve esquecer que a própria forma de articulação e encaminhamento do PTB no Brasil não favoreceu um funcionamento democrático e uma absorção da nova esquerda no trabalho concreto de reorganização daquele partido. Os velhos petebistas reivindicam (com justiça) uma posição dirigente no partido, e Brizola foi obrigado à cooptação de figuras tradicionais do trabalhismo, muitas marcadas pelo populismo e pelo personalismo, que reproduziram os antigos métodos de trabalho. As figuras novas que entraram no projeto, sobretudo certos parlamentares, não tinham condições de alterar este quadro por absoluta falta de visão política e definição ideológica. O resultado foi a avalanche de declarações bombásticas e absurdas que reforçaram as resistências da nova esquerda brasileira com relação ao PTB e à proposta de Brizola de construir uma ponte que preparasse a construção de um partido popular-socialista.

(Continua)

Publicar ou não publicar?

Os editores dos maiores jornais do país frente a um fato polêmico

A maioria da esquerda independente no Brasil mostra mais simpatia pelas iniciativas dos socialistas de São Paulo, tendo à frente Almino Afonso, pela articulação do PT, o Partido dos Trabalhadores, e pela movimentação dos autênticos do MDB em alguns estados brasileiros. Todas três articulações, que parecem convergir para um projeto único (pelo menos esta é a intenção dos socialistas paulistas), caracterizam-se por uma postura mais definida do ponto de vista ideológico, seja no projeto social, seja na perspectiva de classe ou nas posições frente ao governo militar e ao capital internacional.

A simpatia não tem sido expressa diretamente em adesão aos projetos, embora os mesmos contem com mais credibilidade junto à nova esquerda que o PTB.

A grande diferença em relação ao PTB é que estes projetos desligam-se de um passado político, com todos os aspectos positivos, mas, também, com os componentes incômodos da sua história (como o PTB). Na perspectiva de médio prazo, estes projetos coincidem com as pretensões genéricas da nova esquerda socialista brasileira, qual seja, a criação de um partido popular, democrático e socialista.

Mas parece repetir-se hoje o velho dilema da esquerda entre a definição ideológica e as propostas de massa. Como transformar hoje um projeto, que parte de uma perspectiva ideológica, num grande partido popular, capaz de organizar e dirigir as amplas camadas populares dos assalariados brasileiros?

A recente aproximação entre os sindicalistas de São Paulo (ligados ao PT), os socialistas e os autênticos do MDB (principalmente de Pernambuco) dá uma nova dimensão política ao projeto de um partido de esquerda, um partido que organize a nova esquerda brasileira.

Mas, se a organização da nova esquerda brasileira é uma tarefa muito importante neste momento político, ela é apenas uma parte do esforço para construir algo novo no espectro partidário do Brasil. No fundamental, um novo partido com uma ampla representação de massas e um projeto social definido só será possível se for articulado o trabalho de organização da nova esquerda com os esforços de mobilização e organização popular, entre os quais incluem-se, não só as formas diretas de organização (associações de bairro, jornais populares, frentes de massa e frentes democráticas), mas, também, o projeto brizolista de ordenação da tradição histórica do trabalho.

A dinâmica atual das articulações parece indicar contudo que teremos no Brasil duas forças políticas populares de esquerda (ou centro-esquerda) provocando a divisão, também, da nova esquerda. Ainda é incerto se a articulação socialistas-autênticos-petês conseguirá transformar-se numa realidade partidária dentro dos quadros da legislação eleitoral atual; e, como parte importante das articulações passa pelos mandatos parlamentares, este é um dado muito importante. Caso aquela articulação não possa registrar uma legenda, pode ocorrer muito cedo uma debandada geral dos parlamentares autênticos na direção do PTB, em busca de legenda para concorrer aos próximos pleitos. O resultado seria a diluição das forças socialistas que flutuam em torno da iniciativa socialistas-autênticos, seu enfraquecimento e adesão tardia ao PTB já, então, devidamente controlado pelos setores tradicionais e pelos oportunistas da primeira hora.

Para os socialistas independentes a tarefa mais importante do momento é a intensa articulação dos dois grandes projetos políticos-partidários: o PTB e o projeto socialistas-autênticos. Esta articulação pode servir para organizar a popularidade do PTB, dando-lhe uma estrutura e um programa que o torne realmente um partido popular (para usar a expressão de Almino Afonso), ao mesmo tempo que possibilitar aos socialistas uma verdadeira penetração nas amplas camadas populares. A inversão na tendência atual à divisão das forças populares deve ser a preocupação principal dos socialistas independentes que trabalham ou simpatizam com qualquer das iniciativas de articulação político-partidária da esquerda. Do contrário, poderão repetir-se os velhos mecanismos da nossa história recente: a divisão dos assalariados e o isolamento relativo dos socialistas.

Em sua edição nº 575, de 12 de setembro, a revista *Veja* publicou, com bastante espaço e uma fotografia, matéria intitulada *Em flagrante*, onde contava-se um incidente envolvendo a sra. Tânia Simon, esposa do senador, do MDB gaúcho, Pedro Simon, numa loja de departamentos de Nova Lorque — e que terminou na Central de Polícia de Nova Lorque.

A revista praticamente esgotou em Porto Alegre, já na quarta-feira, dois dias depois que foi para as bancas. E na capital gaúcha não se falou de outra coisa. A notícia de *Veja*, a par da excitação que causou em certos círculos porto-alegrenses, provocou imediatamente uma intensa discussão, especialmente nas rodas jornalísticas. Por que só *Veja* deu a matéria?, muitos se perguntavam, sabendo que praticamente toda a grande imprensa brasileira conhecia o fato e preferiu silenciar? Por que *Veja* publicou a matéria, sabendo-se que os furtos praticados por turistas nas lojas de Nova Lorque são coisas corriqueiras? E, finalmente, porque *Veja* publicou a notícia somente 45 dias depois do fato?

José Roberto Guzzo, diretor de redação de *Veja* falando ao semanário gaúcho *O Rio Grande* disse: "É comum brasileiros serem presos no exterior por furtos", diz ele. "Se fosse uma pessoa anônima, não teria importância, mas tratava-se de um personagem público, esposa de um senador", completa ele.

O editor de *Veja* contou ainda como foram obtidas as informações. O correspondente da revista em Washington, Roberto Garcia, estava em Nova Lorque cobrindo o encontro de Brizola, Simon e Tancredo Neves e acompanhou pessoalmente todo o episódio: "O repórter, portanto, foi testemunha ocular e não há dúvidas sobre a questão", diz Guzzo.

Ele esclareceu ainda porque a matéria só saiu 45 dias depois do fato. "Garcia fez o que qualquer jornalista faria: comunicou-nos a notícia. Nos primeiros dias de agosto, ele veio ao Brasil a serviço e me relatou todo o episódio. Pedi-lhe então que quando retornasse aos Estados Unidos, fizesse novamente o levantamento da história e apurasse detalhes que faltavam, como datas, horários, valores, nomes dos policiais envolvidos e do juiz. Na hora, ele acompanhou só o essencial. Acharmos prudente ter todos os detalhes, porque era um assunto delicado".

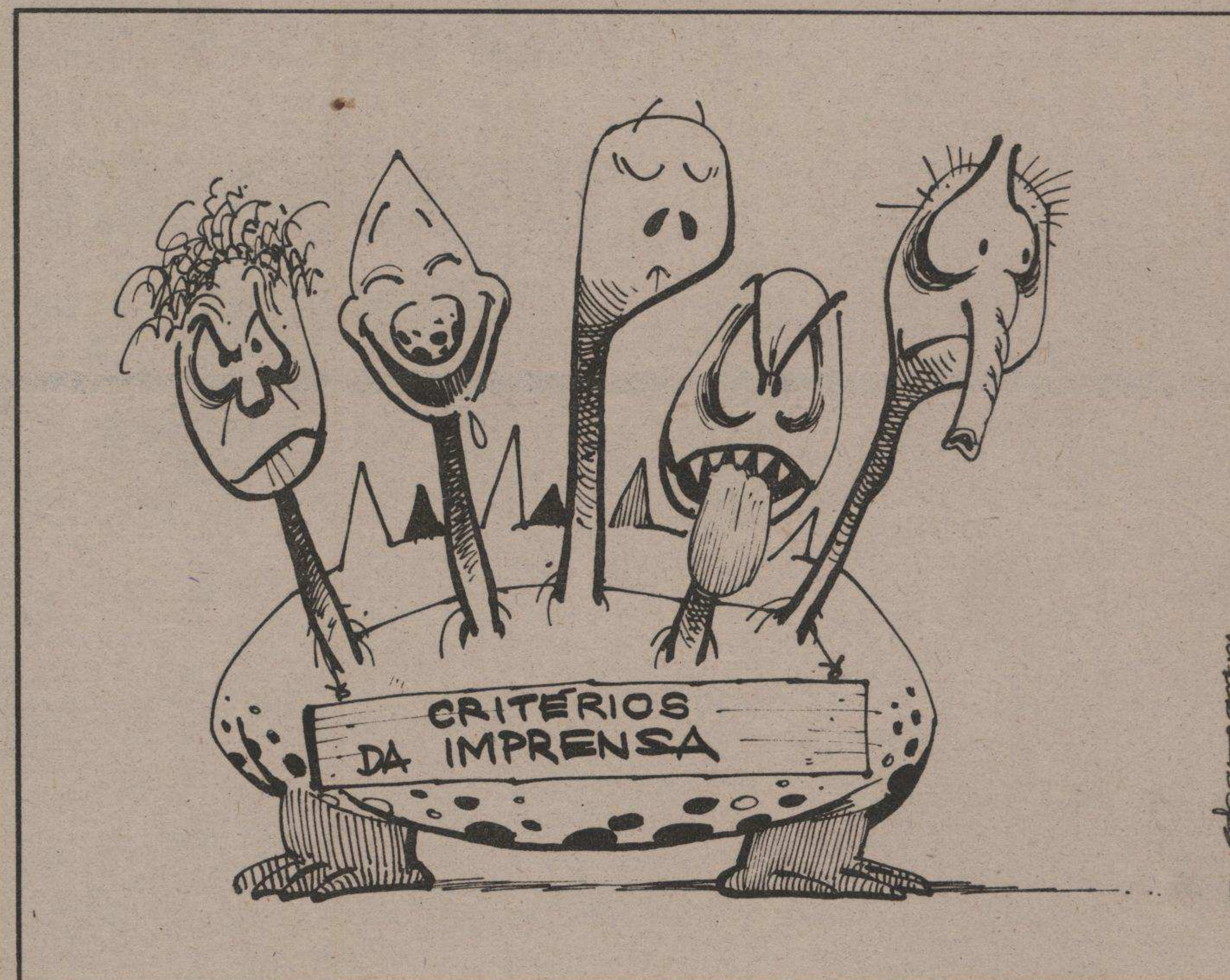
O correspondente ainda permaneceu mais duas semanas no Brasil e, de volta aos EUA, pediu uma semana de prazo. O material chegou a São Paulo na manhã do dia 7 e foi reduzido por questões de espaço. "Demos o que sabíamos, assim que se pode dar", explicou o editor de *Veja*.

Guzzo, aliás, estranhou bastante as reações contrárias à revista e criticou veladamente o comportamento dos correspondentes brasileiros em Nova Lorque: "Os que fizeram a cobertura do encontro entre Brizola, Simon e Tancredo Neves sabiam. Vários deles vieram acompanhando Brizola no seu regresso a São Borja e comentaram o episódio com os jornalistas daqui. Porque não publicaram, não sei".

Em busca da resposta para essa questão, o *Coojornal* entrevistou os editores dos principais jornais e revista do país. Eis seus depoimentos:

ISTO É

"A notícia chegou como coisa a verificar. Pensamos que não poderia ter fundamento, que não passasse de um boato irresponsável. O senador merece tal respeito de todos nós, que não demos credibilidade ao fato. Ponderou-se que o acontecido referia-se à sua vida particular



e, se levássemos a público, estaríamos interferindo em sua privacidade. Num consenso, decidimos não publicar" (Raymundo Faoro, diretor-presidente).

JORNAL DO BRASIL

"Não me parece que seja uma notícia política importante. Mas não penso que a revista *Veja* tenha cometido nenhum erro, eles tinham uma boa história e eu, não. Quem deve cuidar da imagem do Pedro Simon é o Pedro Simon e ninguém mais" (Almir Gajardoni, editor de política).

FOLHA DE SÃO PAULO

"A *Folha de São Paulo* sabia do fato. Seu correspondente em Nova Lorque, Paulo Francis, havia relatado o fato em minúcias. Mas a decisão do jornal foi não publicar a matéria. Essa decisão foi tomada depois de uma profunda análise e obedeceu a um princípio ético de não atingir o senador, que obviamente seria atingido, já que o fato envolve sua mulher e ele não tinha a mínima participação. Fatos como esses, de furtos em lojas brasileiras ou estrangeiras, ocorrem todos os dias e não ganham notoriedade na imprensa. Não seria porque o presente fato envolvia a mulher do senador Pedro Simon que ele iria se tornar uma ocorrência importante. Seria importante se o fato ocorresse com o próprio senador. Aí sim daríamos a notícia, ela sairia em primeira página" (Boris Cassoy, editor-chefe).

O ESTADO DE S. PAULO

"O *Estado* soube do fato através de jornalistas da revista *Veja*, antes da matéria ser publicada. Soubemos no sábado e a revista saiu na segunda-feira. Não publicamos a matéria porque ela vinha com embargo, era levantada por outra publicação. Mas se a tivéssemos obtido através de nossos próprios meios e houvesse bastante certeza sobre a sua veracidade, publicaríamos. Publicaríamos pelo mesmo motivo que publicamos milhares de outras notícias diariamente: é um fato jornalístico. E esse fato passou a ser jornalístico no momento em que o Departamento de Estado norte-americano passou a intervir. Mesmo que a mulher do senador tivesse apenas tropeçado e por isso o Departamento de Estado fosse chamado a intervir, ainda seria notícia. Como notícia seria, embora com importância reduzida, se o fato como correu não tivesse motivado a intervenção do governo americano. Nossos critérios de tratamento de fatos envolvendo familiares de personagens públicos, é não entrar na vida privada dele e de sua família. Isso só acontece quando envolve estruturas oficiais. Por exemplo: publicamos e publicaremos tudo o que envolve a esposa do governador de São Paulo no caso Lutfalla" (Miguel Jorge, editor-chefe).

JORNAL DA REPÚBLICA

"Essa informação tinha chegado ao nosso conhecimento já há algum tempo. Como tinha todo o jeito de boato, achamos melhor não publicar. Não nos pareceu uma informação correta. Mas se ela fosse confirmada, certamente não publicaríamos um mês depois do ocorrido, como fez a *Veja*. E publicaríamos pela mesma razão que nos faria publicar se o envolvido fosse um senador da Arena: personagens públicos estão expostos à opinião pública. É rigorosamente correto que se publique fatos de personagens públicos, desde que rigorosamente confirmados. O comportamento de um personagem público é revelador de seu posicionamento ético. No caso específico envolvendo a mulher do senador Pedro Simon, parece que a informação não está devidamente comprovada. Não leio *Veja*, ela tem o poder de me irritar. Não sei se, como publicaram, é convincente. Vi apenas a resposta do senador Simon e por ela entendi que faltam provas mais cabais" (Mino Carta, editor).

ZERO HORA

"Nós não tínhamos conhecimento do fato. Pelos menos eu e o Fehlberg (Carlos Fehlberg, editor-chefe) não sabíamos. Se soubéssemos do ocorrido, a decisão de publicar ou não seria tomada pela direção, já que o caso é delicado e tem importantes implicações" (Lauro Schimmes, diretor de redação).

GAZETA MERCANTIL

"Ao mesmo tempo em que se denuncia Paulo Maluf, não há como omitir fatos que são do conhecimento da reportagem, apesar de envolverem simplistas. Eu me considero amigo pessoal de Pedro Simon — conheço-o desde 1938 —, mas acho que apoio e solidariedade se dão no voto. Quem tem que se policiar é o homem público, não a imprensa. A história pode até ser uma tremenda trama. No entanto, quem menos tem a ver com os fatos divulgados é a imprensa. Se o senador ficou insatisfeito, cabe a ele processar a revista *Veja* — ou se desquitar. O leitor, porém, tem o direito de saber de tudo. E a matéria publicada foi correta. Eu fiz o mesmo, sem sensacionalismo. De posse de todas as informações, ouviria o imor e publicaria uma história isenta" (Paulo Totti, editor).

CORREIO DO POVO

"Quem decide sobre essas questões é o dr. Breno (NR. Breno Caldas, diretor-presidente da Cia. Jornalística Caldas J...)" (Adail Borges Fortes, secretário de redação).

O BRASIL JÁ VAI À GUERRA

Por José Casado

A grande e sofisticada indústria de guerra que vem sendo montada no país nos últimos dez anos é quase desconhecida dos brasileiros. Calcula-se que já 100 mil pessoas e 32 organizações estejam ligadas a ela.

O ministro da Marinha revelou ontem que o Brasil já tem condições de fabricar seus próprios submarinos (Jornal do Brasil — 12.5.79).

— A Comissão de Relações Exteriores do Senado Americano foi informada de que o Brasil poderia estar tentando um acordo com a França para instalação no país de uma fábrica montadora dos aviões Mirage (O Estado de S. Paulo — 18.5.79).

— Um tanque de 30 toneladas, sobre lagartas, dotado de um poderoso canhão de 120 mm e processador de pontaria com telemetria laser. É o X-30, o primeiro carro de combate deste porte fabricado num país da América Latina. (O Estado de S. Paulo — 27.5.79)

— A Marinha recebeu ontem o primeiro dos seis helicópteros Esquilo a serem montados no Brasil sob licença da empresa francesa Aerospatiale, cujo valor unitário alcança 11 milhões, sem o armamento. (O Estado de S. Paulo — 17.7.79)

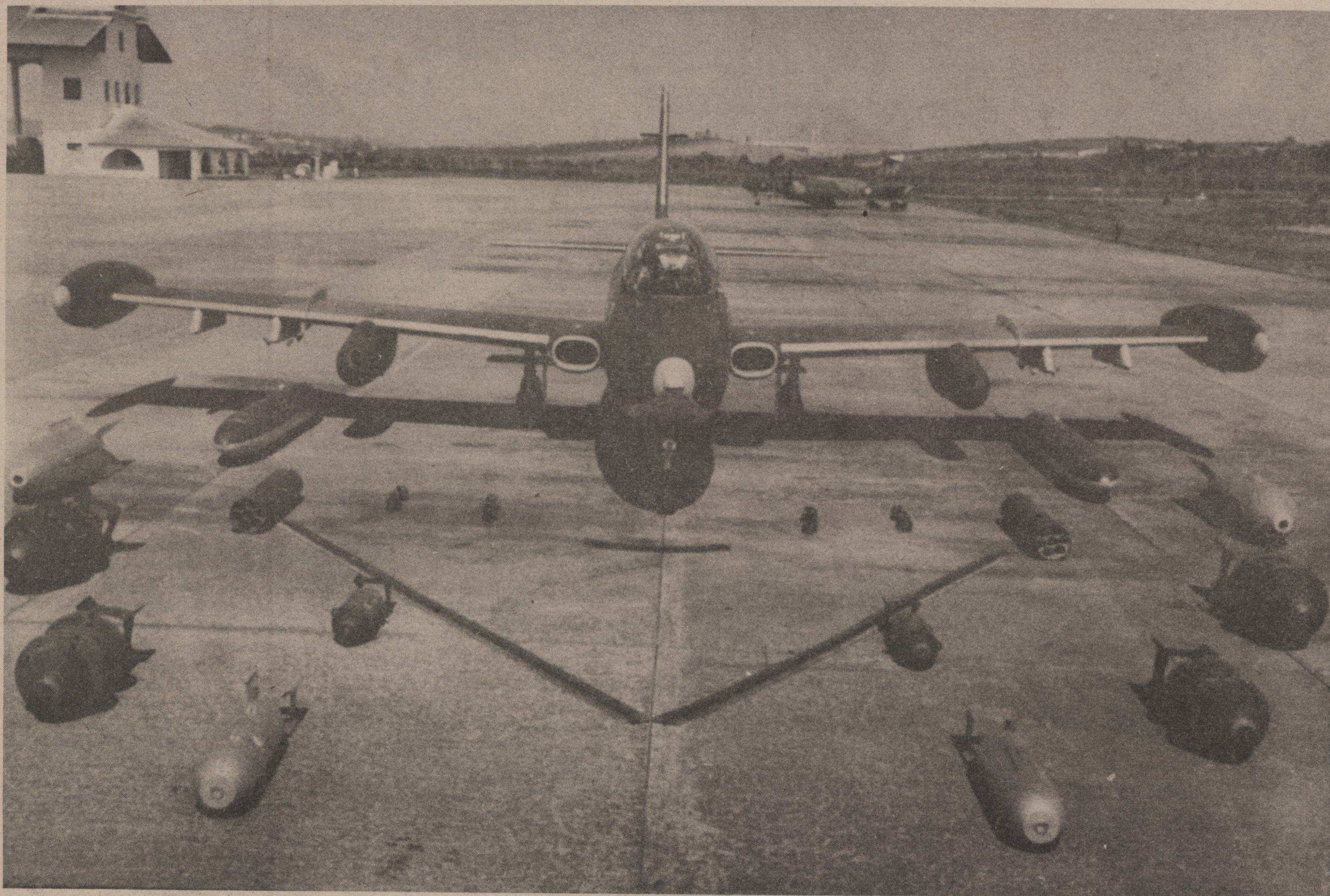
— Dia 18 embarcam pelo Porto de Santos 20 carros de combate fabricados pela Engesa — a primeira remessa de uma encomenda de 200 unidades e que representa apenas uma pequena parcela das vendas externas brasileiras no setor (Gazeta Mercantil — 21.7.79)

— O Brasil comprou 36 canhões suíços modelo Oerlikon 35 mm, considerado o mais moderno equipamento de combate a caças supersônicos do mundo. Dá 1.600 disparos por minuto, é equipado com radar e computador e pode atingir um avião a 11 mil metros de altura. (O Globo — 19.9.79)

Estas notícias, que aparecem esparsas nos jornais nos últimos meses, geralmente passam despercebidas do leitor comum. No entanto, elas constituem os sinais mais visíveis de uma gigantesca estrutura industrial-militar que está sendo montada no país.

O Brasil, hoje, lidera uma pouco divulgada corrida armamentista na América Latina. De consumidor passivo, ao qual se empurravam sucatas da Segunda Guerra, ele passou a comprador exigente que recorre ao mercado internacional para adquirir as armas mais sofisticadas, que sua indústria bélica ainda não produz. Nos últimos dez anos, o país investiu maciçamente nessa indústria de guerra e já se firma também como fornecedor, vendendo equipamentos militares para 32 países em quatro continentes. As previsões indicam que, este ano, as exportações brasileiras de armas superarão a casa dos 300 milhões de dólares (6 bilhões e 700 milhões de cruzeiros), devendo alcançar a cifra do bilhão de dólares nos primeiros anos da década de 80.

Em 15 anos, o Brasil multiplicou por quatro seus gastos militares (veja o gráfico à esquerda). No ano passado segundo os dados do Instituto de Estudos Estratégicos, de Londres, ultrapassou a Argentina que foi por muitos anos o primeiro na importação de armas e equipamentos bélicos na América Latina⁽¹⁾. Os gastos brasileiros somaram 2 bilhões e 200 milhões de dólares (o dobro de 1974), enquanto a Argentina, devido à crise econômica, limitou suas despesas em 1 bilhão e 100 milhões de dólares⁽²⁾.



Xavante, o jato de tecnologia italiana fabricado pela Embraer: transporta até três toneladas e meia de bombas e foguetes, além de metralhadoras e canhões



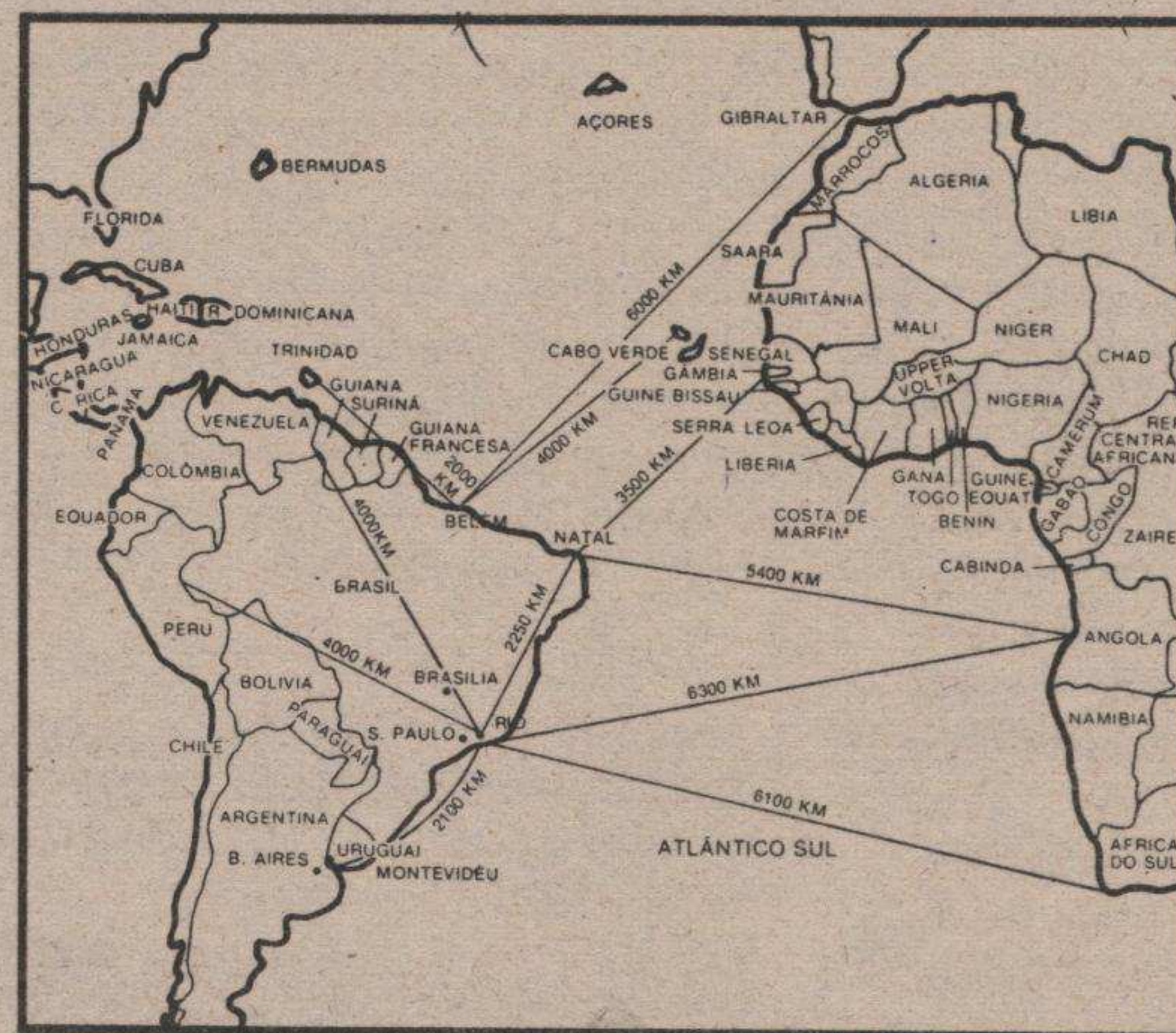
As armas na América Latina

O gráfico acima mostra a evolução dos gastos militares na América Latina, de acordo com dados do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz, de Estocolmo. O Brasil lidera a corrida, puxar do para cima as despesas de outros países, especialmente Argentina, Chile e Venezuela. Em 64, quando gastava 583 milhões de dólares, começa a curva ascendente que só vai declinar em 73 (provavelmente por problemas na balança de pagamentos, voltando a subir em 1976/77. Os números do gráfico indicam milhões de dólares fixos).



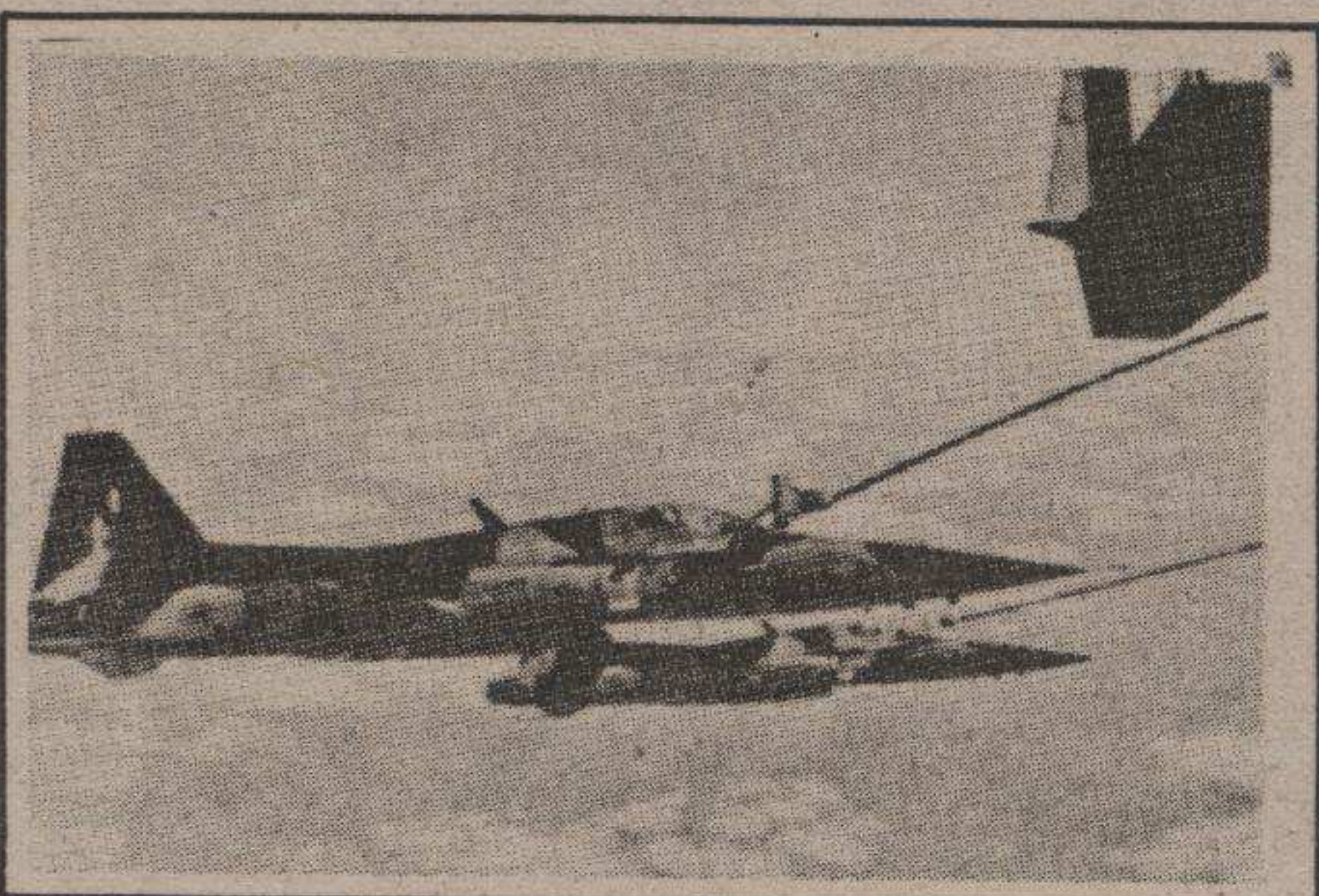
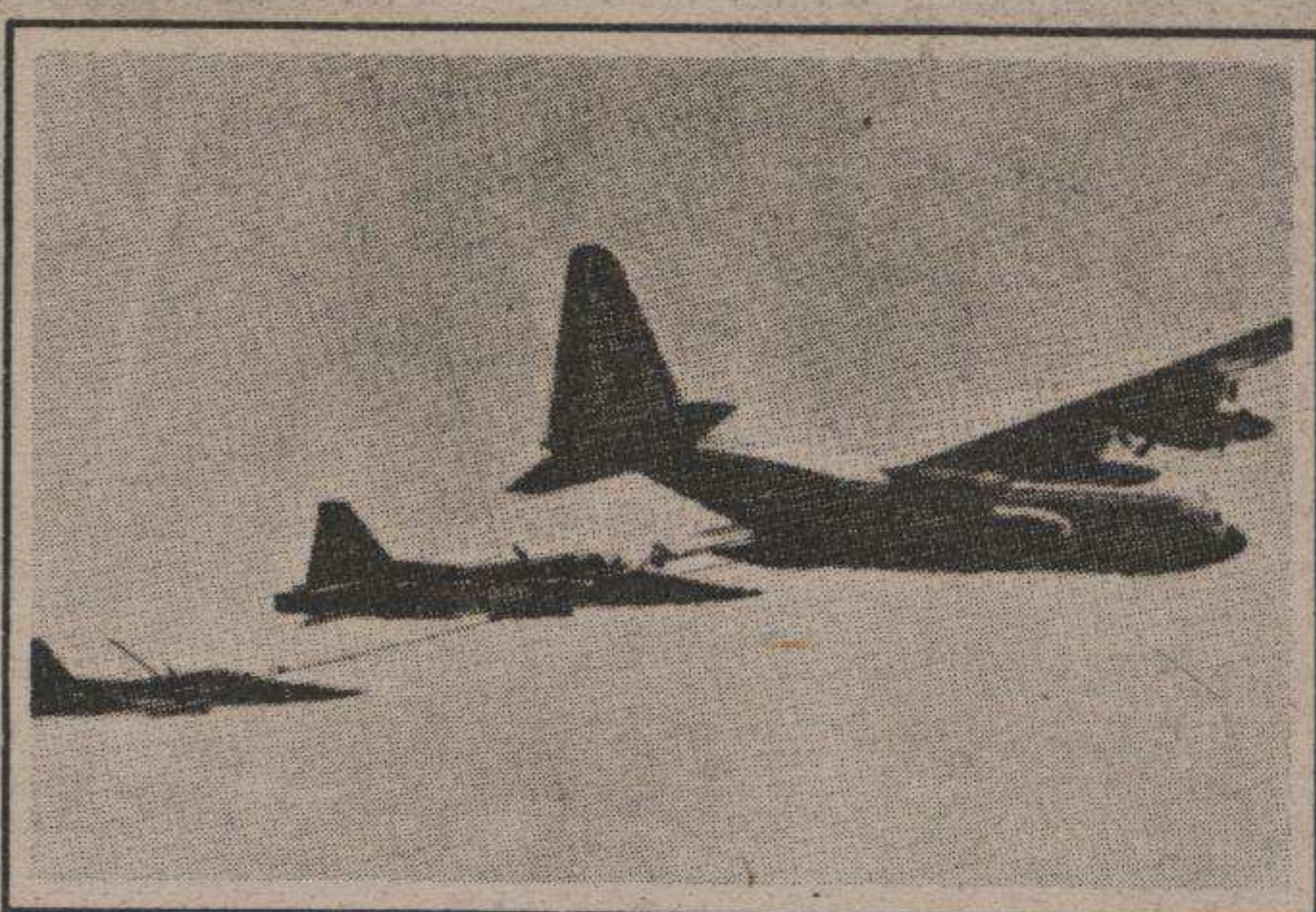
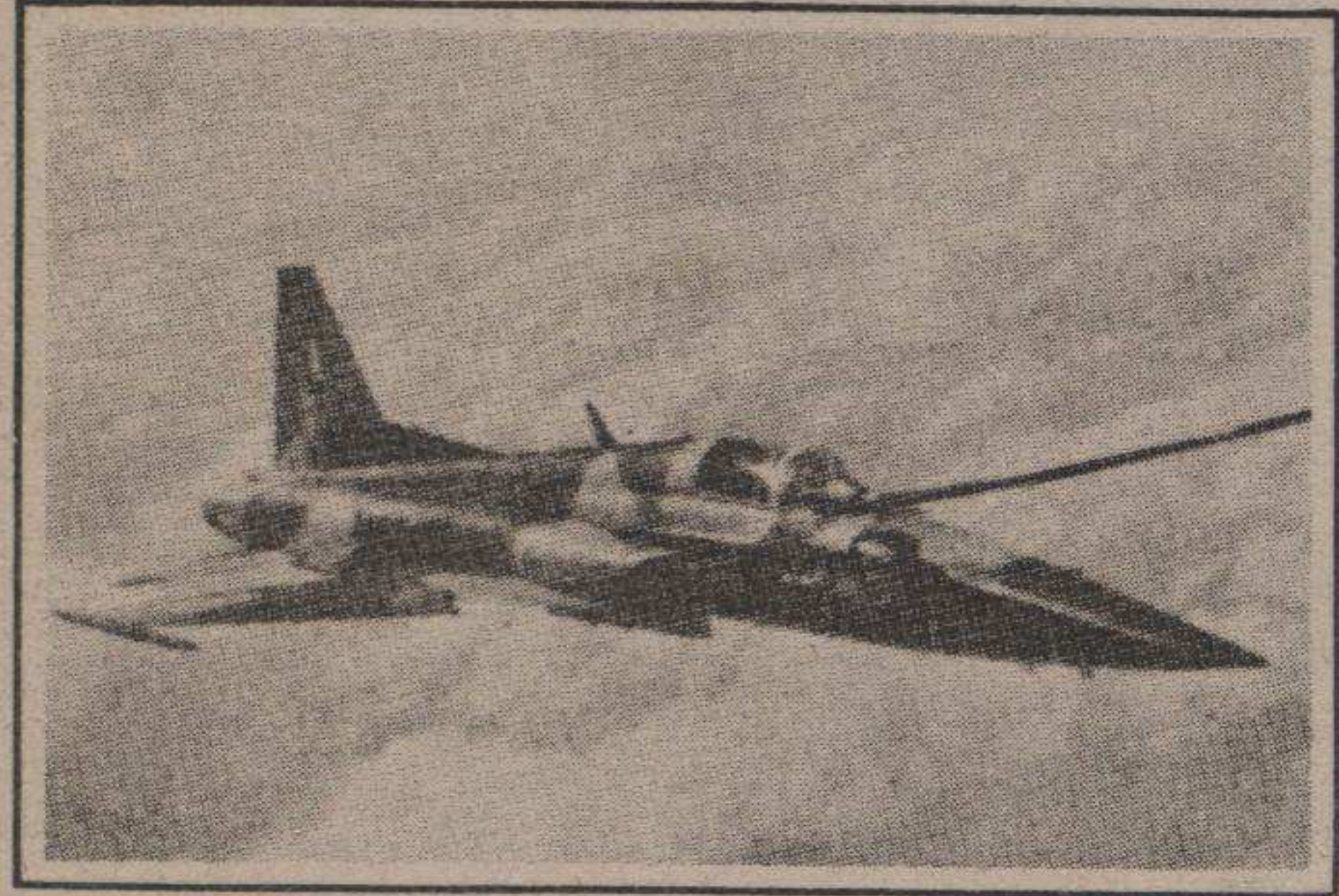
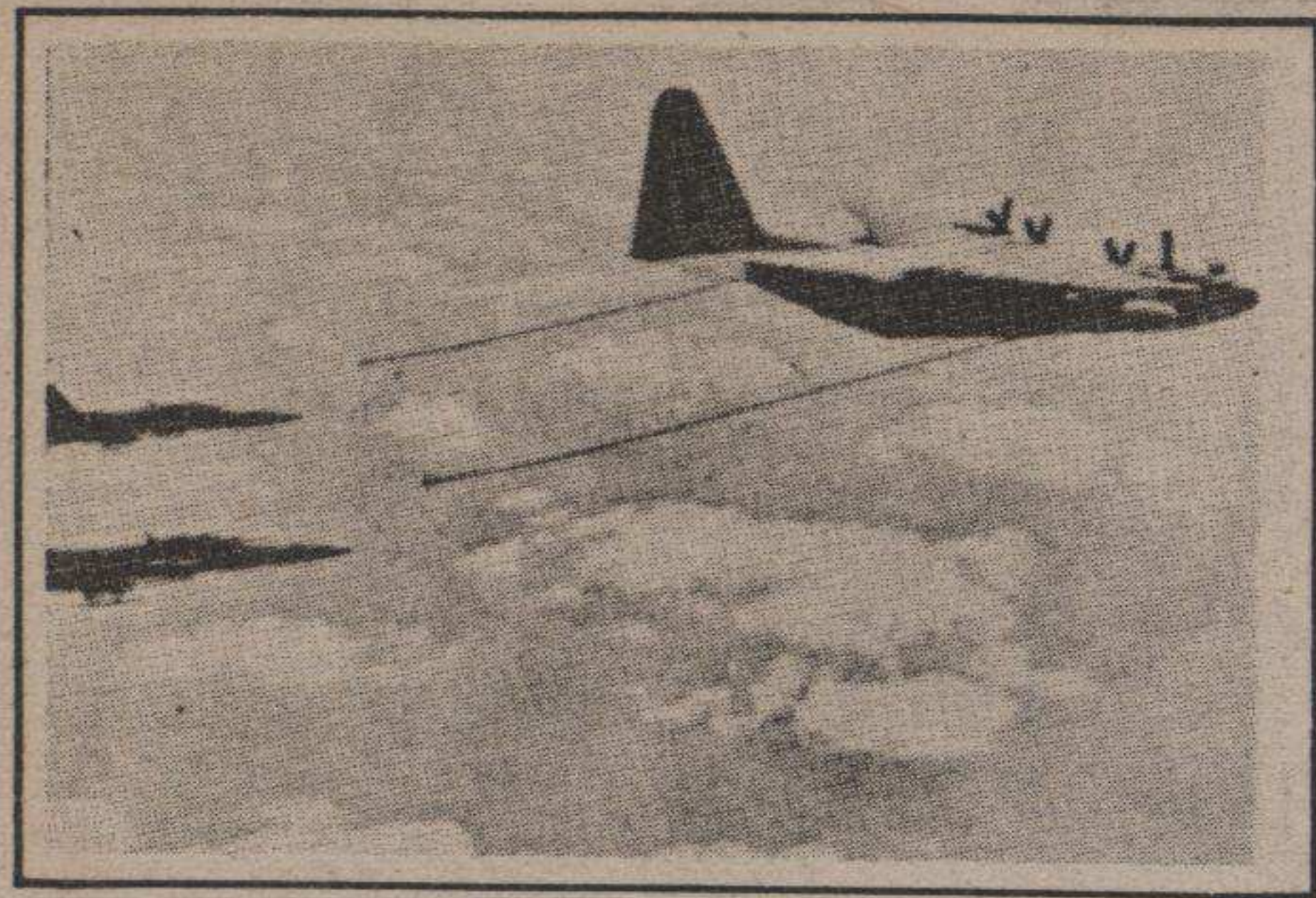
O poder e a geopolítica

A visão geopolítica, que orienta a Doutrina de Segurança Nacional, divide a América Latina em cinco áreas estratégicas, tendo o Brasil como centro. Nessa condição cabe-lhe a responsabilidade pela unidade ideológica do continente. Desenho do livro Geopolítica do Brasil, de Golbery do Couto e Silva.



Defesa do Ocidente

A Doutrina de Segurança Nacional, que é a base teórica dos programas militares, confere importância estratégica ao Brasil na defesa do mundo ocidental por sua posição geográfica, dada a sua proximidade com a África e sua costa atlântica, por onde passam as principais linhas marítimas do comércio internacional, incluindo o fluxo de petróleo importado pelo país. A rota do Cabo é vital porque permite a ligação entre os dois oceanos mais navegados-Atlântico e Índico. Qualquer ação militar entre a América e a Eurásia tem a África como base intermediária.



A seqüência mostra um exercício de rotina da Força Aérea: um caça supersônico F-5E sendo reabastecido em pleno vôo por um avião tanque KC-130



Uma esquadilha de Xavantes, a aeronave-base da Força Aérea Brasileira

(1) Os gastos militares na América do Sul aumentaram em 72,5% entre 1967 e 1977. Argentina, Brasil e Chile representam 76% dos cinco bilhões de dólares gastos pelo subcontinente em 1977.

(2) A importação de armas pelo Brasil representa aproximadamente 4,5% dos gastos militares totais. O III PND prevê para compras de equipamentos e armas para o Exército um total de 21 bilhões de cruzeiros até 1985.

Em conseqüência, o Brasil detém o maior poderio militar da América Latina, tendo também o maior contingente armado da região: em 1977, os efetivos das Forças Armadas eram da ordem de 270 mil homens. A Argentina tem a metade e a Venezuela um terço. Em relação à população brasileira é um efetivo pequeno (menos de 3%), mas se a ele forem somadas os efetivos das polícias militares e forças paramilitares, multiplica-se pelo menos duas vezes.

No seu livro, *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, o general Carlos Meira Mattos, ex-chefe da divisão de assuntos políticos da Escola Superior de Guerra e ex-vice-chefe do Estado-maior das Forças Armadas, diz: "Apesar dos pequenos efetivos, vimos cuidando moderadamente do nosso potencial humano. Mantemos um sistema de ensino militar profissional dos mais eficientes do continente, com ampla rede de escolas de formação, de aperfeiçoamento, de Estado-maior, de especialização, institutos de pesquisas técnicas, abrangendo as forças da ativa e da reserva. Através de uma legislação de serviço militar flexível vimos perseguindo, ano após ano, a formação de reservas mobilizáveis".

O Exército brasileiro possui oito divisões e cada uma delas (21 mil homens) pode ser estruturada em quatro brigadas blindadas, mecanizadas e motorizadas. Há ainda uma divisão de pára-quedistas, duas de infantaria e seis batalhões de combate na selva.

As divisões chave são as de Santa Maria (RS), Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, cujos comandantes são escolhidos conforme seu grau de afinidade com Brasília. Entre essas, a mais importante é a que abrange São Paulo e Mato Grosso (2ª Divisão). Seu ponto nevralgico é a

unidade sediada em Campinas, a 100 quilômetros da capital paulista, onde estão aquartelados cerca de seis mil homens.

A Marinha conta com dez submarinos, um porta-aviões, 12 contratorpedeiros, duas fragatas e dez corvetas. Recentemente, encomendou 11 navios aos estaleiros nacionais. A Força Aérea possui 131 aviões de combate, destacando-se um esquadrão de caças interceptadores com 15 Mirage, dois esquadrões com 33 Tiger de caça e ataque e sete esquadrões para reconhecimento e luta antitiguerilha.

Até 1968, nenhum país latino-americano possuía aviões supersônicos. A Venezuela inaugurou as compras da linha Mirage e, no final de 1977, o Brasil e a Argentina encomendaram mais 11 aparelhos franceses. Essas encomendas referem-se ao Mirage III-E, um modelo de 1964, equipado com radar e computador, que lhe permite voar a baixa altitude, sem visibilidade, podendo ser usado como caça ou para atacar posições terrestres.

Um sofisticado sistema de defesa aérea está montado sobre o quadrilátero político-industrial, formado por Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte — o núcleo de maior valor es-

tratégico da Nação. Esse aparato é constituído por radares de alta precisão, com apoio de caças-bombardeiros, e uma central de computação com capacidade de armazenar e transmitir 27 mil mensagens por dia, além de identificar e estabelecer prioridades.

Existe uma estação de rastreamento de mísseis no Rio, um centro de produção de combustíveis sólidos para foguetes em São José dos Campos (SP) e uma base de caças Mirage em Anápolis (GO), a Primeira Ala da Defesa Aérea.

"Uma guerra pela sobrevivência de todo o ocidente"

O mais importante nisso tudo: o Brasil já é auto-suficiente na produção de armamentos convencionais — situação que permitiu ao governo romper laços formais, há dois anos, com aquele que era o seu principal fornecedor, os Estados Unidos. Parte agora para o desenvolvimento de tecnologia sofisticada, sobretudo no setor aeroespacial.

Nas próximas edições dos anuários das entidades internacionais de desarmamento, o Brasil vai constar como um dos seis países que, no ano passado, possuíam tecnologia para produção de carros anfíbios de combate. E, certamente, será incluído na lista das 11 nações que desenvolvem know how para fabricação de foguetes e mísseis de porte médio, já iniciando projetos para montagem de um satélite e de um submarino.

Obviamente não foi por acaso e sem objetivos concretos que o país construiu esse poderio bélico, alcançando um avançado estágio tecnológico na área militar, a ponto de impulsionar toda a América Latina para uma corrida armamentista. A expansão da produção interna de material bélico, as compras e o desenvolvimento de tecnologias de aplicação militar, são componentes importantes de um programa nacional de segurança formulado e posto em prática pela elite militar que tomou o poder em 1964.

Trata-se de um programa estratégico, de objetivos globais, sustentado por uma ideologia de segurança extremamente subjetiva para sociedade civil. Um projeto militarista para o Brasil, até agora praticamente desconhecido pela maioria dos brasileiros, fundamentado na doutrina de segurança nacional, cuja formulação remonta à década de 30, quando os capitães passaram a conferir grande importância à geopolítica em suas análises sobre o futuro do país. Essa doutrina foi lapidada no pós-guerra por uma elite de oficiais admiradores do modelo militar norte-americano.

Na essência, pressupõe um estado de guerra uma nação em armas, engajada na guerra internacional permanente e absoluta, contra o comunismo. "Uma guerra pela sobrevivência do Ocidente", como definiu o general Golbery do Couto e Silva, atual chefe da Casa Civil da Presidência da República, em seu livro *Geopolítica do Brasil*.

Nessa guerra o papel do Brasil é decisivo pela sua posição estratégica (veja os mapas) e segundo as teses geopolíticas é inevitável que ele busque a expansão do seu poder político (do qual o poder militar é o componente mais importante) não apenas para desempenhar bem o seu papel na defesa do bloco capitalista como para realizar o seu destino de grande potência.

Internamente essa defesa traduz-se por uma guerra permanente à subversão e, externamente, numa série de aspirações na direção do Oceano Pacífico — para garantir a hegemonia e a unidade ideológica do continente — e uma preocupação constante em relação ao Atlântico, "o nosso mar", como diz o general Meira Mattos.

A indústria bélica deve, portanto, procurar viabilizar a ampliação do Poder Militar nacional, definido nos manuais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército como "a expressão do Poder nacional constituído de meios predominantemente militares de que dispõe a nação para, sob a direção do estado promover pela dissuasão ou pela coação, a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais".

Em decorrência dessas teses, o aspecto militar permeia todas as decisões importantes do governo nestes 15 anos. O mesmo general Meira Mattos conta que, com a esperança de resolver o problema energético, especialmente o de suprimento de petróleo — "tão importante em qualquer esforço militar" — os comandantes das Forças Armadas fecharam questão em torno da decisão favorável aos contratos de risco para prospecção e exploração do petróleo.

Sentido semelhante tem a política nuclear. O acordo tecnológico com a República Federal da Alemanha e, na verdade, um "programa escolar para a engenharia militar brasileira, conforme define Luiz Francisco Ferreira, oficial da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai e ex-assessor do Ministério de Minas e Energia para assuntos nucleares, em recente artigo na revista Defesa Nacional.

350 empresas e 100 mil pessoas na indústria da guerra

Na produção bélica, propriamente dita, calcula-se estejam envolvidas 350 empresas no país — fabricantes de armas, de equipamentos, de peças e componentes, etc. — onde trabalham cerca de 100 mil pessoas. O volume dessa produção, segundo estimativa do Ministério do Exército, é de 4 bilhões e 800 milhões de dólares (3% do Produto Nacional Bruto) por ano.

Um exemplo de como se implantou a indústria bélica no país, nos últimos dez anos é o caso da empresa paulista Bernardino Indústria e Comércio. Desde 1912

(Continua)

Este é o Urutu, da série de blindados brasileiros com nome de serpente fabricados pela Engenheiros Especializados S.A. (Engesa)

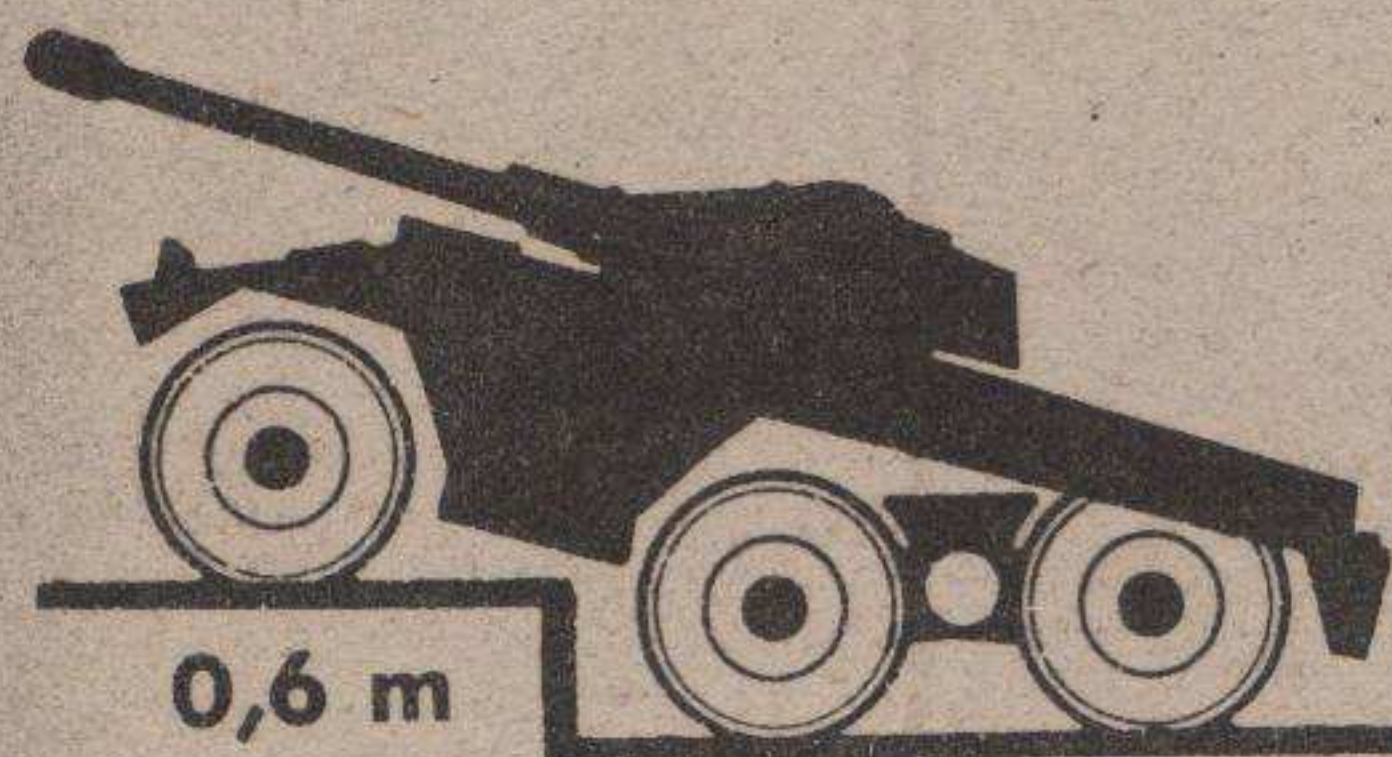


O BRASIL JÁ VAI À GUERRA



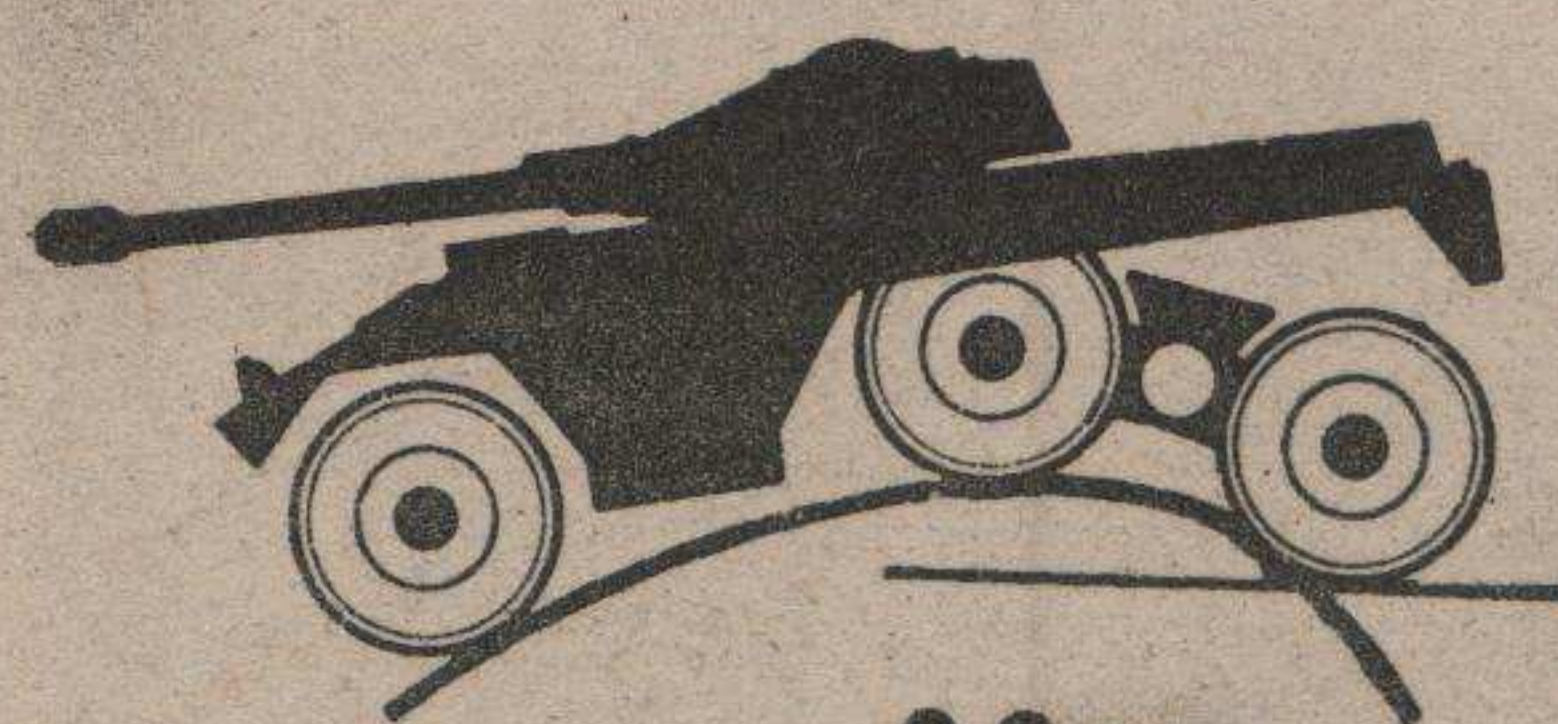
O efetivo militar brasileiro é pequeno em comparação à população, mas há uma grande preocupação com o preparo e a qualificação das tropas

Máximo degrau vertical



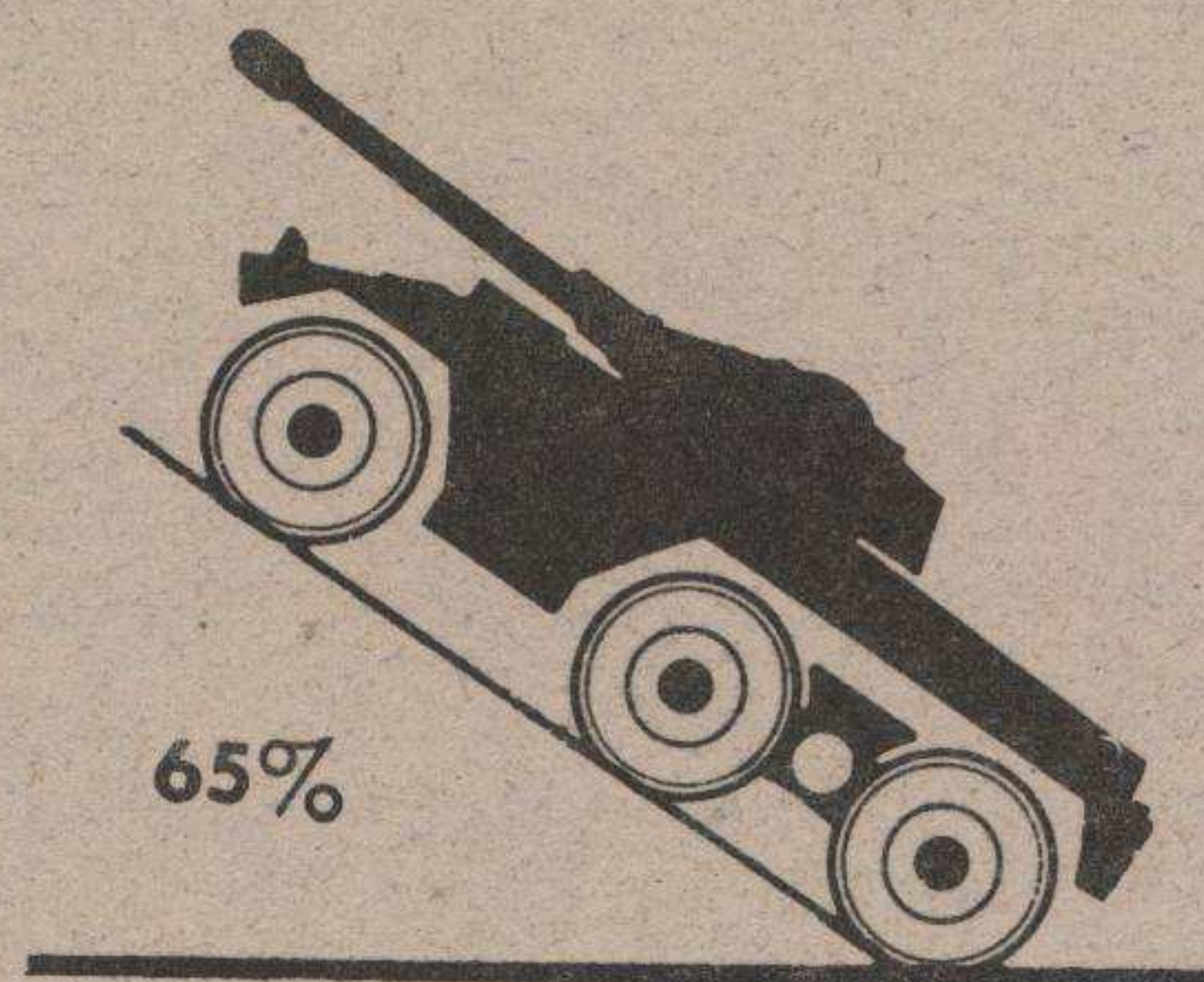
Maximum vertical step

Máximo deslocamento das rodas do Boomerang



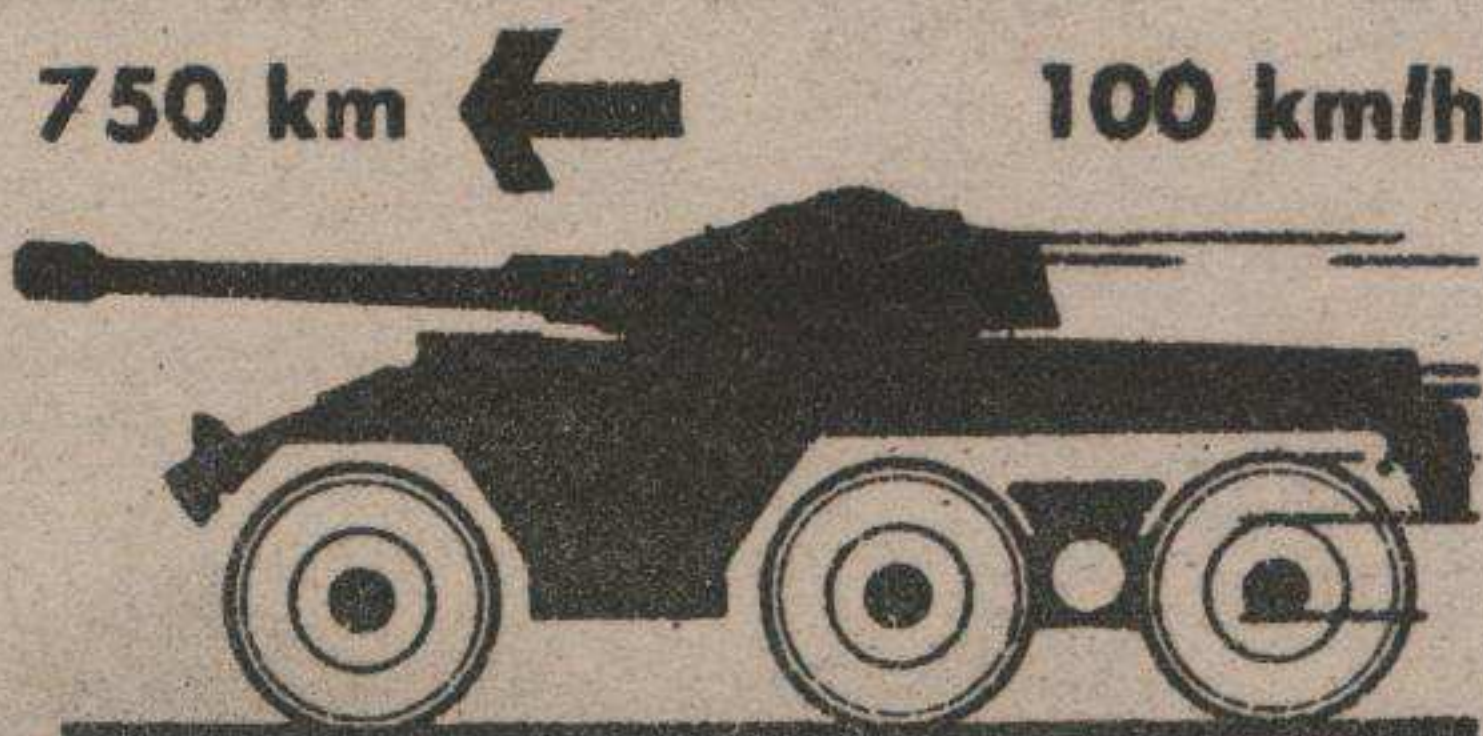
Maximum Boomerang wheel travel

Rampa máxima



Gradability

Velocidade máxima
Autonomia em estradas
(aprox.)



Maximum speed
Cruising range on roads
(approx.)

O blindado de 300 mil dólares

Este é o Cascavel, um dos blindados sobre rodas fabricados no Brasil pela Engesa, a mais importante empresa do complexo industrial-militar que está sendo implantado no país. Segundo publicações especializadas ela tem condições de fazer quatro desses carros

de combate por dia, um recorde mundial. Nos desenhos, as qualidades técnicas do Cascavel, que anda a 100 por hora e enfrenta qualquer terreno. O exército brasileiro já tem 300 unidades desses carros, que custam aproximadamente 300 mil dólares.

a Bernardini produzia cofres, arquivos metálicos e móveis para escritório. Em 1968, com o mercado para seus produtos tradicionais em baixa, aceitou uma encomenda do Exército para fazer carrocerias metálicas para caminhões. Este trabalho mostrou a alternativa dos contratos militares.

Em 1973, a empresa aceitou a tarefa de restaurar os superados tanques leves M-3 do Exército, desenhados nos Estados Unidos na década de 30 e remanescentes da Segunda Guerra. Os engenheiros da Bernardini fizeram uma verdadeira reconstrução do tanque e descobriram o caminho para iniciar uma produção própria. Logo em seguida começou a desenvolver um modelo próprio de blindado, o X-1. Agora está produzindo em série, um moderno tanque de esteira, o X-1A2, de 19 toneladas e que custa 500 mil dólares, além de lançadores de foguetes e de pontes. Até o fim deste ano conclui o projeto do X-30, modelo de 30 toneladas e que será o mais pesado blindado projetado e fabricado no Terceiro Mundo. Todas as empresas deste ramo contam com decidido e crescente apoio financeiro do governo e das forças armadas. No momento, por exemplo, o ministério do Exército está pleiteando junto à Secretaria do Planejamento a inclusão deste tipo de indústria em linhas de crédito especiais ou financiamentos através de bancos de desenvolvimento como o BNDE, que atualmente não financia a fabricação de material bélico.

Em consequência disso, o mercado é altamente promissor. A ponto de promover uma acirrada disputa entre os grupos mais expressivos do mercado internacional de armas. Desde o segundo semestre de 1977 até julho deste ano, o comando das Forças Armadas e o Ministério da Indústria e Comércio receberam aproximadamente 80 propostas desses grupos, interessados em vender tecnologia ou se instalar no país associados a grupos nacionais.

No período de novembro de 1974 a agosto de 1975, esses grupos enviaram ao Brasil cerca de 60 funcionários para analisar o mercado nacional e regional e manter contatos em Brasília. A partir disso, surgiram propostas como a da norte-americana Northrop (fabricante de supersônicos) para instalar uma fábrica de equipamento de controle de navegação aérea, possivelmente em Campinas.

E foram consolidados investimentos dos grupos belgas Fabrique Nationale Herstal, Forjes de Zeebrugge e PRB, da italiana Ottomellara e da francesa Aeroespiale. Definiram-se, também, acordos tecnológicos com grupos alemães fabricantes de mísseis, e com a Aermacchi e a Aeritalia, fabricantes de aviões.

A Rolls Royce manifestou interesse em produzir turbinas para aviões a jato. A Aeroespiale quer desenvolver um projeto para foguetes pesados, e a Krauss-Maffei pretende construir tanques com esteira, de grande porte. Já a Aeronutronic-Ford Co., a Hughes International e a RCA-AED são candidatas ao programa de um satélite.

Tanques brasileiros vencem os russos na guerra do Egito

No dia 21 de julho de 1977, havia uma festa na fábrica da Engesa (Engenheiros Especializados S.A.), que havia produzido os blindados Cascavel e Urutu vendidos para a Líbia. Naquele dia, na fronteira entre a Líbia e o Egito, os blindados de fabricação brasileira combateram e venceram uma força de tanques leves soviéticos utilizados pelos egípcios.

Atualmente a Engesa já forneceu mais de 300 unidades de blindados ao Exército brasileiro e já exportou aproximadamente 800 unidades. Segundo a publicação especializada International Defense Review é o maior fabricante do gênero no mundo ocidental — produzindo quatro blindados por dia.

Suas exportações de blindados de pequeno e médio porte e de caminhões militares — representa 70% dos 300 milhões de dólares que o Brasil vende em armas para o exterior. A Engesa é formada por um conjunto de nove fábricas, localizadas em São Paulo e Nordeste, tendo entre seus principais acionistas o Banco Econômico S.A. e a família do ex-ministro Angelo Calmon de Sá.

Além da Engesa, projeta-se como exportadora de aparelhos para uso militar a Empresa Brasileira de Aeronáutica, a Embraer — empresa estatal localizada em São José dos Campos (SP). A Embraer já é grande fornecedora de pequenos aviões de combate para quase todos os países latino-americanos, encontra-se, no momento, envolvida no projeto de um avião (AX) de ataque ao solo e apoio tático. A perspectiva é de entrega, em 1985, de 100 unidades à Força Aérea e a venda, a seguir, de 150 para a Itália. O custo do projeto é de US\$ 10 milhões estando a Embraer associada à Aermacchi e à Aeritalia, empresas italianas que participam com um terço dos investimentos.

No setor aeroespacial residem as grandes ambições dos militares brasileiros. Em 1981, o Instituto de Atividades Espaciais (IAE), de São Paulo, dispara o foguete Sonda IV, que serve de base tecnológica para a montagem de lançadores de mísseis. A ação dos lançadores pode ser comparada a de um motor. Dele depende a eficácia do míssil como arma. A francesa Aeroespiale já apresentou proposta para participar do projeto dos lançadores.

O passo seguinte compreende, ainda antes de 1990, a montagem de um satélite doméstico que, entre outras funções, vai oferecer apoio estratégico às Forças Armadas.

De acordo com os cronogramas oficiais, o Arsenal da Marinha, situado no Rio de Janeiro, estará produzindo submarino logo no começo da década de 80. O protótipo fica pronto em 24 meses, quase na mesma época da conclusão dos primeiros modelos nacionais de navios de guerra de porte médio.

(Continua)





Em nome da terra, do homem, da vida.

Em 1929, quando a Samrig começava, investir na terra e no trabalho do homem do campo era, no mínimo, um gesto corajoso. O mundo estava em crise e ninguém arriscava no amanhã. A Samrig investiu e arriscou. Com um capital de "doze mil contos de réis", montava o seu primeiro moinho de trigo, em Porto Alegre, e começava a produzir farinha. Ao longo de sua caminhada, a Samrig nunca esqueceu o exemplo dos que trabalham na terra e transformam em riquezas os dourados frutos de nosso solo. Sua serena esperança a cada amanhecer,

sua luta diária na batalha da produção de alimentos. E nesta trilha de pás e enxadas, de homens e máquinas, a Samrig construiu a sua história. Substituiu o trigo pela soja, implantou silos, construiu armazéns e terminais de exportação, cresceu, montou o maior parque integrado de processamento de soja da América Latina, e hoje, 50 anos depois, produz milhares e milhares de toneladas diárias de alimentos, para consumo interno e para exportação. Com muita responsabilidade. Em nome do progresso desta terra, do trabalho do homem do campo, da vida e da felicidade das pessoas.

50
ANOS

SAMRIG

Há 50 anos participando da vida de nossa gente.

O BRASIL JÁ VAI À GUERRA



O Bandeirante Emb-111, turboélice de patrulha marítima e salvamento

As armas "made in Brazil"

Estes são alguns dos principais produtos da indústria brasileira em matéria de armamentos e equipamentos bélicos:

AVIÕES

XAVANTE (Emb-326 GB) — Jato de reconhecimento e ataque, que alcança 750 km/h e pode transportar três toneladas e meia de bombas e foguetes, além de canhões e metralhadora. É aeronave base da FAB, que já tem mais de 120 unidades operando em suas esquadrilhas, juntamente com os *Mirage* e *Tiger F-5E*. Fabricado pela Embraer desde 1962, sob licença da empresa italiana Aermacchi.

BANDEIRANTE (Emb-111) — Turboélice de patrulha marítima, busca e salvamento. Equipado com sofisticada aparelhagem eletrônica, como radares de busca, farol para localização de navios, à noite, aparelhos de dispersão de ondas de radar. Foi desenvolvido para patrulhar as 200 milhas do mar territorial brasileiro.

BANDEIRANTE (Emb-110 k) — Cargueiro militar para transporte de pára-quedistas, desenvolvido por solicitação da FAB e já em operações em diversas bases.

T-27 — Turboélice, encomendado à Embraer pela FAB no final do ano passado e com os três primeiros protótipos já em acabamento. Para treinamento e combate, operando também como apoio tático e combate à guerrilha.

CX — Projeto em desenvolvimento para produção a partir do próximo ano. Bi-

motor, turboélice, com turbinas Rolls-Royce, para transporte de soldados e armamento pesados.

Além desses, há outros aviões menores como o **Uirapuru 23** (monomotor de treinamento básico), fabricado pela Sociedade Aerotec; o **Regente** (C-42 e L-42) e o **Universal**, feitos pela Construtora Aronáutica, usados para ações de ligação e observação.

MÍSSEIS

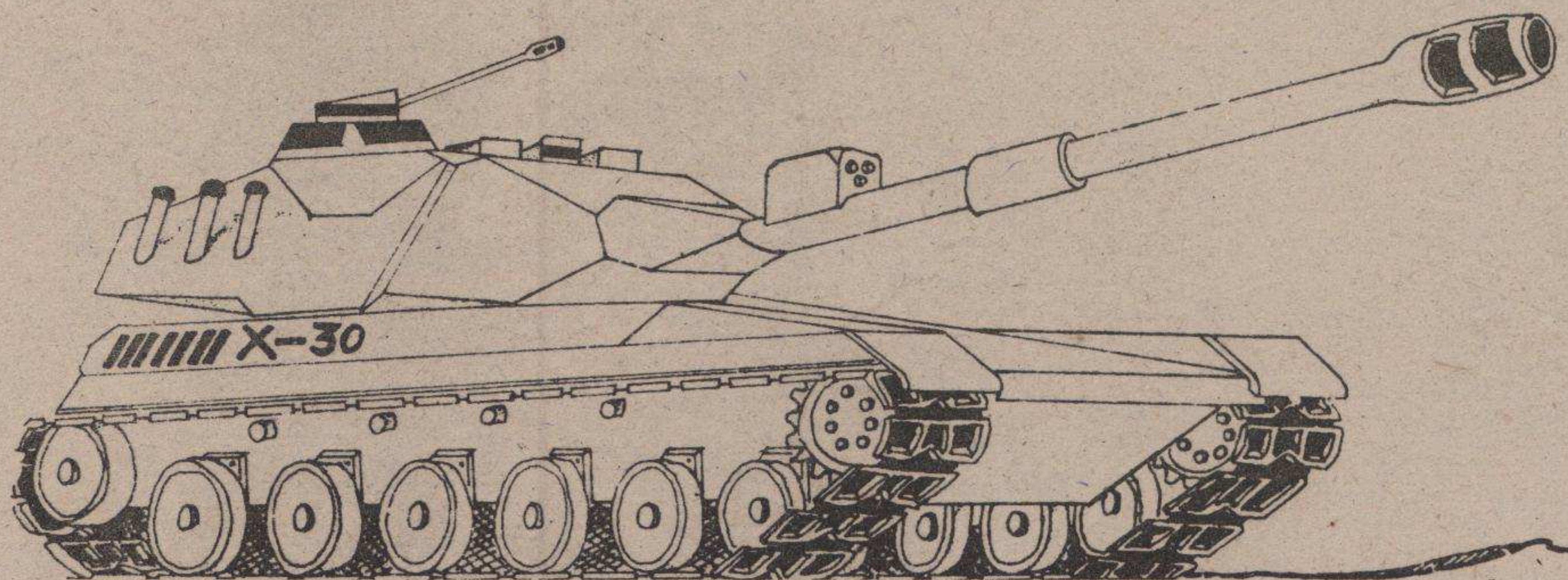
SBAT-37 e SBAT-27 — Foguetes pequenos, ar-terra, usados para exercícios militares. Produzidos pela Avibrás.

SBAT-70 — Similar aos mísseis usados em larga escala na guerra do Vietnã. Serve tanto para ataque a carros blindados como para vôos de varredura contra pessoal, levando carga útil de 2,70 quilos e com alcance superior a oito mil metros.

SBAT-127 — Leva 20 quilos de explosivos e tem alcance de 15 quilômetros. Primeiras unidades serão entregues à FAB até o final deste ano.

X-20 e X-40 — Motores-foguetes, fabricados pela Avibrás. O primeiro leva uma ogiva de 40 quilos a 60 km de distância e o segundo uma de 150 quilos também a 60 km. Equipam os blindados lança-mísseis brasileiros. Podem levar artefatos nucleares de pequeno porte.

AIM-9 — Míssil teleguiado que hoje o Brasil importa ao custo de 100 mil dólares a unidade e está sendo desenvolvido pela



O tanque X-30, uma das novas e sofisticadas armas brasileiras

FAB. Destinado às operações ar-ar, de curta distância. E considerando o primeiro passo para a produção no país das chamadas *bombas inteligentes*, teledirigidas por sinais eletrônicos de orientação. O Exército negocia ainda nesta área a transferência de tecnologia do míssil antiaéreo **Roland**, de fabricação franco-germânica e destinado à defesa contra ataques de aviões.

O Instituto Tecnológico da Aeronáutica criou também quatro tipos de bombas explosivas, de emprego geral e incendiárias, de napalm: BA-FB 120, BA-FC 230 (os números correspondem ao peso em libras) e FAB-M4 (100 libras de napalm) e FAB-M2 (400 libras de napalm).

BLINDADOS

URUTU — Tanque anfíbio, para transporte de tropa e reconhecimento, blindagem mista e autonomia de 600 km. É dotado de plataforma quádrupla para lançamento de mísseis, dois canhões (um de 116 mm e outro de 20 mm) e duas metralhadoras. Não requer nem motorista especializado para conduzi-lo.

CASCVEL — Blindado, com tração nas seis rodas, grande mobilidade e atinge até 95 km por hora. Sobe rampas de até 70 graus e pode transpor fossos de até 1m50. Tem um canhão de 90 mm e uma metralhadora coaxial 7.62. É mais rápido do que qualquer outro veículo do gênero.

SUCURI — Pesa 20 toneladas, mas alcança a velocidade de 100 km por hora, o que o coloca na condição do blindado veloz mais pesado do mundo. Alto poder de fogo, com um canhão 105 mm e autonomia para 700 km.

JARARACA — Também tem grande mobilidade e autonomia. Pesa quatro toneladas e é equipado com metralhadoras P.30 e P.50 e ainda morteiro de 60 mm.

X1-A2 — Blindado de esteira fabricado pela Bernardini. Pesa 19 toneladas, consome um litro de óleo diesel por km e tem autonomia para 650 km ou 10 horas de combate. Desenvolve até 55 km/h, sobe rampas de 68% e atravessa fossos de 2,10 m torre giratória de 360 graus, equipada com canhão de 90 milímetros, metralhadora antiaérea P.50, metralhadora coaxial 7.62, três metralhadoras e seis lançadores de granadas de fumaça.

X-30 — Tanque de 30 toneladas, sobre lagartas, equipado com canhão de 120 milímetros e processador de pontaria com telemetria laser. É comparado ao Leopard 1, alemão, tido como o melhor da Europa. O projeto está sendo detalhado pela Bernardini, para produção em 20 meses.

XLP-10 — Blindado de lagartas, lançador de pontes de alumínio de 10 metros de comprimento. Diz a Bernardini, que só sete países no mundo possuem esse tipo de equipamento. A operação de lançamento é automática e dura três minutos. Após a passagem das tropas e de todas as viaturas e blindados a ponte é recolhida automaticamente. Esta sendo desenvolvido um modelo maior, para lan-

çar pontes de 20 metros, com 32 toneladas de peso.

XLF-40 — Lançador de foguetes terra-terra com alcance de até 70 quilômetros. Dispara três mísseis balísticos do tipo X-40.

A IMBEL

A Indústria de Material Bélico, Imbel, criada em 1975 para coordenar e articular o setor de produção de armamentos no país, hoje controla sete fábricas (Piquete, Juiz de Fora, Anadaraí, Rio de Janeiro, Itajubá, Magé e Wenceslau Braz) as mais importantes para o abastecimento das Forças Armadas. Estas fábricas produzem 31 artigos básicos:

- Pistolas automáticas, calibre 9 mm e 45", destinadas à defesa pessoal.
- Fuzis automáticos, calibre 7,62 mm.
- Fuzis automáticos, calibre 7,62 mm tipo Pára, especial para tropas de pára-quedistas.
- Fuzis metralhadoras, calibre 7,62 mm.
- Metralhadoras de mão calibre 9 mm para missões especiais.
- Metralhadoras pesadas, calibre 50 mm para defesa antiaérea à baixa altura, contra viaturas não blindadas ou com blindagem leve e contra tropas de infantaria.
- Canhões sem recuo calibre 57 mm e 106 mm.
- Canhões calibre 90 mm para carros de combate.
- Morteiros calibre 60 mm, 81 mm e 120 mm.
- Lança-rojões calibre 2.36" e 3.52".
- Lançador múltiplo de foguetes.
- Lançador de fumígenos para carros de combate.
- Munição para armamento de infantaria de diversos tipos e calibre.
- Munição para canhões de calibre 20 mm, 37 mm, 40 mm, 57 mm, 75 mm, 90 mm, 105 mm, 127 mm e 155 mm.
- Munição para morteiros de calibres 60 mm, 81 mm e 120 mm.
- Rojões calibre 2.36" e 3.5" para lança-rojões.
- Granadas de mão tipo "ofensiva".
- Granadas de mão, tipo defensiva.
- Granadas de fuzil, tipo antipessoal.
- Granadas de fuzil tipo anticarro.
- Minas antipessoal.
- Minas anticarro.
- Artíficos pirotécnicos de sinalização.
- Binóculos, lunetas de pontaria, teodolitos, goniômetros, bússolas e demais equipamentos de observação e acompanhamento de tiro.
- Telefones e rádios para operação em combate.
- Carros blindados de reconhecimento sobre rodas.
- Carros blindados, anfíbios para transporte de tropas.
- Carros lançadores de pontes.
- Pólvora especial para disparos sem fogo nem fumaça.
- Máscara contra gases e capacetes de aço.

UNIPREV

MONTEPIO FUNDADO EM 13 DE AGOSTO DE 1965
HA 14 ANOS PROTEGENDO A
FAMÍLIA BRASILEIRA.



UNIÃO PREVIDENCIÁRIA
RUA DOS ANDRADAS, 1251 — 9º ANDAR
TELEFONES: 25-3625 — 21-5869
PORTO ALEGRE — RS

SEDE: PORTO ALEGRE

Boa notícia pra quem comprou em Nova Tramandaí.



A gasolina aumentou.

Primeiro fecharam os postos no sábado.
Agora aumentaram a gasolina. Ficou feia a coisa, né?

Nem pra todo mundo, nem pra todo mundo.

Para os compradores de Nova Tramandaí, essas medidas têm o seu lado positivo. As pessoas vão querer veranear mais perto. Onde? Numa praia que não tenha problema nenhum em ir e voltar num fim de semana.

Numa praia que tenha acesso pela free-way e se viaje descansadamente.

Numa praia novinha, sem as velhas complicações, com tudo funcionando.



Moral da história: Nova Tramandaí vai valorizar ainda mais.

Muito mais. E quem comprou um terreno, está ganhando com isso.

Claro, a gente gostaria que não houvesse crise. Que o litro da gasolina custasse cinquenta centavos.

Mas, já que a realidade é essa, precisamos encontrar o lado positivo disso tudo.

Senão a vida vira uma tragédia.



A falta de petróleo é um problema? É um problema.

Mas com dois pesos e duas medidas.

Os compradores de Nova Tramandaí, por exemplo, não conseguem disfarçar um certo ar de alegria.

E já que veranear longe está ficando quase impossível, fica aqui o nosso convite.

Compre um terreno em Nova Tramandaí.

E não se preocupe mais com a distância e com a gasolina.



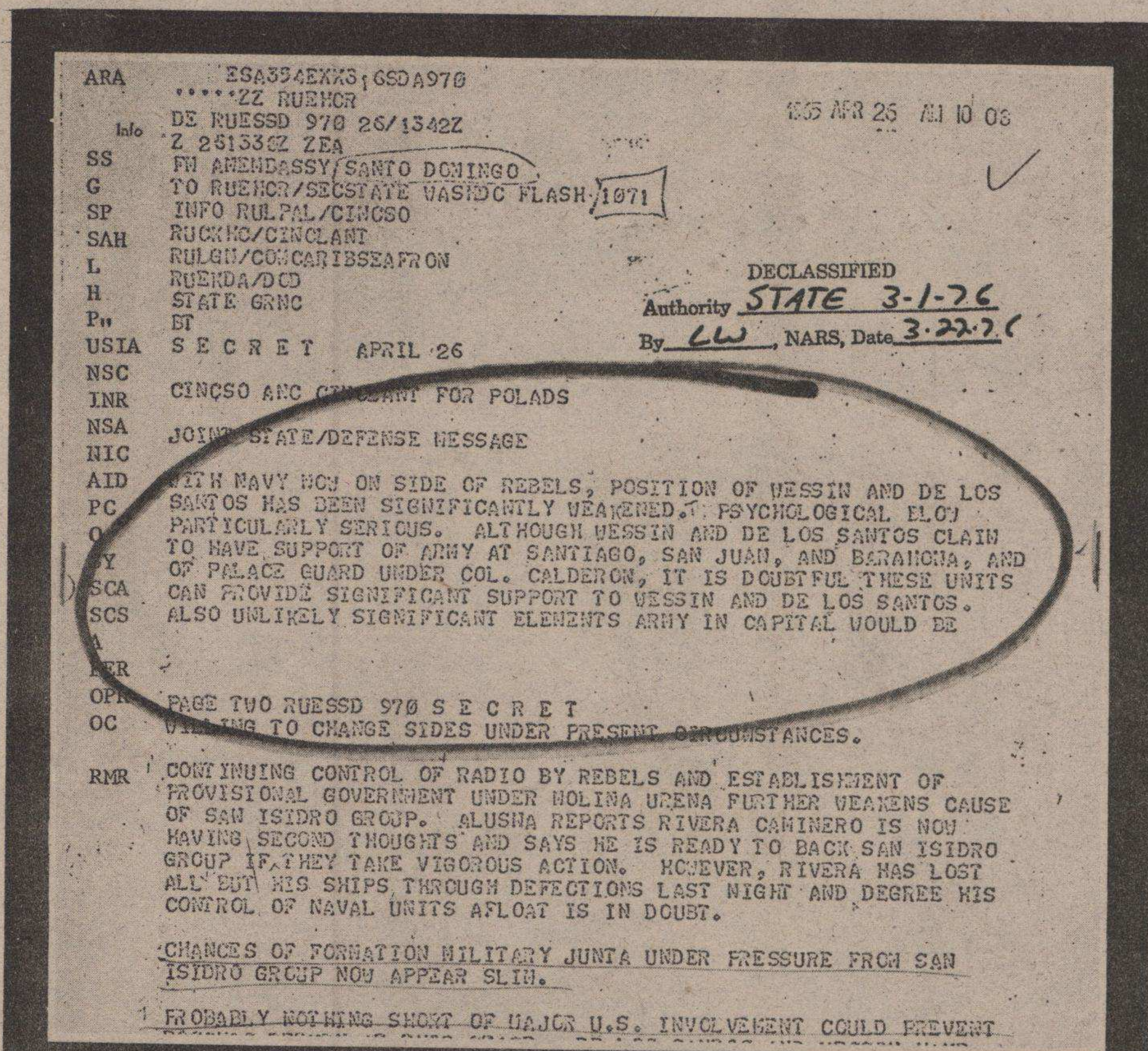
Kury & Padilha Ltda.

Informações e vendas:
Av. Fernandes Bastos, 728 Fone: 140
Tramandaí

SUJEIRAS NO CARIBE

Revelações de alguns papéis secretos sobre a intervenção norte-americana na República Dominicana, em 1965

Por Waldimas Galvão*



Telegrama 1071, 26 de abril 10h
 — ... As chances de formar uma junta militar sob a pressão do grupo de San Isidro agora parecem pequenas. Provavelmente, nada menos que um grande envolvimento dos EUA poderia prevenir a volta de Bosch nesse estágio. De Los Santos e Wessin pediram tropas. Nós acreditamos que um envolvimento das forças norte-americanas de combate, nas atuais circunstâncias, teria implicações extremamente sérias para nossas relações exteriores e repercussões particularmente sérias na América Latina. Seríamos chamados de intervencionistas que se opõem a uma revolução popular de elementos democráticos para derrubar um regime impopular e inconstitucional. Não acreditamos que seja possível alegar que tal movimento é con-

trolado por comunistas agora, embora todos nós sabíamos que os comunistas estão profundamente envolvidos no movimento rebelde. Dissemos a de Los Santos e a Wessin que não esperem tropas dos EUA. A única alternativa eficaz que vemos para nós é uma forte iniciativa diplomática para impedir a volta de Bosch, através de uma junta militar, que programa eleições para setembro. Cremos numa séria ameaça comunista para controlar o país e há muito pouco tempo para agir.
 ...Acreditamos que qualquer decisão de usar a força para apoiar nosso esforço diplomático deveria ser contida, esperando os resultados das representações para as quais pedimos autorização. Mas vemos que existe uma possibilidade clara de que talvez tenhamos que usar esse recurso.

A revolução da Nicarágua transcorreu sob dois modelos extremos do passado: Cuba e República Dominicana.

A história da revolução cubana, pouco a pouco, vai sendo desvendada ao público brasileiro através de livros e reportagens que se seguiram ao trabalho pioneiro do repórter (hoje deputado estadual por São Paulo) Fernando Moraes**.

Mas a intervenção norte-americana na República Dominicana, em 1965, contando inclusive com tropas brasileiras, permanece um evento muito pouco conhecido.

O assunto andou nos jornais novamente no auge da luta na Nicarágua, quando os Estados Unidos levantaram a hipótese da intervenção para restabelecer a ordem no país, mas não passou de manchetes e notícias rápidas já que — ao contrário do que ocorreu em 65 — a proposta foi prontamente rechaçada.

Mas, agora, uma nova luz pode ser lançada sobre este episódio, com a liberação dos documentos referentes à intervenção, guardados na Biblioteca Presidencial Lyndon B. Johnson, no Texas, a mesma de onde saíram as revelações sobre a participação americana no golpe de 1964, no Brasil. O texano Johnson foi presidente dos EUA de 1963 a 1969 e estes papéis eram considerados secretos até recentemente.

Através deles pode-se entender melhor as lições que a História ofereceu, não só à manutenção da predominância dos Estados Unidos no continente, mas também àqueles que procuram melhores condições de convivência com o chamado gigante do Norte.

Qualquer semelhança com Tachito Somoza é verdadeira

A República Dominicana poderia ser descrita como o modelo perfeito das republiquetas de banana. Ela divide a ilha

de Hispaniola (onde Colombo pisou o chão da América pela primeira vez) com o Haiti, por quem já foi invadida e dominada duas vezes no início do século passado.

Além disso, teve que se libertar da Espanha por duas vezes para, então, cair sob dominação direta dos Estados Unidos, depois de um período conturbado. Alegando que a pequena nação do Caribe era má pagadora, os *marines* norte-americanos passaram a administrá-la diretamente em 1916 e, indiretamente, após a ascensão de um ex-sargento da Guarda Nacional, Rafael Trujillo, em 1930.

Qualquer semelhança entre Trujillo e Anastácio Somoza é absolutamente verdadeira. Trujillo ficou 32 anos no poder e, como Somoza, tratou de tomar para si mais da metade da riqueza da nação, transformando-a num feudo familiar.

Em 1961, como resultado de desavenças palacianas, Rafael Trujillo foi assassinado e, em lugar, sua família colocou Joaquín Balaguer. Eram os tempos da *Aliança para o Progresso*, criada pelo presidente John Kennedy para auxiliar a América Latina.

Kennedy pressionou Balaguer a realizar eleições. E, então, em 1962, nas primeiras eleições livres realizadas na República Dominicana foi levado ao poder por grande maioria de votos Juan Bosch, um intelectual liberal que retornava depois de vários anos de exílio para formar o seu partido, o Revolucionário Dominicano (PRD).

O programa reformista de Bosch incluía uma parcial reforma agrária, fato suficiente para que fosse acusado de comunista e derrubado após sete meses de governo, em setembro de 1963. Houve uma sucessão de juntas civis e militares até que estourou a guerra civil, quando um coronel, Francisco Caamaño, à frente de uma revolução quis restabelecer a Constituição de Juan Bosch e reempossá-lo.

Os Estados Unidos temiam uma nova Cuba e então começa a trama que resultará no envio de tropas para a República Dominicana. No quarto dia da luta, 400 *marines* norte-americanos desembarcam na capital, São Domingos, com a missão de "proteger vidas e bens de estrangeiros". Depois, com o argumento de que a revolução era liderada pelos comunistas, mais 30 mil soldados foram enviados.

A 6 de maio, a Organização dos Estados Americanos aprovou a proposta dos Estados Unidos de formar uma Força Interamericana de Paz***. Na semana seguinte, o Senado brasileiro referendava o envio de tropas para São Domingos. Nascia a Faibrás (Força Armada Interamericana do Brasil), que faria parte da FIP, cujo comando caberia ao general brasileiro Álvaro Braga. Estava quebrado o princípio de não-intervenção conquistado pelas nações latino-americanas após uma batalha diplomática de mais de cem anos contra a Doutrina Monroe.

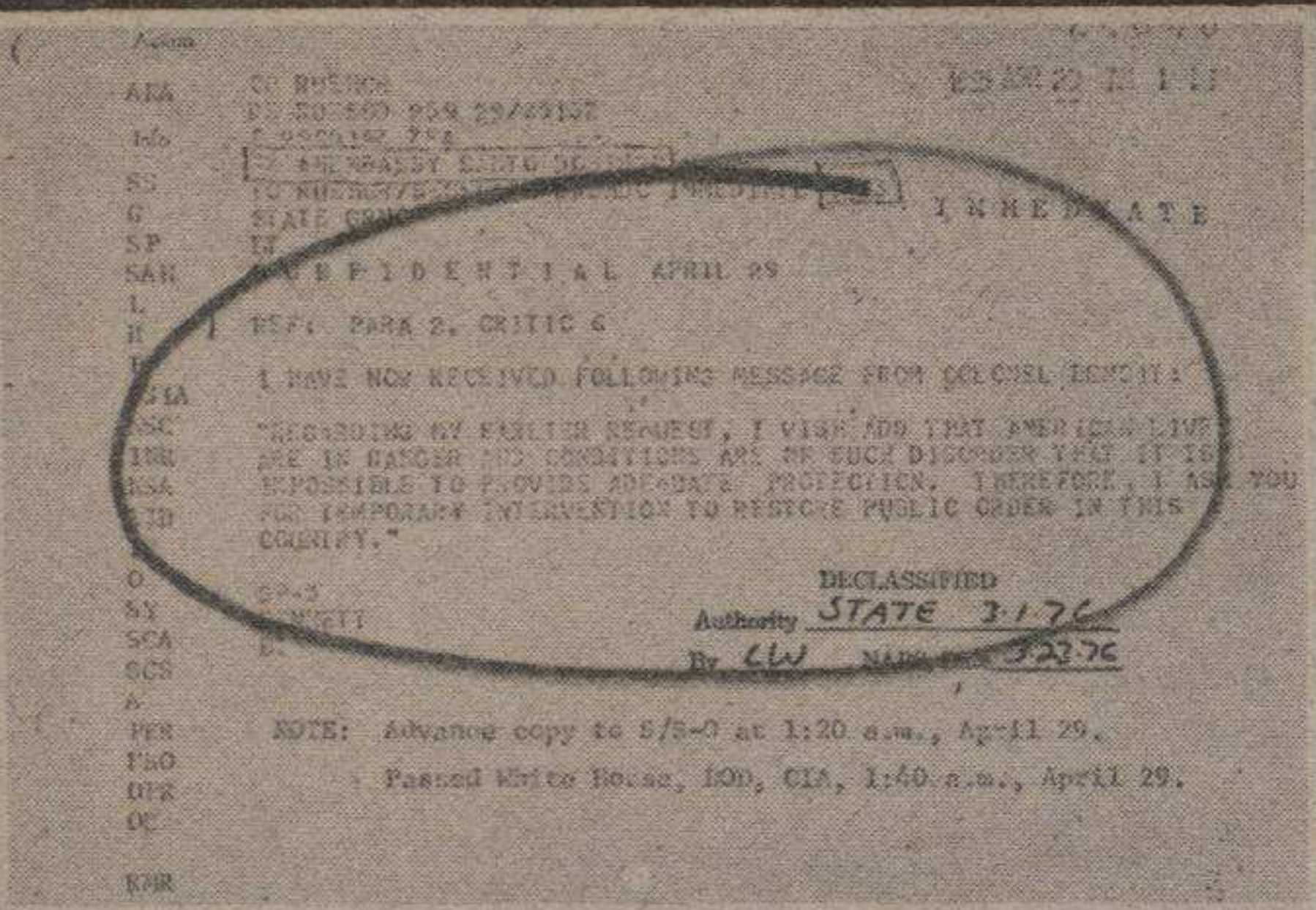
"Reconhecemos que poderá haver derramamento de sangue"

Os primeiros telegramas sobre a crise dominicana chegam a Washington no entardecer do dia 24 de abril de 1965. São enviados pelo substituto do embaixador, (que se encontrava nos Estados Unidos em início de férias) e falam de rumores sobre um possível levante militar.

No dia seguinte, os militares que apóiam Juan Bosch divulgam um comunicado proclamando respeito à Constituição e o retorno do ex-presidente, além de pedir calma à população e o respeito à vida e à propriedade. A em-

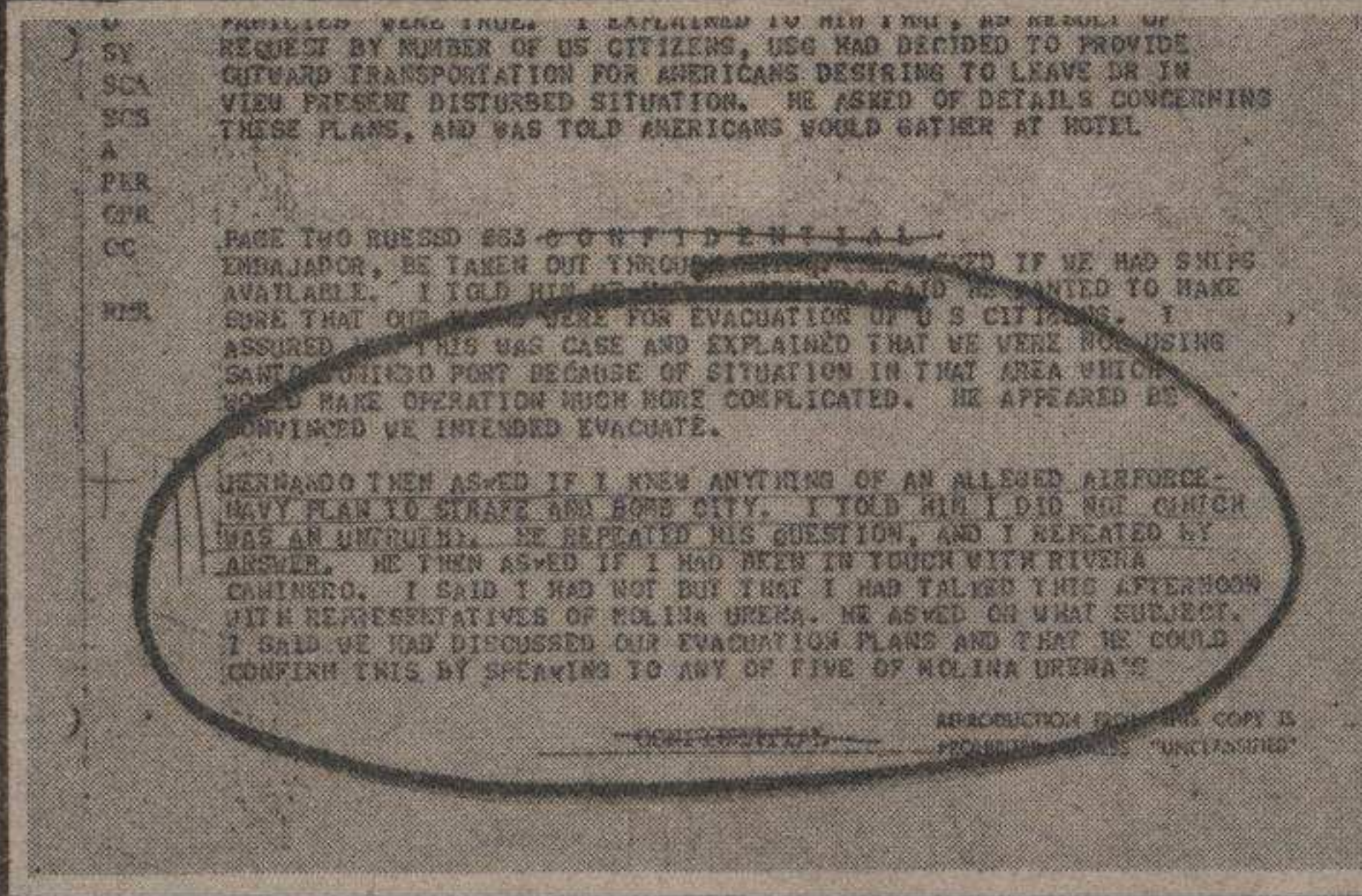


Abril de 1965 em São Domingos: a capital dominicana, na parte controlada pelos partidários do presidente Juan Bosch, depois de um bombardeio



Telegrama 1163, 29 abril, 1h20min
— Recebi agora a seguinte mensagem do cel. Benoit:
"Sobre o meu pedido anterior, gostaria de acrescentar que as vidas americanas estão em perigo e as condições em tal desordem que é impossível fornecer proteção adequada. Portanto, peço-lhe uma intervenção temporária para restaurar a ordem pública neste país".

Telegrama 1256, 2 de maio, 6h
— 2) O que começou como uma rebelião do PRD foi encampado pelos extremistas no verdadeiro sentido da palavra. Esses incluem militares que foram tão longe, que já não têm mais o que perder e, ainda, os comunistas castristas. Os rótulos de comunista e não-comunista já não importam. Os líderes rebeldes, especialmente Caamano, são fanáticos efetivos, como Castro foi inicialmente. As fileiras provavelmente não são comunistas, mas é impossível agora separar os seguidores inocentes desses líderes.
3) Os rebeldes poderiam ter vencido facilmente os legalistas. Somente a chegada das forças norte-americanas impediu isso.
4) As Forças Armadas da Rep. Dominicana estão desintegradas. Os generais estão esperando que os EUA façam o seu trabalho.
5) Entre os generais, Antonio Imbert é o melhor.
6) A Junta não tem nenhum apoio popular visível e provavelmente tem pouco futuro independente dos EUA.



Telegrama 1109, 27 de abril 7h
— Comandante rebelde, coronel Hernando Ramirez, telefonou-me há poucos minutos e perguntou se eu sabia de um plano conjunto da Força Aérea e Marinha para bombardear a cidade. Eu disse que não (o que é mentira). Ele repetiu a pergunta e eu repeti a resposta.
... Ele perguntou e eu respondi mais uma vez... Acharmos que Hernando não ficou bem convencido de que não sabemos de tais planos.

Telegrama 1146, 28 de abril 14h
— Julgamos que o equipamento de comunicação é a carência mais crítica na situação atual. A Força Aérea, a Marinha, as forças de Wessin e Montas estão em pontos separados e passam-se horas sem contato direto... Igualmente sério é o efeito que isso tem sobre o espírito da força aérea e outros, caso negarmos fornecer tal equipamento, o qual tem uso civil além de militar. Não estamos pedindo armas de ataque, apenas melos para falar... "Se negarmos um simples equipamento de comunicação e não fizermos oposição à tomada pelos esquerdistas... poderemos estar pedindo para que, no futuro próximo, os fuzileiros navais tenham que desembarcar para proteger cidadãos norte-americanos e possivelmente com outros fins. O que Washington prefere?"

baixada americana, além de transmitir para Washington um resumo do pronunciamento, já faz uma análise da situação em que delineava praticamente todas as futuras ações intervencionistas. O resumo das discussões dos adidos militares e pessoal da CIA, mais os contatos políticos, definem uma linha contra o retorno de Juan Bosch, já que isto poderia ser, a longo prazo, proveitoso para os comunistas.

É de destacar que, até esta altura dos acontecimentos, não havia nenhuma informação que identificasse os líderes do movimento. O que havia eram informações dadas pelos militares de alto escalão, ligados à família Trujillo e, portanto antiBosch.

Mas, menos de 24 horas depois do levante, a solução Joaquin Balaguer (testa-de-ferro da família Trujillo) já era expressamente mencionada pela embaixada. Nesse mesmo dia 25, o telegrama nº 1.051 já previa a possibilidade de choques sangrentos:

— ... Nós reconhecemos que este curso de ação pode significar futuro derramamento de sangue. Mas nós pensamos que devemos estar preparados para assumir este risco..."

Neste dia 25, os defensores de Juan Bosch formam um governo provisório, sob a presidência de Molina Urena, para reorganizar a administração enquanto se aguarda o retorno de Bosch. A cúpula militar trujillista retruca com uma tentativa de formação de uma junta militar, onde despontam os generais Imbert Barrera, Wessin y Wessin e De Los Santos. Este último, chefe da Força Aérea, determina bombardeio do Palácio Nacional onde o novo governo já se havia instalado.

Com a situação se deteriorando rapidamente, a embaixada norte-americana começa um plano de evacuação que se transformará no pretexto para uma intervenção aberta. Os documentos revelam que só não havia um perigo iminente — tanto que a maioria dos norte-americanos residentes em São Domingos preferiu aguardar o desenrolar dos acontecimentos — como o maior perigo se concentrava nos bombardeios que, se não eram diretamente estimulados, não eram pelo menos condenados pela embaixada. A embaixada àquela altura estava profundamente empenhada na organização e operacionalidade dessa mesma junta que era responsável pelos bombardeios.

De acordo com o telegrama nº 1.126, enviado às 19h35min do dia 27/4, a evacuação já havia sido completa com total êxito. Mas é no dia 28, sob pretexto de proteção dos cidadãos norte-americanos que os marines começam a preparar o primeiro desembarque em São Domingos.

Uma troca de telegramas a respeito do pedido de tropas norte-americanas, feito

* Waldimas Galvão, brasileiro, 32 anos, está fazendo pós-graduação em História na Universidade de Austin, Texas. Dedicou-se particularmente ao estudo dos países latino-americanos e suas relações com os EUA.

** A Ilha (Um Repórter Brasileiro no País de Fidel Castro), editora Alfa Omega, S. Paulo, 1976.

*** A FIP era formada por duas brigadas: a norte-americana, com seis mil homens, e a latino-americana, com 220 hondurenhos, 190 paraguaios, 160 nicaraguenses, 50 costarriquenhos e 1.100 brasileiros. Os brasileiros eram: 850 homens da Infantaria do Exército e 250 do Corpo de Fuzileiros Navais.



Um acampamento de soldados norte-americanos em São Domingos. Eles começaram a chegar no quarto dia da luta, primeiro 400, depois, 30 mil



Populares carregam um estudante morto numa passeata. Protestava contra a presença de tropas estrangeiras no país e foi alvejado por um guarda

pela junta militar, é reveladora das intenções intervencionistas. O primeiro pedido usa como justificativa o "perigo do comunismo". Mas, mesmo com a decisão de enviar os marines já tomada, o Departamento de Estado instrui o embaixador para pedir à junta um outro pedido transformando a justificativa para "razões humanitárias".

Este pedido é recebido no dia 29/4 e transmitido no telegrama nº 1.163:

— ...Em relação ao meu pedido anterior, eu gostaria de acrescentar que vidas americanas estão em perigo e que as condições de desordem são tais que é impossível providenciar proteção adequada. Por esta razão eu peço a intervenção para restaurar a ordem pública neste país".

Este pedido é assinado pelo chefe da junta militar, coronel Benoit, e foi utilizado como prova documental pelo governo norte-americano para justificar, perante a Organização dos Estados Americanos, o desembarque de suas tropas.

Sob o manto da OEA, um ex-embaixador faz comentários irônicos

Outro fato sintomático é que a embaixada e os porta-vozes norte-

americanos, sistematicamente, chamavam os que defendiam a volta do presidente eleito de rebeldes e os chefes militares da junta como governo dominicano. Este pequeno detalhe é fundamental na aprovação da legalização da presença de tropas norte-americanas na República Dominicana. É que o voto decisivo na reunião da OEA que transformou os marines em Força Interamericana de Paz foi dado pelo representante da junta na própria OEA. Ele foi considerado o representante legal do governo dominicano, sendo negada a participação ao representante dos rebeldes.

Nesta mesma reunião foi aprovado o envio de uma comissão da OEA e o estabelecimento de uma zona neutra na cidade de São Domingos. A esta altura, acobertados pelo manto da OEA, o ex-embaixador dos Estados Unidos na República Dominicana, Mr. Martin, enviado especial do presidente Johnson, já se podia dar ao luxo de comentários como este, contido no telegrama 1.258, de 2/5:

— "...A presença da OEA provê um guarda-chuvas multilateral, distribui responsabilidades, nos oferece oportunidade para aplaudir o fim do derramamento de sangue e pode abrir novos caminhos (por exemplo: a devolução de armas pelos irregulares rebeldes para a OEA, apresentação de provas do perigo Castro/Comunismo para a OEA, possível ajuda do Brasil e de outros países, tempo para substituir a junta,

comprar ou subornar alguns líderes rebeldes — general Imbert já está explorando esta última possibilidade)."

Neste mesmo telegrama aparece a afirmação definitiva da necessidade de intervenção:

— "... Os rebeldes poderiam ter derrotado os legalistas (NR. da junta militar) facilmente. Somente a chegada das forças norte-americanas é que impediu isto."

A partir deste momento, as tropas norte-americanas encerraram os partidários de Bosch sob o pretexto de ampliação da zona neutra e após receber os simbólicos contingentes do Brasil (1.100 soldados), de Honduras (220), do Paraguai (190), da Nicarágua (160) e da Costa Rica (50 homens), puderam dedicar-se mais tranqüilamente à busca de uma saída política para encerrar a crise.

Foi formado um governo provisório sob a presidência de um político conservador, Hector Garcia Godoy. Os líderes partidários de Bosch e alguns dos generais mais marcadamente corruptos foram enviados para o exterior. Em junho de 1966, numa eleição de cartas marcadas, Joaquin Balaguer, o herdeiro de Trujillo derrotou a Juan Bosch, iniciando um novo período de ditadura, com reeleições sucessivas até 1978.

Neste ano, sob pressão do sempre presente irmão do Norte, Antônio Guzman, o candidato opositorista, líder do partido de Juan Bosch, venceu as eleições e foi empossado.

Brasil deu apoio total e imediato

— A soberania nacional se define, hoje mais do que nunca, pelo entrosamento de segurança interna e externa. Ao se decidir pelo envio de tropas à República Dominicana, o governo agiu politicamente, pois a defesa do Brasil está também no Caribe.

Assim falou o presidente Humberto Castello Branco, justificando a presença de tropas brasileiras na Força Interamericana de Paz. Chamado de "guerreiro da guerra fria" por seu biógrafo, o brazilianist John Foster Dulles, Castello, ao assumir o poder em 1964, retomou a velha linha diplomática de alinhamento automático com os Estados Unidos.

Juracy Magalhães era o embaixador brasileiro nos EUA quando estourou a crise na República Dominicana e, antes de qualquer pedido, foi ao Departamento de Estado para declarar apoio à ação norte-americana e colocar o Brasil à disposição para qualquer eventualidade.

Outros documentos da Biblioteca Lyndon Johnson que revelam a participação brasileira só reforçam o apoio total. No telegrama de nº 1.367, o embaixador norte-americano em São Domingos relata à Casa Branca uma conversa com o embaixador brasileiro Pena Martinho (ele fazia parte da Comissão da OEA enviada à República Dominicana para levantar dados que permitissem uma decisão da própria OEA em condenar ou referendar a intervenção norte-americana):

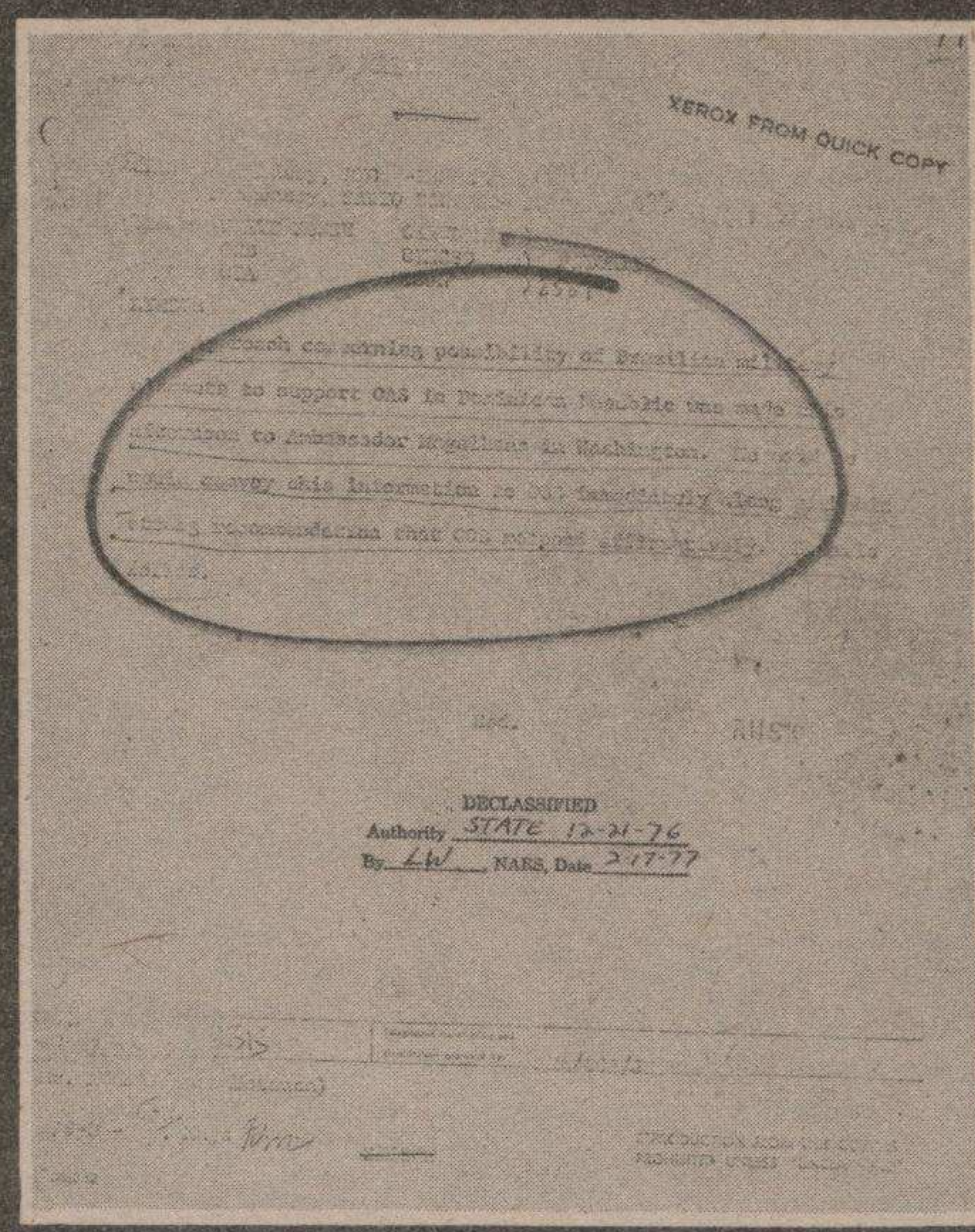
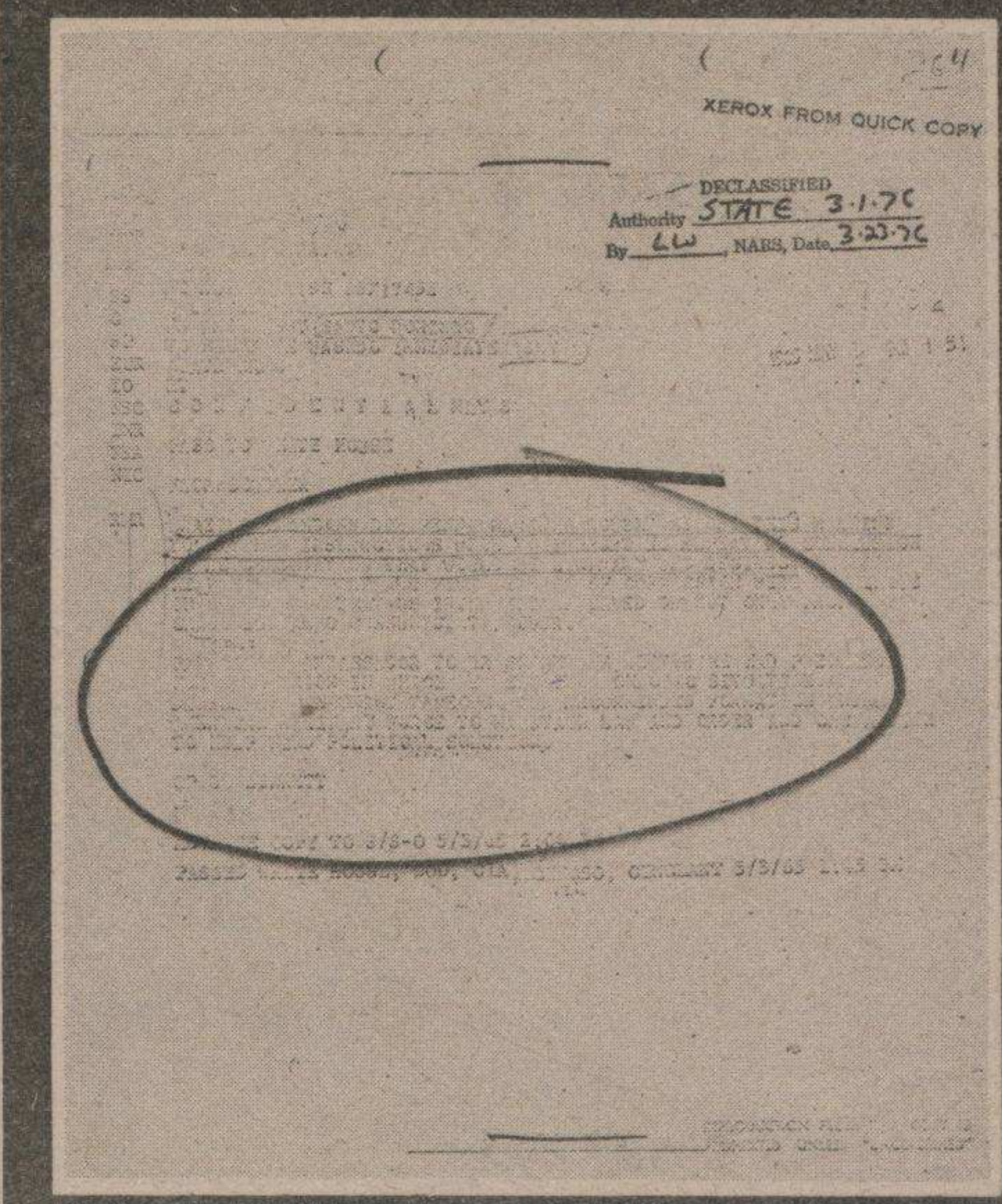
(Continua)

— O Martinho — diz o telegrama — me visitou esta manhã para dizer que suas instruções são de não — repito — de não apoiar nenhuma conclusão ou recomendação que seja contrária aos nossos interesses.

Outro telegrama, do Departamento de Estado para a embaixada, relata conversa mantida pelo senador Fulbright com o ministro da Educação do Brasil, Suplicy da Lacerda. Ao final, Suplicy fez um brinde à intervenção e não deixou o senador norte-americano pagar a conta do almoço, agradecido pelo prazer que havia tido ao ver "aqueles comunistas safados" sendo derrotados.

Um telegrama revelador do grau da influência e da participação do coronel Vernon Walters (adido militar da embaixada americana no Brasil) nos acontecimentos foi enviado do Departamento de Estado para a embaixada. Diz o telegrama que, a pedido do presidente Castello Branco — preocupado pelos riscos de vida que Walters poderia passar na situação caótica em que se encontrava São Domingos —, o coronel só seria enviado para lá depois que a situação ficasse mais normalizada.

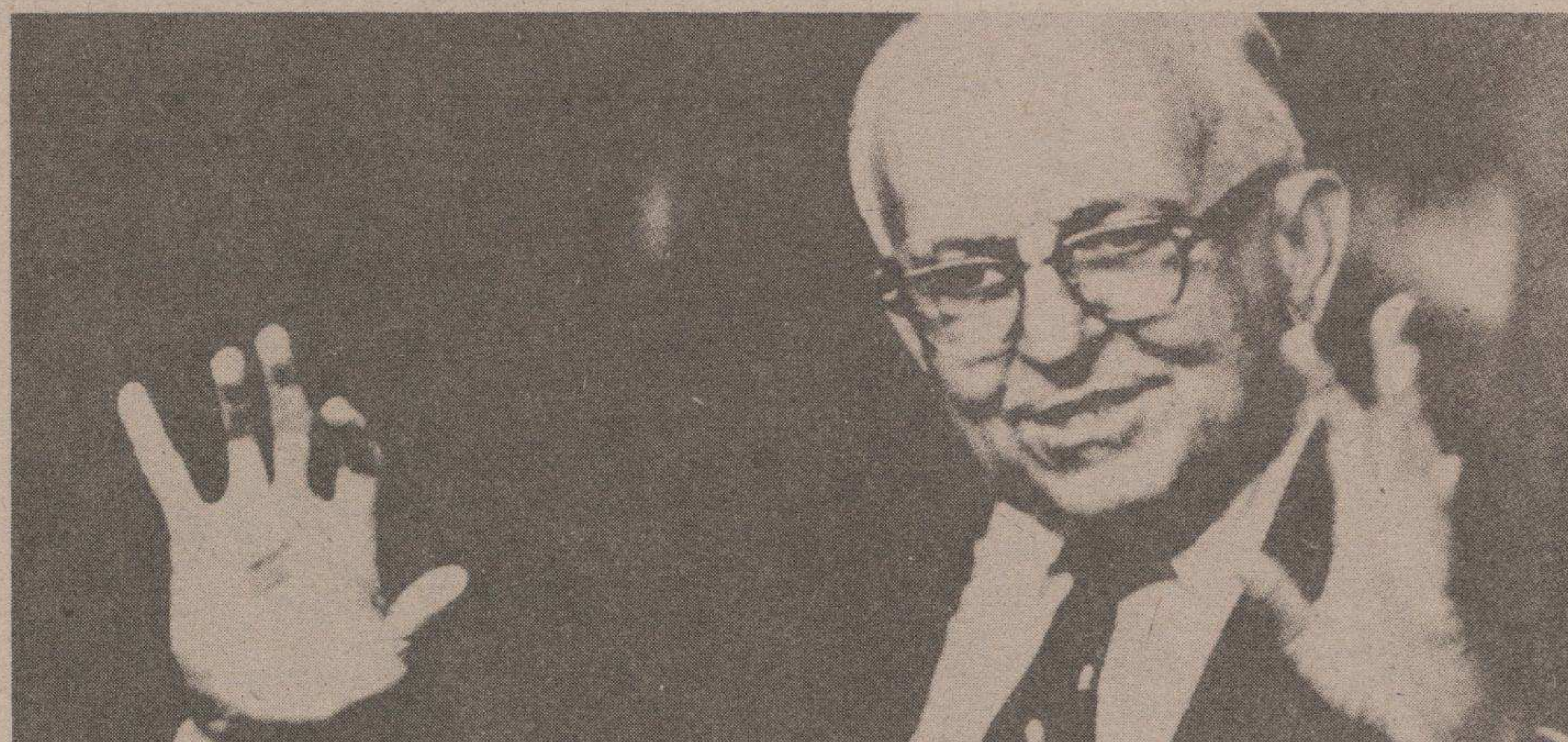
Walters era o homem da CIA no Brasil e, juntamente com o ex-embaixador Lincoln Gordon, recomendou e coordenou a Operação Brother Sam, que previa o fornecimento de armas e combustível para as forças militares antiGoulart, caso a resistência se mostrasse forte, em 1964. A comprovação e os detalhes dessa operação também foram encontrados nos papéis secretos de Lindon Johnson, re-



Telegrama 1357, 5 de maio de 65, 14h

Embaixador brasileiro, Pena Marinho, procurou-me, hoje de manhã, para dizer que suas instruções eram no sentido de não apoiar nenhuma conclusão ou recomendação que fosse contrária aos desejos dos EUA. Além disso, todos os cinco membros da comissão foram unânimes em concluir que a Intervenção dos EUA salvou a República Dominicana, não apenas do caos, como ainda, de ser tomada pelos comunistas.

Telegrama 1572, enviado de Washington às embaixadas americanas no Rio e em S. Domingo. Esta tarde, foi feita uma abordagem sobre a possibilidade de um apelo militar do Brasil à ação da OEA, na República Dominicana, em contato com o embaixador Magalhães. Ele disse que daria essa informação ao GOB (governo brasileiro) imediatamente, recomendando fortemente uma resposta afirmativa.



Juracy Magalhães, embaixador brasileiro nos Estados Unidos. antes de qualquer pedido foi o Departamento de Estado declarar apoio total

velados no Brasil em 1977.

Finalmente, outros telegramas mostram a jogada política de dar o comando da Força Interamericana de Paz para o Brasil (general Álvaro Braga), desde que o comando executivo (Deputy Commander) ficasse nas mãos do general Palmer, norte-americano.

Só como ponto de análise e reflexão vale a pena comparar esta atitude de 14 anos passados com o atual posicionamento do Brasil perante a crise da Nicarágua. Desta vez, o voto brasileiro foi decisivo para rechaçar a proposta norte-americana de criação de outra força de paz e o Brasil foi um dos cinco primeiros países a romper relações diplomáticas (o termo utilizado foi *suspend*) com o governo Somoza.

A ROOSEVELT

Es con voz de la Biblia, o verso de Walt Whitman que habría de llegar hasta tí, Cazador! Primitivo y moderno, sencillo y complicado, con un algo de Washington y cuatro de Nemrod!

Eres los Estados Unidos, eres el futuro invasor de la América ingenua que tiene sangre indígena, que aún reza a Jesucristo y aún habla en español.

Eres soberbio y furte ejemplar de tu raza; eres culto, eres hábil; te opones a Tolstoy. Y domando caballos, o asesinando tigres, eres un Alejandro-Nabucodonosor. Eres un profesor de energía, como dicen los locos de hoy.

Crees que la vida es incendio, que el progreso es erupción, que en donde pones la bala el porvenir pones.

No.

Los Estados Unidos son potentes y grandes. Cuando ellos se estremecen hay un hondo temblor que pasa por las vértebras enormes de los Andes. Si clamáis, se oye como el rugir del león.

Ya Hugo a Grant, le dijo: "Las estrellas son vuestras". (Apenas brilla, alzándose, el argentino sol y la estrella chilena se levanta. . .) Sois ricos. Juntáis al culto de Hércules el culto de Mammón; y alumbrado el camino de la fácil conquista, la libertad levanta su antorcha en Nueva York.

Mas la América nuestra, que tenía petas desde los viejos tiempos de Netzahualcoyotl, que ha guardado las huellas de los pies del gran Baco, que el alfabético pánico en un tiempo aprendió; que consultó los astros, que conoció la Atlántida cuyo nombre nos llega resonando en Platón, que desde los remotos momentos de su vida vive de luz, de fuego, de perfume, de amor, la América del grande Moctezuma, del Inca, la América fragante de Cristóbal Colón,

La América católica, la América española, la América en que dijo el noble Guatemoc: "Yo no estoy en un lecho de rosas"; esa América que tiembla de huracanes y que vive de Amor, hombres de ojos sajones y alma bárbara, vive.

Y sueña. Y ama, y vibra, u es es la hija del Sol. Tened cuidado. Vive la América española! Hay mil cachorros sueltos del León Español. Se necesitaría, Roosevelt, ser por Dios mismo, el Riflero terrible y el fuerte Cazador, para poder tenernos en vuestras férreas garras. Y, pues contáis con todo, falta una cosa: Dios!

RUBEN DARIO, poeta da Nicarágua, 1904.

Ribalta apresenta
Promoções Artísticas



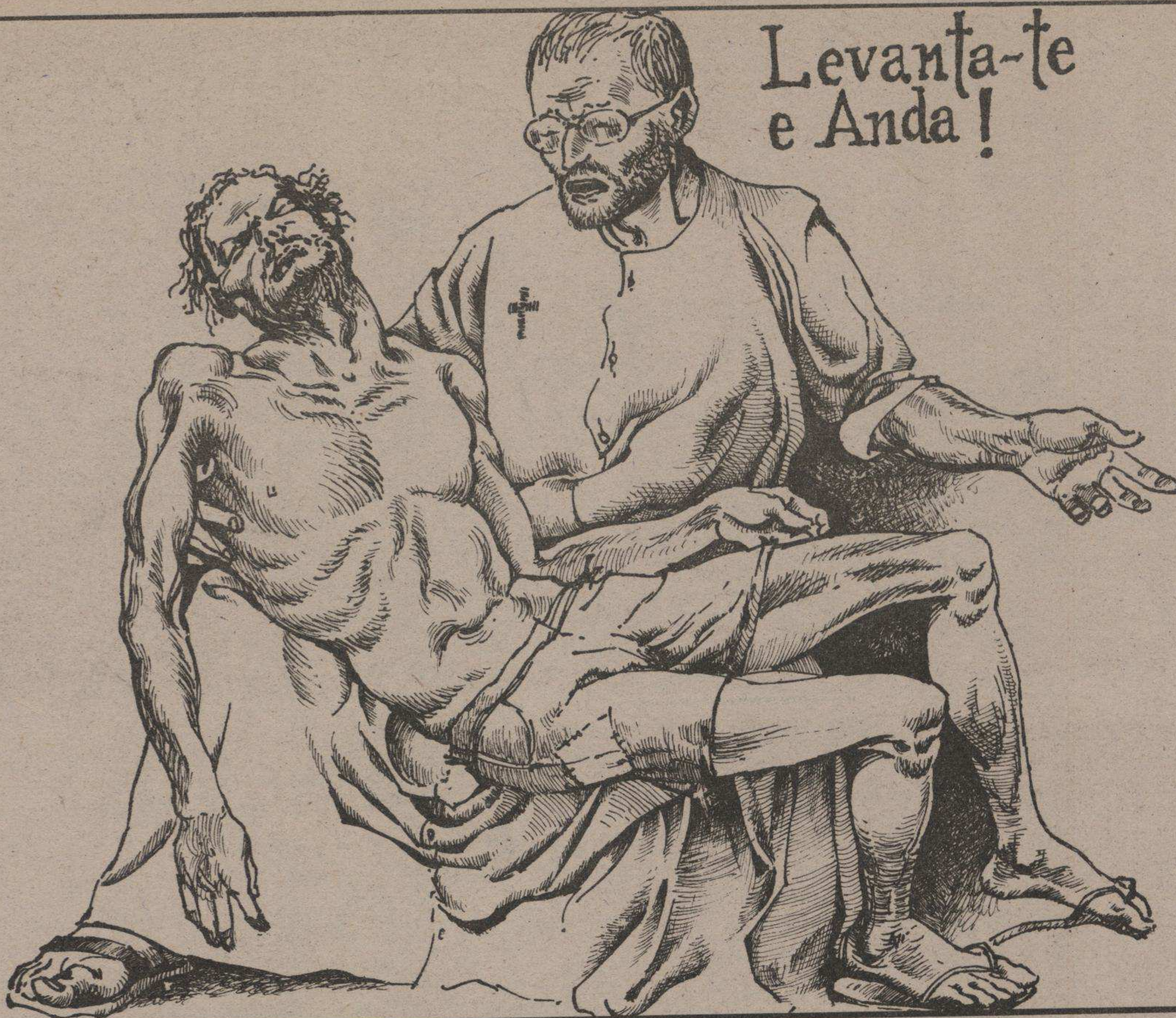
SIMONE MAIS UMA SEMANA de 3 a 7/10
TEATRO LEOPOLDINA

Promoção:



GAÚCHA/ZERO HORA FM

Levanta-te
e Anda!



O PARTIDO DOS POBRES

Por Maria Helena Passos

É um movimento sem precedentes.

Vem de baixo para cima, sem pressa.

E com a bênção da Igreja

Não é bem um partido político, mas todo mundo está de olho nele. Funciona à revelia da estrutura de poder, está à margem dos partidos institucionalizados, é independente dos políticos oficiais. Está infiltrado nas prisões, frequenta os sindicatos, segue o rastro dos posseiros, defende os índios, assiste aos clubes de mães, brinca nas escolas de samba, defende os direitos humanos, vai à missa. Religião?

Mais que uma religião, menos que um partido, é um movimento que se articula em silêncio, sem pressa, nas bases da sociedade. Sem sigla, sem fichário, sem programa e sem candidatos, mobiliza mais pessoas do que qualquer partido brasileiro. Possui 1,6 milhão de militantes, organizados em 80 mil núcleos espalhados por todo o país, no campo, no mato e nas cidades.

É como se fosse o partido dos pobres, dos marginalizados. Organizado pela Igreja, chama-se oficialmente Movimento Eclesial de Base, um nome que diz bem pouco à maioria dos brasileiros. No entanto, diversos políticos, sociólogos e teólogos vivem dizendo que não é mais possível ignorar, hoje, a extraordinária força da Igreja, nem menosprezar o potencial político desse movimento sem precedentes na história do Brasil e da América Latina.

NO PODER

Em Aratuba, município a 140 quilômetros de Fortaleza, no Ceará, a comunidade eclesial de base conquistou a prefeitura pelo voto. O primeiro núcleo foi fundado em 1967 por iniciativa do padre José Maria Cavalcanti. Para se integrar à população, o padre deixou de cobrar batizados, missas e casamentos. Além disso, assumiu um estilo de vida igual ao do povo local. Hoje, com o prefeito eleito pelos 72 núcleos comunitários, os serviços das comunidades de base de Aratuba são mais eficientes do que os do governo estadual cearense. Com a ajuda de instituições religiosas internacionais, elas construíram um hospital de 22 leitos, possuem um sistema próprio de farmácias e mantêm um centro comunitário com diversos serviços de assistência, educação e lazer.

"ESPERANÇA DA IGREJA"

Depois da revolução popular do Irã, liderada pelo Ayatollah Khomeini, muitos estudiosos, surpreendidos pela rapidez e violência da virada política islâmica, concluíram que nenhuma revolução moderna deve esquecer o incrível potencial religioso das massas.

Na verdade, os cientistas sociais foram pegos de surpresa pelos acontecimentos do Irã. E não estavam suficientemente atentos ao papel da Igreja na Nicarágua.

No início do ano, o senado dos Estados Unidos confessou um "enorme" desconhecimento dos movimentos religiosos da América Latina. O presidente Jimmy Carter, pouco depois, mandou a CIA intensificar as atividades de "estudo e exame" da Igreja, na América Latina. Como lembrou um jornalista mexicano do *Excelsior*, em fevereiro, "no jargão da Inteligência, as palavras 'estudo e exame' são eufemismos para infiltração e vigilância".

Não foi por acaso que a Conferência Episcopal Latino-Americana, em Puebla, iniciada em fevereiro com a visita do Papa João Paulo II ao México, foi acompanhada por centenas de jornalistas de todo o mundo. E o que mais chamou a atenção foram as "comunidades eclesiais de base".

Fora as 80 mil existentes no Brasil, calcula-se que existam outras 70 mil na América Latina. Segundo o documento final da Conferência, as CEBs são "a alegria e a esperança da Igreja".

FINANCIAMENTO EXTERNO

Muitas comunidades de base funcionam com a ajuda de entidades religiosas estrangeiras. Em Logradouro, cidade do Maranhão, há uma comunidade que mora e trabalha numa área comprada com financiamento de instituições da Inglaterra, dos Estados Unidos e do Canadá. Uma parte da produção agrícola da área é reservada para pagar a dívida.

Mas há casos em que as comunidades dispensam auxílios internacionais. "Na prelazia de São Félix do Araguaia, estamos rejeitando ajuda financeira de organismos internacionais, pois não nos falta dinheiro para construir obras assistenciais", diz D. Pedro Casaldáliga, bispo prelado da região desde 1971.

DUAS IGREJAS

Atualmente, os mais profícuos teólogos da América Latina andam escrevendo livros e mais livros em torno das comunidades de base. Num livreto

chamado *Eclesiogênese*, o brasileiro Leonardo Boff diz: "As CEBs estão prefigurando uma nova estruturação social da Igreja". Mais: "Pode-se prever que deste movimento que está tomando conta da Igreja universal surja um novo tipo de presença institucional do cristianismo no mundo".

Leonardo Boff, acha que, atualmente, a Igreja possui duas faces bem distintas ou, como ele diz, dois modelos eclesiológicos: "Um orientado para a Igreja-grande-instituição com todos os serviços organizados institucionalmente em função das necessidades da Igreja universal, das dioceses e paróquias; este modelo de Igreja possui seu centro sociológico e cultural, geralmente, nos setores opulentos da sociedade, goza de poder social e constitui o dialogante exclusivo com os poderes da sociedade. O outro se centra na rede de comunidades de base no meio dos setores populares nas maiorias pobres, à margem do poder e dos meios de comunicação, vivendo mais profundamente as relações horizontais da fraternidade e da corresponsabilidade".

QUATRO PROBLEMAS

As comunidades de base surgiram em pontos isolados. Consta que o primeiro lance desta história ocorreu em 1956, em Barra do Piraí (RJ), por iniciativa de leigos que se ressentiam da falta de padres na paróquia. Inicialmente, eles se reuniam apenas para rezar o terço, depois passaram a discutir o Evangelho.

Um segundo lance, já com preocupações sociais, ocorreu em Natal (RN). Ali um grupo promovia alfabetização pelo rádio, que também transmitia a missa dominical. De Natal, a experiência se propagou para todo o Nordeste na década de 60. Seus bons resultados animaram a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a elaborar um Plano de Emergência, em 1965, que consagrou pela primeira vez, oficialmente, a expressão "comunidade de base".

Hoje, as CEBs estão estruturadas para concretizar o trabalho de âmbito popular da Igreja. Formando grupos, as dioceses e paróquias lutam, através das comunidades de base, contra quatro problemas fundamentais: 1) a dispersão do povo; 2) a marginalização social e econômica das populações periféricas; 3) as violações de direitos humanos; 4) a exploração de trabalhadores, índios e posseiros.

DINHEIRO DO GOVERNO

Em Palmeira dos Índios (AL), existe hoje uma comunidade-modelo. Fundada há 15 anos por D. Otávio Aguiar, ela

promove assistência maternal, médica, odontológica. Possui uma creche e uma maternidade. Todos esses serviços foram sendo montados aos poucos. Quem paga tudo é o Funrural, mais a Legião Brasileira de Assistência e a Secretaria da Saúde do Estado de Alagoas. Mas quem decide o que fazer com o dinheiro dessas entidades oficiais são as assembleias comunitárias.

BATISMO E CRISMA

Entre a Igreja tradicional e a Igreja nova, entre a Igreja rica e a Igreja pobre, o teólogo Leonardo Boff considera que não há conflito, mas um grande potencial de integração. Uma não existe sem a outra, mas ambas precisam se integrar e se fundir. As comunidades nasceram em virtude da crise da instituição da Igreja, que por séculos viveu a tiracolo do poder, ignorando o destino da maioria da população. Hoje, segundo Leonardo Boff, a Igreja está diante da seguinte opção: "Ou continua a manter boas relações com o estado e as classes ricas que ela representa ou toma a sério a rede de comunidades de base com as exigências que elas implicam em termos de justiça e de transformação social".

A Igreja começou a tomar o rumo dos pobres em 1968, na Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín, na Colômbia. Segundo o documento final daquele encontro a Igreja não devia apenas cuidar dos pobres, mas dar exemplo de pobreza e denunciar as desigualdades entre ricos e pobres, para buscar a justiça entre os homens. Dez anos depois, em Puebla, a Igreja não apenas reafirmou Medellín, na medida em que se diz preferencialmente voltada para os pobres, mas apóia tudo que foi criado à luz de Medellín, particularmente as comunidades de base. Como diz o frei Clodovis Boff, um dos mais brilhantes teólogos brasileiros, "se para a Igreja latino-americana Medellín foi o batismo, Puebla é sua confirmação".

MÉDIA DE 20 PESSOAS

Não há um número rígido de participantes em cada comunidade de base. Fles variam conforme as características locais da população e seus problemas específicos.

Nas grandes cidades, em média, os núcleos comunitários somam 20 participantes. Eles podem ser "especializados" (mães, operários) ou mistos.

Em reuniões semanais, os grupos debatem seus problemas comuns, discutem o Evangelho, desenvolvem seu

(Continua)

senso crítico da realidade e elaboram planos de ação capazes de solucionar este ou aquele problema. Cada grupo é supervisionado por um agente pastoral, isto é, uma pessoa religiosa ou leiga com mais experiência e acesso à hierarquia da Igreja.

A grosso modo, as CEBs predominam nas zonas rurais e nas periferias das grandes cidades do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Leste. Na zona rural, o grande problema são as distâncias que, muitas vezes, exigem horas de caminhada ou navegação para que um reduzido número de pessoas possa se reunir. Nas cidades, onde a proximidade facilita a formação dos grupos, o cansaço da vida urbana e a falta de tempo são os principais obstáculos.

ASSEMBLÉIA NA LIXEIRA

Na Zona Leste da cidade de São Paulo, há 219 comunidades de base. Em geral, seus membros têm reuniões às oito e meia da noite, sem jantar, depois de um dia inteiro de trabalho. A maioria levanta antes da cinco da manhã para pegar a condução.

Na prelazia do Acre-Purus, há 150 comunidades de base espalhadas por um vasto território. Os pontos de referência (e de reunião) são um bar, uma colônia rural ou um seringal. Há casos em que um membro da comunidade precisa percorrer oito quilômetros a pé para sua reunião semanal. Ou andar mais de uma hora de barco.

Como na cidade é mais fácil reunir-se, as comunidades de base urbanas são muito mais eficazes. D. Angélico Sandalo Bernardino, bispo da Zona Leste II, de São Paulo, afirma que "o poder de mobilização das CEBs urbanas chega a pessoas que não participam delas". Como exemplo, ele cita o caso de um grande depósito de lixo que colocava em risco a saúde dos moradores da Vila Itaim, na Zona Leste, de São Paulo. No ano passado, depois de algumas assembleias populares no local do lixo, promovidas pelos comunitários, a prefeitura removeu a sujeira.

UNIVERSIDADE DO POVO

A XVII Assembleia da CNBB, realizada em maio, em Itaici (SP), recomendou que cada diocese realize, uma vez por ano, uma assembleia diocesana, para reavivar e animar as comunidades de base. D. Angélico Sandalo Bernardino — que já sofreu dois processos pela Lei de Segurança Nacional, acusado de "subversão" e de "incitar o povo contras as autoridades", em Ribeirão Preto, antes de se transferir para São Paulo — diz que "as comunidades de base são a universidade do povo". Tal qual uma



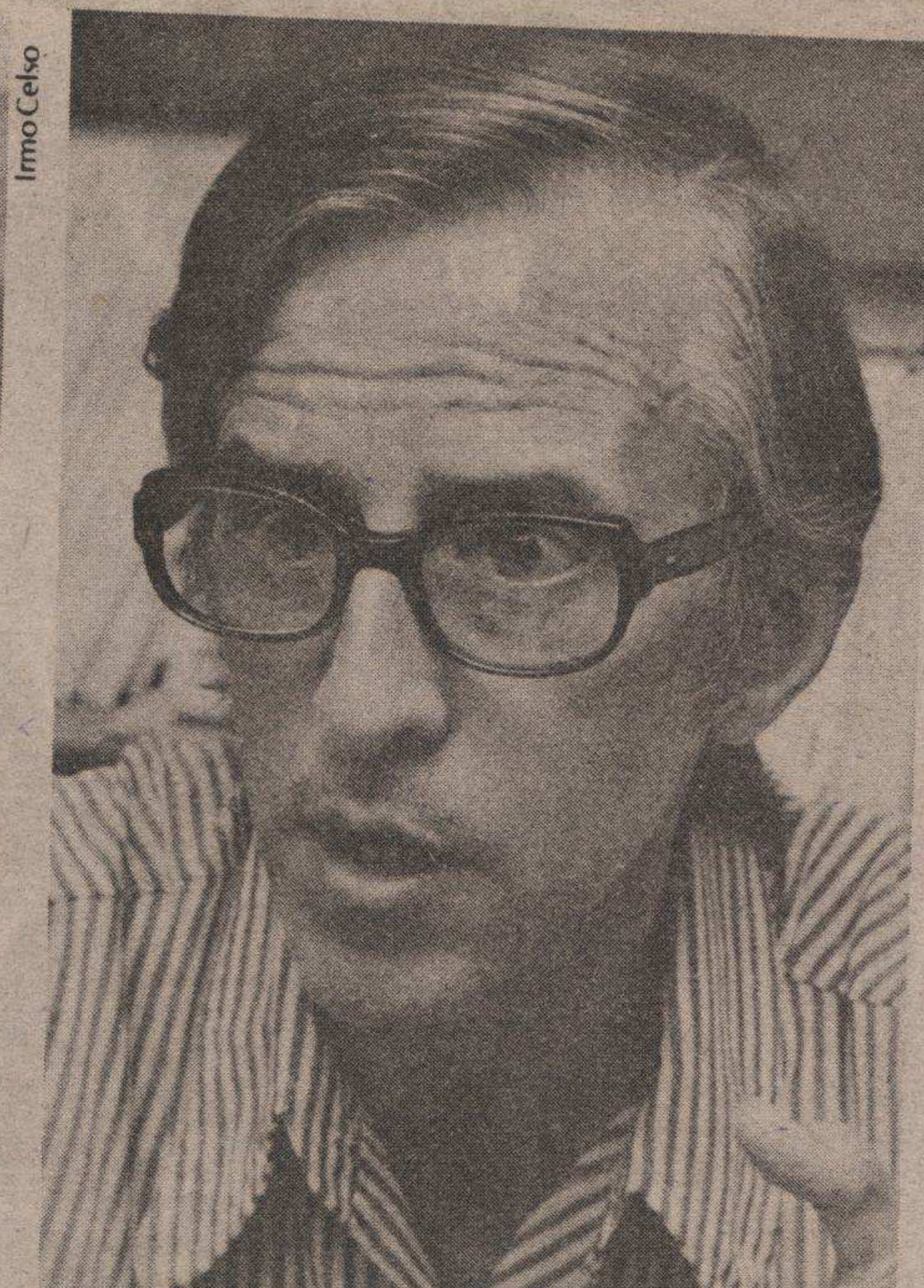
Aurélio Peres, um deputado das CEBs

família, segundo D. Angélico, as CEBs funcionam como um ponto de abastecimento de organismos civis. O seu grande mérito, a sua grande força está em que elas são espontâneas, criadas pela necessidade de se reunir, pela noção de que é preciso ser solidário.

AÇÃO POLÊMICA

D. José Maria Pires, arcebispo metropolitano de João Pessoa, mais conhecido como D. Pelé (foi o segundo negro sagrado bispo no Brasil), responde por uma diocese de 56 municípios da Paraíba onde funcionam 400 comunidades eclesiais de base, tanto na periferia da capital como na zona rural. Ele explica a dinâmica social das CEBs: "As comunidades se reúnem para ler o Evangelho e rezar. À medida em que vão sendo sentidos, os problemas trazidos pelas pessoas passam a exigir um tipo de ação. Formam-se grupos a partir de comunidades. Grupos de jovens, de operários, de lavadeiras e assim por diante. Já não são mais CEBs. Automaticamente, as CEBs impulsionam a formação de grupos que entram numa atuação social polêmica".

Mas nem sempre as comunidades eclesiais de base são o primeiro estágio do processo de luta social. D. Pelé lembra de casos de despejo que provocaram a reunião de camponeses que, só depois de discutirem seu problema (a terra), passaram a discutir o Evangelho. Como diz o bispo, "a comunidade eclesial de base tem a função de dar preparação espiritual para que as pessoas enfrentem



D. Pedro, um defensor dos posseiros

sua caminhada, sentindo que se trata de uma caminhada do povo de Deus".

COMO NA IDADE MÉDIA

D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT), diz que os setores mais tradicionais da Igreja não gostam da experiência das comunidades de base. Por quê? Culpa da formação clerical de padres e bispos que temem perder a autoridade. "As comunidades de base não estão contra a Igreja antiga, querem apenas renová-la", diz ele, impaciente com as comunidades que "ficaram só no culto, na leitura e no comentário da Bíblia". Segundo D. Pedro, as comunidades que não tiveram um "compromisso real com o dia-a-dia" estão fadadas ao esvaziamento. "Se não entendermos as coisas como têm de ser entendidas", diz ele, defendendo a atividade social das comunidades, "o povo partirá para os sindicatos e os partidos, que são mais vivos, dinâmicos e estimulantes. E a Igreja novamente dirá: Perdemos o povo, perdemos o povo". Casaldáliga cita sua experiência em São Félix, uma região extremamente pobre e semi-selvagem, onde a Igreja teve que desenvolver duas funções paralelas: uma especificamente da Igreja, através do sacramento, da evangelização e da catequese; outra de suplência na educação, assistência social, saúde, vida sindical, etc. Por causa disso, ele costuma dizer que a Igreja de São Félix é "medieval ao contrário": em vez de servir à instituição Igreja, serve à população, concentrando um certo tipo

de poder político e educacional, como a Igreja da Idade Média.

CENSURA E REPRESSÃO

O governo nunca viu com bons olhos as comunidades eclesiais de base, sobretudo aquelas que se tornaram socialmente mais atuantes. Frequentemente elas incomodam as autoridades, sobretudo as locais, desacomodadas de qualquer movimentação popular.

Os atritos entre o governo e a Igreja, nos últimos anos, tiveram origem quase sempre no trabalho das comunidades de base ou de grupos identificados com a orientação popular da Igreja. É o caso das pastorais de direitos humanos, que se destacaram na defesa de presos e torturados. Não por acaso, o arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, tornou-se o símbolo da luta pelos direitos humanos no Brasil e na América Latina.

Atualmente, é mais fácil a convivência entre os sacerdotes e as autoridades. Houve época, porém, em que as próprias comunidades de base eram ameaçadas. D. Angélico Sandalo Bernardino, na Zona Leste de São Paulo, recebia freqüentes visitas de agentes do Dops, disfarçados ou não, enquanto membros de comunidades eram detidos para "averiguações". D. Pedro Casaldáliga, que foi ameaçado de expulsão do Brasil durante o governo Geisel, reconhece que "a repressão arrefeceu". Mas denuncia: "A correspondência continua censurada, a vigilância permanece com visitas de agentes policiais disfarçados, que não fazem nada no local, ficam só observando". Segundo D. Angélico, a pior época para as comunidades foi durante o governo Médici.

APRENDIZADO DA IGREJA

"As comunidades de base estão apenas engatinhando", afirma D. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife. Para ele, as CEBs estão ensinando a Igreja a trabalhar "com o povo" e não, simplesmente, "para o povo". Diz D. Helder: "A gente imagina que sabe melhor do que o povo o que convém a ele. No entanto, estamos aprendendo a ouvir, fazendo descobertas maravilhosas com gente simples, que não sabe ler ou escrever, mas sabe pensar e tem uma sabedoria que muitos técnicos invejariam".

CUSTO DE VIDA

Os políticos sempre procuraram se aproximar amistosamente das comunidades de base. Especialmente em período pré-eleitoral. Na periferia de São Paulo, conseguiram certo sucesso, pois é comum a existência de cabos eleitorais dentro da comunidade. Nas eleições de 1978, alguns deputados de oposição foram eleitos praticamente por comunidades eclesiais da periferia paulistana. O deputado federal Aurélio Peres e a deputada estadual Irma Passoni, por exemplo, emergiram praticamente do trabalho do Movimento do Custo de Vida, originário de um clube de mães da Zona Sul de São Paulo. O Movimento do Custo de Vida, aliás, é um dos maiores exemplos de mobilização social e política das comunidades de base. Em 1978, em todo o Brasil, ele levou ao governo federal cerca de 1,3 milhão de assinaturas contra a alta dos preços. Depois, houve uma manifestação de dez mil pessoas na Praça da Sé, abençoada por D. Paulo Evaristo Arns e vigiada pela polícia.

Como já aconteceu no recolhimento de assinaturas do Movimento do Custo de Vida, as comunidades de base tendem a se interligarem cada vez mais. Irão além da simples fé religiosa, mas ficarão aquém do partido político. Como diz D. Angélico Sandalo Bernardino, "as comunidades eclesiais de base vão conhecer a realidade, criticá-la e iluminá-la com a força do Evangelho, dando elementos para a participação nos sindicatos, nos partidos políticos".

FAZENDAS COLETIVAS

Em São Mateus (ES), há uma comunidade rural composta por 56 famílias de agricultores. Possuem quase 500 hectares de terras, plantam coletivamente e vendem a produção em conjunto. Mantêm-se unidas não apenas para trabalhar, mas para resistir à pressão de grandes empresas que insistem em comprar a área. Até agora, têm resistido.



Brasília, 1978: com 1,3 milhão de assinaturas, as mulheres levam o Movimento Custo de Vida ao governo federal

No Acre, "fé em Deus e pé na terra"

De um seringal, distante 40 horas de barco da sede da prelazia do Acre-Purus, começaram a chegar notícias alarmantes trazidas pelas mães, os irmãos e conhecidos dos peões. Falavam de espancamentos, prisões, ameaças de morte e assassinatos. O responsável por tudo, dizia a população, era o proprietário da terra, um tal Dr. Vilela.

Relutante, desconfiado, o bispo ouvia e achava que era imaginação, exagero do povo. Afinal, fazia pouco tempo que ele havia chegado ali, e ainda não se adaptara às regras do jogo de uma região tão distante e diferente do seminário de Santa Catarina, onde estudou, e da ordem que dirigiu no bairro do Ipiranga, em São Paulo.

Mas como as pessoas insistiam em lhe contar os casos de violências, ele concluiu que precisava tomar providências. Resolveu reclamar ao secretário de Segurança do território, que prometeu averiguar, mas nada. Reclamou de novo e o secretário não se mexia. Corria o ano de 1973, o bispo começava a sentir a barra.

Um dia, um velho de 90 anos o desafiou: "Se eu tivesse à sua idade, já estava lá". D. Moacir Grecchi, hoje com 43 anos de idade, conta que sentiu vergonha de não ter agido antes. Partiu no dia seguinte, aproveitando uma embarcação de propriedade do próprio Dr. Vilela. Assim começou a se organizar o movimento das comunidades eclesiais de base da prelazia do Acre-Purus, uma das regiões



D. Moacir, bispo do Acre-Purus: no contato com os problemas da Amazônia, uma nova visão

mais conflituosas da Amazônia, onde a Igreja vem realizando um trabalho decisivo.

Desde aquele dia de 1973, quando assumiu pessoalmente um papel que cabia ao secretário da Segurança, D. Moacir Grecchi vem sofrendo ameaças de morte, pois se acostumou a defender peões e posseiros contra a violência de proprietários e grileiros de terras. Hoje se considera um homem transformado pela experiência ao lado dos pobres do Acre. "Eu era um homem de profunda formação eclesial, fechado, religioso, achava que a problemática da justiça me dizia respeito de uma maneira muito vaga", lembra o bispo, que lidera 700 grupos e 150 comunidades eclesiais de base em sua prelazia.

É muito difícil reunir o povo num território tão vasto e tão despovoado como o Acre, mas as pessoas acabam se

juntando para a missa dominical, um casamento, um batizado, a Semana Santa ou o Natal. Frequentemente, também, reúnem-se por questões ligadas à posse da terra. Acostumadas a rezar terços ou cantar hinos religiosos, as pessoas ficam surpresas ao tomar contato com o Evangelho e passam a compará-lo com sua própria vida.

Assim, nascem os grupos, que se multiplicam até que cinco ou seis fazem uma comunidade, com coordenação própria e autonomia na programação. Ajudados pelos agentes de pastoral, desenvolvem seu senso crítico da realidade e buscam saídas para cada problema — a falta de luz, a limpeza de um caminho, a defesa de um pedaço de terra. Por suas atividades, são vistos com suspeição pelos grandes proprietários rurais, que não os toleram, e com reserva pelas autoridades, que mal os aceitam.

"As comunidades criam um sentido crítico indiscutível, com o povo acordando e percebendo a força de sua união", explica D. Moacir, lembrando o caso dos políticos que, em período eleitoral, procuram as comunidades porque sabem que elas têm força.

Para as épocas de campanha eleitoral, conta o bispo, as comunidades do Acre-Purus contam com um catecismo de ação política chamado "Fé em Deus e Pé na Terra". Ele contém princípios sobre o que é política e governo, fala de sindicatos e partidos, explica a Arena e o MDB. Conclusão dos comunitários, segundo bispo: "Eles não querem saber dos políticos, ao contrário do que acontece nas comunidades crenças dos pentecostais, que possuem muita penetração na região, pois contam com a ajuda de programas de rádio dos Andes, transmitidos em português".

Os anos 50 trouxeram muitas idéias férteis para os brasileiros do Sul. O Cooperativismo foi uma delas.

A década de 50, no Sul do País, foi marcada pela transformação de uma economia alicerçada na pecuária, para um maior desenvolvimento da indústria e das propriedades rurais.

Entre as conseqüências dessa mudança surgiu a consciência da necessidade de maior união entre os produtores, a fim de fazerem frente a problemas que surgiam, tais como

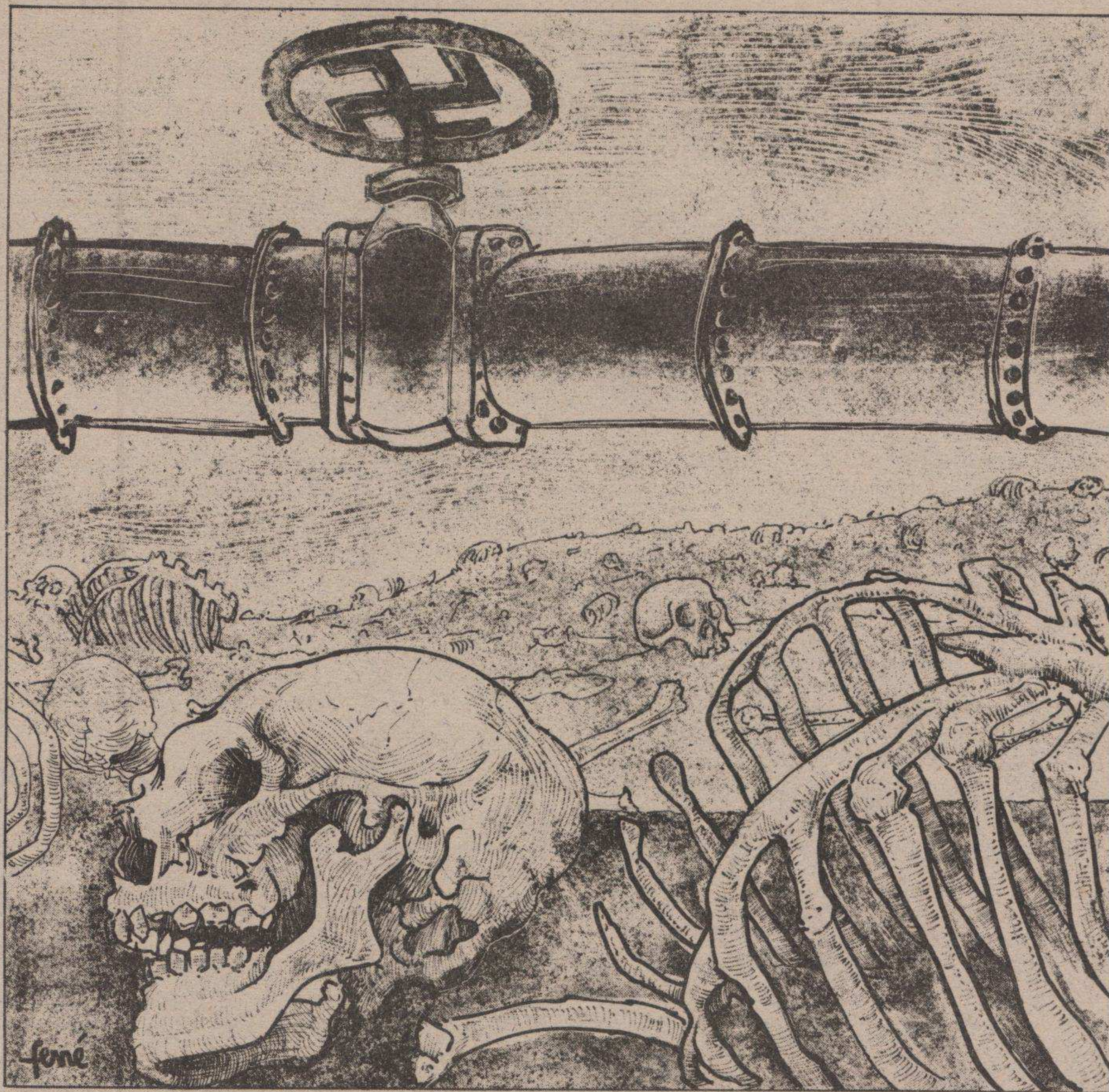


armazenamento e comercialização de produtos.

Do idealismo de 25 pessoas nasceu a Cotrijuí, uma Cooperativa que hoje conta com mais de 18.000 associados. Todos reunidos em torno de uma fundamental idéia: o poder da força de cada um no trabalho de todos, como elemento de progresso e desenvolvimento.



COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



GUERRA DO CHACO

“Os cadáveres brilhavam ao sol”

Bolívia e Paraguai foram à luta e se entredevoraram durante três anos por um território desértico que acabou nas mãos da Esso até o ano 2004. Agora um livro conta pela primeira vez a história não oficial desta guerra

Por Julio José Chiavenatto*

A partir da década de 20 o Chaco configura-se marcadamente para os dois países da seguinte forma: para o Paraguai, é um território nacional que precisa ser defendido para manter a sua integridade geográfica; para a Bolívia, é uma conquista a fazer, ou uma “reconquista” na visão de alguns, com uma forte carga psicológica e uma irresistível pressão emotiva — a conquista do Chaco restabeleceria a “honra nacional” ferida, após a derrota na guerra do Pacífico. Daí a frase que marcou a propaganda de Daniel Salamanca, o mais “guerreiro” dos presidentes bolivianos: “Pisar fuerte en el Chaco.”

Essa configuração, porém, dá apenas o contexto formal. Por trás das lutas e disputas regionais entre a Bolívia e o Paraguai, vigiam o Chaco os interesses da *Standard Oil* (atual Exxon), e da *Royal Dutch Shell*, que almejam o petróleo, portos, oleodutos etc., e enxergam num conflito que se esforçam por tornar inevitável, a forma mais rápida de conseguirem seu intento. As duas companhias petrolíferas, ambas filhas de um mesmo sistema de gangsterismo que estava atuando em todo o mundo onde houvesse petróleo, aliam-se a um e outro país, utilizam-se de suas filiais e testas-de-ferro também na Argentina e no Brasil, e ajudam a provocar a chacina que se avizinha.

A Bolívia levou à guerra um microcosmo da sua sociedade; a violência e o choque cultural — o aimara e o quechua diante de organizações estranhas e uma tecnologia hostil como as armas modernas — agudizaram os contrastes da estratificação social boliviana. Daí o tremendo fracasso desse exército superarmado.

Não se pode esquecer, também, que o exército boliviano não é apenas instrumento das oligarquias

econômicas e juguete dos políticos, como, ele próprio, é sensível aos métodos fascistas de organização interna — que acabam por consolidar substancialmente a opressão de classes na Bolívia: incapaz de entender o povo, o exército, com idéias autocráticas, alia-se naturalmente ao que há de mais retrógrado no país. Dessa forma, além de instrumento de dominação, é também aliado dessa dominação e dela usufrui.

A “ideologia” do exército foi implantada por uma Missão Alemã, em 1911 — seu chefe foi Hans Kundt, um incompetente comandante de tendências autoritárias que comandou o desastre militar na guerra do Chaco. E, o que se poderia chamar de “ideólogo” dessa Missão Alemã, foi o capitão Ernst Roehm — o mesmo homem que ajudou Hitler a fundar as tropas de assalto. Dessa forma, o vírus do nazismo foi implantado no exército boliviano antes que nas tropas de assalto da Alemanha.

Nas táticas paraguaias, um ensaio da II Guerra

Ao começar a guerra Hans Kundt tinha 63 anos. Nada mais era do que um *sargentão*, com todas as qualidades de um disciplinador prussiano. Seria um ótimo militar se não houvesse guerra: com rigores de um burocrata cuidadoso, organizou o exército boliviano dentro de uma disciplina formal — promoveu grandes e garbosos desfiles; colocou todos os livros em ordem; arranhou graus e cargos. Mas era incapaz de preparar um exército para a guerra, para a ação. Destacou-se na I Guerra Mundial na frente russa, mas dentro de um contexto militar que não exigia mais que o cumprimento de velhas regras militares, que já estavam completamente superadas no conflito do Chaco. Nunca soube entender que no Chaco acontecia um conflito muito especial, uma luta de espaço e movimento, onde o fator principal era a água.

Ele chegou à Bolívia em 1911, liderando uma Missão Militar Alemã que vinha substituir os franceses e foi agraciado com o título de coronel, chefiando o Estado-Maior Geral, que começaria a criar. Trabalhou na Bolívia durante 22 anos, afastando-se entre 1914 e 1920, para lutar na I Guerra Mundial, de onde voltou com maior prestígio — ilusório na prática, como se verá.

O nazismo já aparecia no Chaco antes de Hitler

O comandante do exército paraguaio no Chaco foi José Félix Estigarribia. Quando começou a guerra, Estigarribia tinha 44 anos — baixinho, humilde, tinha o braço esquerdo semiparalisado por um tiro recebido em 1911, quando aos 23 anos participou de uma das rebeliões paraguaias. Sóbrio, Estigarribia falava pouco e sempre usou um uniforme de campanha discreto, tendo como marca característica as mangas da blusa: curtas, os punhos bastante à mostra. Apesar de sua sobriedade e introspecção relacionava-se muito bem com a tropa. Paternalizava toda a tropa, aparecia na linha de frente com frequência, falava em guarani com qualquer soldado que o interpelasse: apesar de atender pessoalmente os seus homens nunca quebrou a disciplina, que manteve rigorosa. Aliás, o relacionamento dos oficiais paraguaios com a tropa era um dos contrastes mais marcantes que diferenciavam os dois exércitos.

Não são poucos os analistas militares que consideram Estigarribia um gênio militar. Alguns, como o capitão David Zook, professor de História Militar da Academia da Força Aérea dos Estados Unidos, considera Estigarribia precursor de Rommel. Na própria Alemanha — os nazistas acompanharam com muita atenção a guerra no Chaco, importante para indicar os povos métodos que estavam surgindo —, a revista *Militar Wochenblatt* destacava em artigo:

“A guerra do Chaco é a primeira guerra da História Universal em que se emprega de forma exclusiva a tração mecânica e que, também pela primeira vez, manifesta-se a importância insuspeita da pistola metralhadora, que influi de forma extraordinária no modo de combater com armas a pé.”

Sedentos, os bolivianos bebiam o próprio sangue

Em 1938 um pequeno avião da Missão Militar dos Estados Unidos sobrevoava o Chaco, fazendo um reconhecimento sobre o local da guerra. Em certo momento os militares perceberam grandes círculos brancos no chão, brilhando ao sol. Baixaram mais o avião e o reflexo do sol nos círculos brancos não os deixavam identificar realmente o que seria aquilo. Então, aterrizaram.

Os círculos brancos eram os esqueletos de 10 mil soldados bolivianos, mortos de sede. Os esqueletos estavam por toda parte; a caveira da cabeça semi-enterrada em um buraco — possivelmente o soldado esperava encontrar água no seu delírio de morte.

Eram os esqueletos dos bolivianos mortos no cerco de Carmen, em 1934.

Eles ficaram cercados numa zona hostil, seca, onde os arbustos mal atingiam dois metros, e os insetos enormes começavam a aparecer antes que os corpos se transformassem em cadáveres. Sem água, com fome, os soldados bolivianos, acostumados na imensidão dos Andes, estavam desesperados. Muitos sofriam alucinações, outros tiravam a roupa e com o olhar estatelado, as pupilas estranhamente dilatadas, esperavam que um milagre trouxesse água. Com as mãos nuas, outros sangravam os dedos, perdiam as unhas, cavando o chão seco e arenoso, na expectativa de encontrarem água; arrastavam-se de um canto a outro, rasgando as carnes inchadas pela fome, no chão eroso, sempre procurando água. Havia os que disputavam com a ferocidade dos moribundos a urina daqueles que ainda conseguiam urinar. Outros, cortavam a pele seca e gretada e chupavam seu próprio sangue.

Então o comando paraguaio resolveu dar o golpe de misericórdia e tomou Carmen.

Milhares de prisioneiros foram postos em fila, alguns tão fracos que se amontoavam nos mambembes caminhões. Eles avançaram pela Picada Yujhei (Caminho da Sede) morrendo com enorme sofrimento. Quando os primeiros caminhões dos paraguaios chegaram para resgatar os prisioneiros, trazendo água — a única coisa que poderia salvar aquelas vidas mortas —, a excitação provocou um grande tumulto dentro da loucura que a sede agravou e o líquido foi derramado e não pôde ser bebido.

Os mais fracos foram colocados em cima dos caminhões. Os outros arrastavam-se pela Picada Yujhei. Tão fracos estavam alguns, que caíam dos caminhões; eram mortos pelas rodas dos veículos que os iam amassando pelo caminho. A maioria, a língua inchada crescendo na boca, afastava-se para a margem da estrada e esperava a morte lambendo o chão; na insânia da sede esperavam inconscientemente encontrar água. Milhares de bolivianos tiveram as línguas inchadas a ponto de rasgarem-se nos dentes; por fim, morriam asfixiados. Era a sede terrível matando um povo de índios.

Os mortos eram disputados pelos poucos sobreviventes com mais forças: eles chupavam-lhes o sangue para mitigarem a sede. A coluna de cadáveres ambulantes dirigia-se com a pressa que era possível para a re-

* Jornalista, autor de “Genocídio Americano — A Guerra do Paraguai”. O presente texto contém trechos de seu novo livro, que está sendo lançado neste mês, pela Brasiliense.

taguarda paraguaia, único lugar onde havia água que poderia salvá-los. Arrastando-se, moribundos, com o pavor da morte acentuada pelos delírios da fome e da sede, alguns soldados-mártires da Bolívia ajoelhavam-se aos pés dos paraguaios e pediam que lhes urinassem na boca. Beber urina já era um fato comum nessa guerra suja — mas antes a urina era deixada esfriar um pouco. Agora, os soldados paraguaios mijavam diretamente na boca dos pobres irmãos bolivianos. Alguns comandantes paraguaios quando perceberam a tragédia, correram as filas pedindo economia na mijada! Pediam que um soldado economizasse sua urina para a boca de três ou quatro bolivianos.

E foi assim que, anos depois, um aviãozinho da Misão Militar dos Estados Unidos pôde ver mais um espetáculo folclórico das repúblicas de banana: os círculos de esqueletos brilhando ao sol...

Ao tempo em que os soldados bolivianos morriam de sede nessa marcha fantástica, o coronel Davi Toro, que exigiu que eles resistissem — sem atentar para a impossibilidade de cumprir a ordem sem abastecimentos, com um precário estado de saúde e sem água —, estava a alguns quilômetros, no seu quartel-general, em uma das muitas orgias que promoveu no Chaco. (Segundo depoimentos de oficiais e soldados bolivianos, Toro nesse dia tinha programado um "casamento burlesco" — o noivo foi ele próprio, a noiva uma índia. Toro, que nunca chegou perto de um campo de batalha, ficando em média a cinquenta quilômetros dos tiros, conseguiu com um golpe de estado ser presidente da Bolívia, em 1936.)

Os bolivianos morriam aos milhares: de sede ou conduzidos como gado ao matadouro por um comando incompetente. Afrontados pela indignidade de chefes como Davi Toro, que usurpou o título de "herói" para avalizar seu cargo de presidente do país depois — mas também, tendo a acompanhá-los na mesma tragédia alguns oficiais desesperados, como o tenente coronel Bavía.

Sem munições, com sua posição cercada em Cañada Tarija, os homens assustados morrendo de sede, o comportamento do coronel Bavía dá a dimensão do desespero trágico — e de despreparo militar — que caracterizava o exército boliviano. Quando estava completamente perdido, o tenente coronel Bavía deu esta ordem aos seus homens: "Disparem toda a munição, deixando o último cartucho para arrebentar os miolos. Que os inimigos passem sobre nossos cadáveres, antes que sobre nossa honra militar."

O desvairado comandante teve sua ordem desobedecida por alguns oficiais imediatos, que levantaram a bandeira branca da rendição. Simplesmente ele ditou uma mensagem para o telefonista transmitir ao quartel-general: "Para a glória da Bolívia, para que não me chamem de covarde, hei de deixar meus ossos no Chaco."

Em 12 de junho de 1935, celebra-se a paz provisória em Buenos Aires. A guerra está terminada: a vitória foi do Paraguai. Mas foi mesmo uma vitória? A resposta pode ser seguramente não. Paraguai e Bolívia perderam a guerra. O grande vencedor foi a *Standard Oil*, que conseguiu confirmar o petróleo boliviano para sua exploração e impôs ao Paraguai um contrato que vai deixar o Chaco nas suas mãos até o próximo século...

Quando a guerra acabou, além dos 353 milhões de dólares que empobreceram ainda mais as miseráveis repúblicas da Bolívia e do Paraguai, deixou um saldo de 90 mil mortos — se aceitarmos as estatísticas oficiais da Bolívia, que segundo muitos observadores militares estão bastante aquém dos números corretos. Oficialmente morreram 40 mil paraguaios e 50 mil bolivianos. O Paraguai mobilizou 150 mil homens; a Bolívia, 200 mil. Foram prisioneiros 25 mil bolivianos; os paraguaios só tiveram capturados 2,5 mil homens.

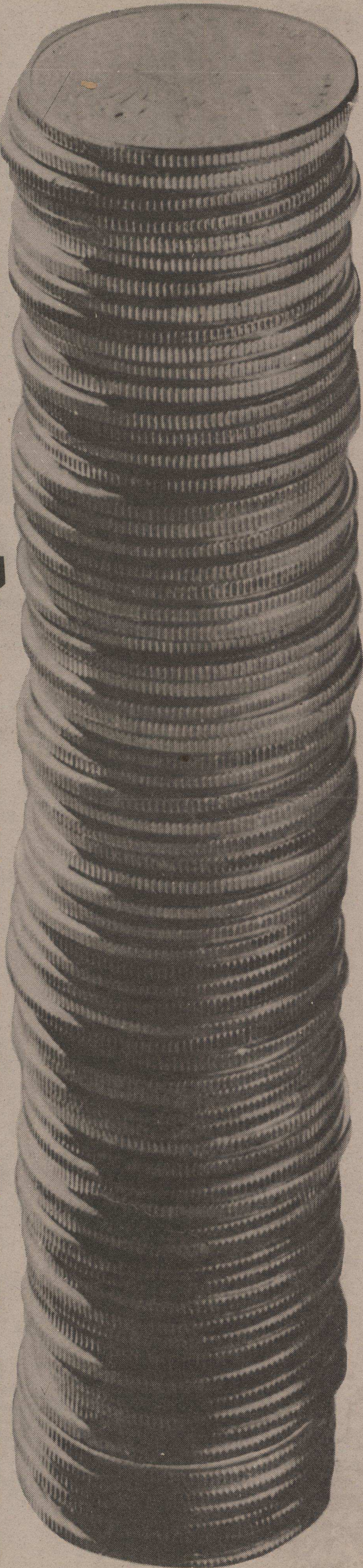
Essa estatística, porém, poderá ser alterada: algumas informações garantem que os bolivianos perderam mais de 100 mil homens, mobilizando cerca de 250 mil. De qualquer forma, a carnificina foi realizada e a guerra terminou: agora começa uma outra batalha — a da paz, onde vão lutar os interesses da *Standard Oil*, advogados por Spruille Braden, representante diplomático dos Estados Unidos, e Saavedra Lamas, ministro das Relações Exteriores da Argentina, defendendo a ambição da *Royal Dutch Shell* e do subimperialismo argentino.

No Chaco paraguaio qualquer pessoa pode ver os poços de petróleo lacrados pela *Standard Oil*. Pode sentar em cima deles e tirar fotografia. Os famintos do Paraguai, as vítimas da ditadura opressora, podem ir ao Chaco, arrastando sua miséria e pôr a mão em cima dos poços de petróleo que a *Standard Oil* está guardando — e poderá guardá-los improdutivos até o ano 2004.

Esta é a herança maior do Paraguai: a perda do seu petróleo. O país foi condenado à miséria, a não ter nenhum surto de progresso que poderia vir da exploração do petróleo. Porque, em 6 de outubro de 1944, pelo Decreto-lei nº 5.449, o Ministério das Obras Públicas do Paraguai assinou com a *Standard Oil Co of California* (uma das empresas da *Standard Oil of New Jersey*) um contrato que deu permissão à companhia dos Rockefeller de controle absoluto do petróleo em 80 mil quilômetros quadrados no Chaco Boreal. A *Oil Co.* perfurou cinco poços, não informou o resultado ao governo paraguaio e lacrou-os: O Paraguai somente poderá pensar novamente no petróleo do Chaco a partir de 6 de outubro de 2004, quando expira a concessão de 60 anos dada à *Standard Oil*.

Enquanto isso, não pode sequer, ter informação oficial sobre a potencialidade dos seus poços. Sabe-se que há petróleo, o que é evidente: não se sabe quanto, e nem como será viável a sua exploração. Este é um segredo que a *Standard Oil* guarda ciosamente.

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 33-16-02 e 33-26-02 e multiplique suas vendas na classe "A".



A FAMÍLIA VAI BEM, OBRIGADO

TEORIA CRÍTICA DA FAMÍLIA, de Mark Poster, Zahar, 1979, 251 p. trad. de Alvaro Cabral.

HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA, de Philippe Ariès. Zahar, 1978, 279 p. Trad. de Dora Flaksman.

Você decerto conhece o trote: te perguntam qual a diferença entre o navio, a tartaruga e a família. Você não sabe. O navio tem o casco em baixo, te dizem, a tartaruga o casco em cima. E a família? — você pergunta. A família, diz o espereto, vai bem, obrigado.

Será que a família vai mesmo bem? A esta pergunta se propõe responder Mark Poster, professor de História da Universidade da Califórnia, em *Teoria Crítica da Família*, que, apesar do título pomposo (e ambicioso), lê-se como interesse, inclusive, e sobretudo, porque representa um levantamento sucinto, mas completo e agradável, das principais teorias psicológicas, e mesmo sociológicas, que informam o pensamento moderno. Acrescente-se a isto a boa tradução de Alvaro Cabral e se terá um livro indispensável a toda uma gama de profissionais de diferentes áreas e ao público em geral.

Por que o título?

Teoria é óbvio, o A. é um teórico; *família* também é óbvio. Mas *crítica*, por quê? Porque a família está em crise, responde Mark Poster na introdução. A crise que menciona é visível a olho nu. Manifesta-se, por exemplo, na crise do casamento que apresenta (*Divorce à la Mode*, Andrew Hacker, *New York Review of Books*, 3 de maio de 1979) formas bizarras. Matrimônio aberto, ménage à trois, orgias omnissexuais, *swinging*. Além disto, hoje em dia, nos Estados Unidos, de cada dez casamentos, quatro terminam em divórcio. Quanto os filhos, melhor não tê-los, dizem os civilizados, especialmente se estes filhos são daqueles subdesenvolvidos que ameaçam superpovoar o globo: o que hoje se gasta em programas de controle da natalidade não

tem no gíbi. Os norte-americanos, em especial, desenvolveram um desgosto por filhos que se aproxima à aversão (*Time*, 5 de março de 1979). Nos Estados Unidos existe hoje uma Organização Nacional de Não-Pais, cuja sigla é NON, e cujo lema e *None is fun*: nenhum (filho) é divertido. O que não é divertida é a sorte das *battered children*, crianças espancadas (2.000.000 de casos por ano, nos EEUU). Isto sem falar na prostituição infantil e na produção de pornografia para crianças. Enfim, está mesmo na hora de entendermos o que se passa com a família.

Um dos obstáculos para isto, segundo o prof. Poster, é a fraqueza das teorias sobre a família nos campos da História, da Sociologia e da Psicologia. Poster examina várias destas teorias. Sua perspectiva é marxista, ou pelo menos apoiada no materialismo histórico; sua análise, sóbria, sem nada do panfletário que costuma caracterizar obras deste gênero. A discussão sobre Freud é exemplar. Poster mostra como a teoria de Freud pode tornar inteligíveis as estruturas emocionais da família, as limitações desta teoria sendo de natureza histórica e social, já que a psicanálise representa: "1) uma prática terapêutica baseada na cura de um indivíduo; 2) uma compreensão errônea do indivíduo em sua relação com a sociedade." (P. 21) Já a análise marxista tem o grande mérito de vincular o estudo da família ao modo de produção, mas não leva em suficiente conta os aspectos instintivos, emocionais. Os chamados freudiano-marxistas (Reich e Mercuse, principalmente) procuraram superar este óbice. Nos Estados Unidos, diz Poster, o conceito freudiano de família sofreu uma mudança em direção à psicologia do ego, o que na prática quer dizer: menos instintos (ou menos revolta) e mais ajustamento. O róseo Talcott Parsons é o principal teórico dos valores sociais da classe média; a seu lado, Poster coloca — surpreendentemente, talvez — Erik Erikson, um psicanalista preocupado com os problemas de identidade, especialmente dos jovens, segundo Poster, para Erikson, as exigências da crise de identidade suplantam as exigências de justiça social (p. 91).

Poster faz também uma revisão da escola francesa de psicanálise (Lacan, Dolto, Mannoni, Deleuze, Guattari), tornando acessível as idéias por vezes complicadas destes controvertidos autores. Particularmente interessante, para quem está na área de comunicação, são as idéias do antropólogo Bateson (grupo de

Palo Alto, Califórnia). Para ele, a esquizofrenia resulta de uma patologia da comunicação que dá origem a um duplo vínculo (*double bind*), uma situação em que um emissor, emocionalmente importante, produz uma mensagem com dois sentidos contraditórios, o que deixa o receptor confuso e "esquisito"; por exemplo, a mãe que fisicamente repele o filho, mas que ao mesmo tempo queixa-se de não ser amada por ele. As idéias de Laing são aí também analisadas — corretamente, a meu ver, dada a importância que o psicanalista inglês atribui aos nós (*knots*), da comunicação. Finalmente, Mark Poster traz suas próprias idéias sobre a família, usando quatro modelos históricos: o aristocrático, o comonês, o burguês, o proletário. Neste ponto, é interessante acoplar ao seu texto a leitura do livro de Philippe Ariès.

Ariès é antes de mais nada uma figura curiosa. De profissão especialista em informações agrícolas, é um historiador de horas vagas que atingiu extraordinário sucesso; além disto, homem de direita, mas respeitado pela esquerda (*Nouvel Observateur*, 20 de fevereiro de 1978). Como Foucault, Ariès faz uma *história da mentalidade*, e para isto recorre a pinturas, velhos diários, testamentos, registros de igrejas. É uma história de supra-estrutura, a que ele faz — mas a faz muito bem. Demonstra que a infância, tal como a conhecemos, é um fenômeno recente. Até o século XVIII, a criança saía dos primeiros anos de vida diretamente para o mundo dos adultos. Só depois daquele século é que surge o sentimento de família, a preocupação com os filhos, a moral burguesa e, sobretudo, a escola, a educação (à qual Ariès confere muito valor).

Voltando ao livro de Poster, ele termina analisando a família neoburguesa, com seus valores e suas formas de opressão. Conclui que não adianta querer mudar a família sem mudar a sociedade: "Faz-se necessária uma comunidade democrática em que as relações de família possam encontrar vastas fontes de apoio. As relações entre marido e mulher e entre pais e filhos devem libertar-se de seu caráter possessivo e devorador". (p. 222).

A família deve livrar-se de seus cascos. É preciso que avance, não a passo de tartaruga, mas como um navio em alto mar, sujeito a borrascas, mas, em todo o caso, com horizontes ilimitados. Só assim se poderá dizer que a família vai bem, obrigado.

Moacyr Scliar

REGISTRO

GUERRA DE GUERRILHAS NO BRASIL, de Fernando Portela. Originalmente esse trabalho foi publicado como reportagem, em jornal de São Paulo. Ampliado, com novas informações é um documento indispensável para quem pretende saber alguma coisa da história brasileira atual. Global Editora, 260 páginas, Cr\$ 240,00.

A VIDA DE ANTONIO GRAMSCI, de Giuseppe Fiori. Paz e Terra. Essa biografia do fundador do Partido Comunista Italiano já foi traduzida em diversas línguas e mostra sua história humana, menos conhecida, mas nem por isso menos importante. Cr\$ 230,00, 360 páginas.

O INCÊNDIO, de Jorge Andrade. Nessa peça de teatro, o autor escreve sobre o passado para falar no presente, numa denúncia permanente do fanatismo, da intransigência, do medo. Global Editora, 98 páginas.

OS EXPURGOS DA UFRGS — UNIVERSIDADE E REPRESSÃO, Publicado pela Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul esse livro conta à opinião pública brasileira "uma das páginas mais vergonhosas de nossa história recente". Da L&PM, 96 páginas, Cr\$ 90,00.

CHINA x VIETNÃ, de Ernest Mandel, Enio Bucchioni e Elisabeth Marie. Na segunda parte, Nahuel Moreno apresenta um novo enfoque sobre a revolução chinesa e indochinesa. Editora Versus, Cr\$ 170,00, 170 páginas.

MEMÓRIAS, Gregório Bezerra. Trata-se da primeira parte das memórias de um dos membros mais atuantes do Partido Comunista Brasileiro, compreendendo o período de 1900 a 1945. Civilização Brasileira, 340 páginas, Cr\$ 250,00.

ALVORADA OPERÁRIA, de Edgar Rodrigues. Traz ao leitor um panorama geral dos congressos operários no Brasil e uma visão de sua trajetória para a conquista de seus direitos. Editora Mundo Livre, 350 páginas.

PHUTATORIUS, de Jaime Rodrigues. Romance que recebeu o primeiro lugar no Segundo Prêmio Érico Veríssimo, promovido pela Editora Globo, de Porto Alegre. Tem 204 páginas, Cr\$ 140,00.

SETE CANDELABROS DE OURO, de Tassilo Orpheu Spalding. O autor, que leciona na Universidade de Moji das Cruzes, recebeu com esse romance o segundo prêmio do concurso da Editora Globo em homenagem a Érico Veríssimo. 160 páginas, Cr\$ 120,00.

TORTURA, HISTÓRIA DA REPRESSÃO POLÍTICA NO BRASIL, de Antônio Carlos Fon. A primeira edição esgotou-se rapidamente nas livrarias de todo o Brasil e a segunda já está pronta. Quase todo o livro foi publicado na revista *Veja*, valendo ao autor um processo baseado na Lei de Segurança Nacional. Global Editora, Cr\$ 70,00, 80 páginas.

RELATÓRIO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA, de Michel Bon e Antoine d'Arc. Depois de maio de 1968, na França, mudou a atitude do público em geral em relação ao homossexualismo. Pelo menos se pode concluir, após ler esse livro que faz uma abordagem psicossociológica e psicanalítica dessa realidade. Interlivros, 380 páginas.

GREVE DE MASSA E CRISE POLÍTICA (Estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo — 1953 — 54), de José Alvaro Moisés. "Os dois trabalhos deste livro mostram onde e como o agente histórico dominado, o proletariado, é, ao mesmo tempo, o agente da liberação e da história que se abre para o futuro." Editora Polis, 170 páginas.

ENFOQUES MATERIALISTAS DA BÍBLIA, de Michel Clévenot. A bíblia aqui aparece em seu processo de fabricação (de produção), formada de textos envolvendo grupos sociais diferentes e muitas vezes antagonísticos, mas que podem esclarecer as "práticas" atuais. Paz e Terra, 164 páginas, Cr\$ 120,00.

PRESTES EM REBELIÃO PELO BRASIL

A COLUNA PRESTES, MARCHAS E COMBATES, de Lourenço Moreira Lima, Editora Alfa-Omega, Cr\$ 385,00.

"Companheiros: a Revolução vencerá! Perseveremos calmamente, resolutamente, indefinidamente. O espírito divino da rebeldia que levamos através de todo o Brasil, nessa marcha formidável de perto de quatro mil léguas, combatendo dia-a-dia, permanecerá eternamente vivo no coração do povo, desse povo humilhado, explorado e escravizado, para quem a vida tem sido um desdobramento secular de todas as misérias; povo de párias curvados duramente a uma minoria audaciosa de senhores terozes e desumanos".

Com esta profissão de fé, Lourenço Moreira Lima encerra sua obra **A Coluna Prestes, Marchas e Combates**, lançada em 1934, com segunda edição esgotada em 1945 e que a Editora Alfa-Omega lança agora, em tão boa hora, em sua terceira edição, ampliada com um caderno especial, contendo fotos e documentos colecionados de diversos arquivos.

Lourenço Moreira Lima, cognominado de **O Bacharel Feroz**, advogado e secretário da Coluna Prestes, acompanhou a longa caminhada dos rebeldes, presente e atento a todos os momentos e lutas por que passou aquele punhado de homens idealistas e bravos, registrando no papel ou arquivando na memória o dia-a-dia do movimento, tornando-se, assim, no real cronista do empreendimento, o que dá à sua obra um caráter apaixonado e detalhista que torna sua leitura uma aventura fascinante.

No prefácio à edição de 1945 e reproduzido na atual, Jorge Amado afirma que "só Lourenço Moreira Lima poderia ter escrito este livro. Não só porque foi ele o secretário da Coluna, porque fez toda a marcha e depois o exílio, como porque só o seu temperamento, a sua paixão revolucionária, sua fidelidade a Prestes permitiriam o fogo que alimenta estas páginas por vezes desalinhas, por vezes desordenadas, mas sempre cheias de vida vivida, de quente humanidade".

Tendo exercido a advocacia no Acre e no Pará, por mais de dez anos, Lourenço Moreira Lima encontra-se no Rio e São Paulo em fins de 1922, envolvendo-se, então, nas conspirações que surgiam des-



tinadas a combater o regime oligárquico. Preso quando tentava alcançar as forças que haviam abandonado a cidade, só conseguiu a liberdade cinco meses após, dirigindo-se, de imediato, para a Foz de Iguaçu, conseguindo chegar àquele local somente quando Catanduvas já havia caído. Incorpora-se à Coluna Prestes, com o posto de Capitão, sendo logo investido nas funções de secretário. A partir de então, Lourenço Moreira Lima inicia o trabalho de registrar, passo-a-passo, devotada e minuciosamente, todo o desenvolvimento da Grande Marcha através dos sertões. E, ao longo dessa caminhada, vão-se delineando, com suas fraquezas e virtudes, mas com nitidez histórica, os vultos de Luiz Carlos Prestes, Miguel Costa, João Alberto, Juarez Távora, Siqueira Campos, entre outros, sem esquecimento das figuras humildes que, por seu devotamento e heroísmo, marcaram suas presenças na Coluna: "Como o ordenança do Dr. Pinheiro Machado, que no combate do Cipó, deixou-se matar, para que fosse salvo o patrão que embalara em criança e era sua única afeição na vida; ou aquele Zé Viúvo, voluntário maranhense, ferido em Piancó, que, ficando aleijado, fez toda a campanha até a Bolívia, marchando de muletas e designado, a pedidos reiterados seus, para o serviço de sentinela perdida, era surpreendido pelos oficiais, sentado dentro do mato, por não se poder manter

de pé, o fuzil sobre as pernas, as muletas ao lado, atento e vigilante..."

O livro de Lourenço Moreira Lima não é a seca descrição de uma campanha; não é a árida crônica de um movimento rebelde, carregada de termos técnicos ou militares. Ao contrário, é a narrativa viva e apaixonada de uma plêiade de homens movidos por um ideal comum: a queda das oligarquias e a busca de um estado onde reine o Direito, a Liberdade e a Justiça. É um livro que se lê com o interesse e o fascínio de um romance, ainda que assentado na veracidade dos fatos. É justamente esta característica que faz com que Jorge Amado coloque Lourenço Moreira Lima ao lado de um John Reed, quando fala do seu fim dramático e desumano: "Nos dias desgraçados do estado Novo, Lourenço Moreira Lima morreu acuada num esconderijo, usando outro nome. Morreu perseguido como um revolucionário fiel a seu destino e aos seus ideais. Foi uma bem digna morte para um companheiro de Luiz Carlos Prestes, incomunicável no martírio da sua cela triangular no Pavilhão dos Tuberculosos da Penitenciária. Não se pode jamais desligar o nome do 'Bacharel Feroz' da revolução brasileira. Ele está ao lado do nome de Prestes, assim como o de John Reed está ao lado do nome de Lenine".

Carlos Carvalho

GENÉTICA PARA O LEIGO

VOCÊ E SUA HERANÇA, de Francisco M. Salzano, editora Civilização Brasileira, Cr\$ 100,00.

O geneticista tem contribuído com seus conceitos para aprimorar os mais diversos campos da biologia humana, como a Antropologia, Psicologia, Sociologia. É precisamente neste contexto que surge agora **Você e sua Herança**, do cientista Francisco M. Salzano, professor do Instituto de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A intenção do livro é transmitir alguns conhecimentos genéticos que o autor adquiriu com seus estudos, reunidos numa obra de popularização desse setor científico. Mesmo leigos no assunto poderão aprender algo que na maioria dos livros é apresentado de forma complexa e difícil acesso.

Na contracapa, são apresentados os principais temas abordados: evolução, seleção, conceito de raça — detalhadamente analisado —, miscigenação, diagnóstico pré-natal, problemas genéticos causados pela poluição ambiental, conceito de inteligência, a "melhoria" genética de populações e a visão futura da possibilidade do advento do "admirável mundo novo" orientado pela genética. Deixou de se salientar que foram amplamente abordados os dados à disposição sobre populações brasileiras em todos os aspectos. Aliás, o professor Salzano é especialista no assunto, tendo publicado em co-autoria com N. Freire Maia, o livro "Populações Brasileiras", pela Cia. Editora Nacional, de São Paulo.

Os quatro primeiros capítulos, em que são analisados aspectos de conceituação e limites da biologia humana, bem como o desenvolvimento dessa ciência no ensino e na pesquisa no Brasil, são bastante estereis para leigos, mas de grande interesse para quem de alguma forma estiver ligada a esse campo, ou quiser aprofundar seus conhecimentos.

Ao começar a desenvolver os conceitos propriamente ditos, a leitura se torna mais fluente e agradável, com exceção da disposição de tabelas no fim do livro, em vez de inseridas no texto: a leitura precisa ser interrompida, sendo causa de distração ou perda da página do texto.

Bernardo Eardtman

Os dez dias que abalaram o mundo, a origem do capital, a nova mulher e outros assuntos reunidos numa coleção revolucionária.

COLEÇÃO BASES, da GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA. Textos relevantes, acessíveis ao grande público, nos mais diversos domínios, necessários à sua formação cultural básica.

A1 JOHN REED "DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO" 2ª edição O mais vivo relato jamais publicado dos dramáticos acontecimentos que tiveram lugar na Rússia em 1917. Cr\$ 100,00	A2 MAIA KOVSKI "POÉTICA — COMO FAZER VERSOS" Trata-se da mais importante obra teórica de Maia Kovski. Cr\$ 70,00	A3 KARL MARX "A ORIGEM DO CAPITAL: A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA" Mostra objetivamente de que modo teve início o processo de acumulação do capital. Cr\$ 90,00	A4 MARTA HARNECKER "O CAPITAL — CONCEITOS FUNDAMENTAIS" A autora propõe um rigoroso plano de leitura destinado àqueles que se iniciam no seu estudo. Cr\$ 130,00 MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA LAPIDOS E OS TROVITIANOV	A5 TURGOT "REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS RIQUEZAS" Karl Marx "TEORIA DA MAIS VALIA: OS FISIOCRATAS" Cr\$ 110,00
A6 ALEXANDRA KOLLONTAI "A NOVA MULHER E A MORAL SEXUAL" Alexandra, porta-voz de uma visão ideológica de classe. Cr\$ 90,00	A7 LEON TROTSKI "COMO FIZEMOS A REVOLUÇÃO" Os métodos, a organização e a estratégia utilizados na Revolução de Outubro. Cr\$ 80,00	A8 WILHELM REICH "PSICOPATOLOGIA E SOCIOLOGIA DA VIDA SEXUAL". Cr\$ 180,00	A9 LENIN "AS TRÊS PARTES CONSTITUTIVAS DO MARXISMO" Cr\$ 65,00	A10 STALIN "MATERIALISMO DIALÉTICO E MATERIALISMO HISTÓRICO". Cr\$ 60,00

A11 V.I. LENIN "COMO ILUDIR O POVO" Um vigoroso discurso no qual o autor procura desmistificar os slogans de liberdade e igualdade. Cr\$ 50,00	A12 DIFERENÇA ENTRE AS FILOSOFIAS DA NATUREZA EM DEMÓCRITO E EPICURO — Marx Neste ensaio, um Marx ainda jovem tenta estabelecer diferenças entre dois antigos pensadores à luz de seus ideais de liberdade. Cr\$ 80,00	A13 F. ENGELS "DO SOCIALISMO UTOPICO AO SOCIALISMO CIENTÍFICO" Uma linha definida desde o socialismo como teoria até sua aplicação prática na sociedade. Cr\$ 65,00	A14 AS LIÇÕES DE OUTUBRO Trotsky Trotsky, neste livro analisa a revolução russa, estraiendo dela algumas conclusões marcantes. Cr\$ 80,00	A15 A LIBERTAÇÃO DA MULHER Machel, Kollontai, Posadas, Lafargue, Kapo e outros. Vários estudos sobre a situação da mulher em nossa sociedade. Um documento de conscientização tanto para o homem quanto para a mulher. Cr\$ 90,00
A16 SOBRE LITERATURA E ARTE Marx-Engels A literatura e a arte colocados dentro de um contexto político e social, através da análise clara dos dois autores. Cr\$ 90,00	A17 SOBRE A MULHER Marx, Engels, Lenin A situação da mulher, vista por três grandes pensadores modernos, sem vincular-se aos devaneios das lutas feministas de revista. Cr\$ 100,00	A18 MATERIALISMO HISTÓRICO E MATERIALISMO DIALÉTICO Althusser - Badiou Um estudo profundo enquadrando os dois aspectos fundamentais do materialismo. Cr\$ 80,00	A19 AS REVOLUÇÕES INACABADAS DA AMÉRICA LATINA Fals Borda Uma coletânea de textos onde o autor procura analisar os erros e fracassos em que incorreram esses movimentos. Cr\$ 80,00	A20 TORTURA Antonio Carlos Fon A história da repressão política no Brasil. Cr\$ 70,00

Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados com um X:

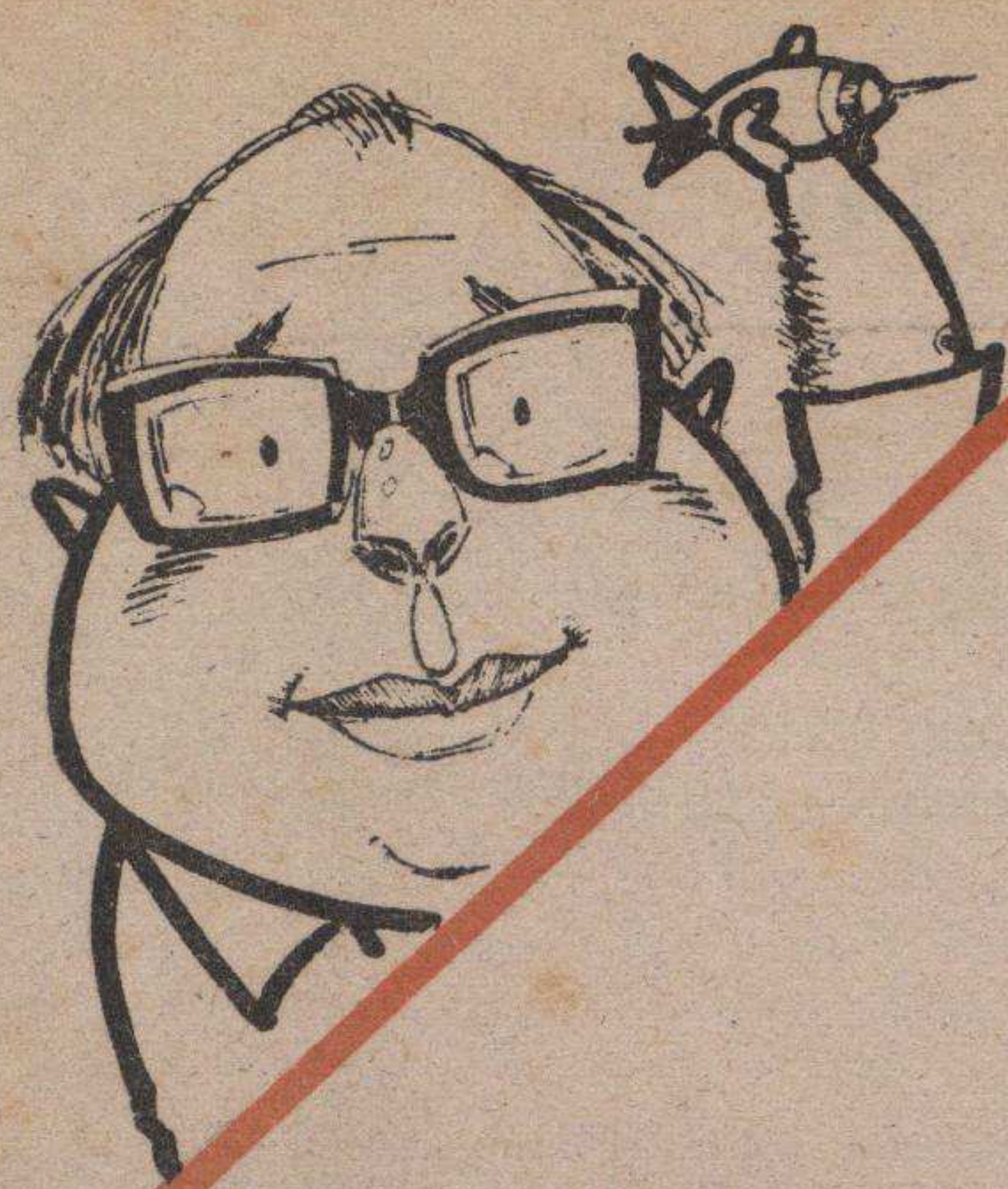
A1.....A2.....A3.....A4.....A5.....A6.....A7.....A8.....A9.....A10.....A11.....A12.....
A13.....A14.....A15.....A16.....A17.....A18.....A19.....A20.....

NOME:.....
RUA:..... BAIRRO:.....
CIDADE:..... CEP:..... ESTADO:.....

Global Editora e Distribuidora Ltda.
Rua Comendador Conjuá, 372
90.000 — Alegre — RS

ASSINATURA

Posto logo no Correo



NO ESCURO

FINALMENTE:
O FIM DO TÚNEL!

NÓS FICAMOS
COM O BRIZOLA,
O ARRAES, O LULA,
O BROSSARD...

PERAI, O LULA
É NOSSO!

QUEM É QUE
QUER O LEMBO?

EU PRIMEIRO!
EU PRIMEIRO!

EU QUERO
O QUÉRCIA, O
ARRAES, O...

E O ULYSSES?

TE FEGO
NA SAÍDA!

VOCES FICAM
COM O SIMON,
O MONTORO...

PARECE QUE
VAMOS MESMO
SAIR DESTA...

CONTANDO, É CLARO, QUE
ELES NÃO DISPAREM
PRIMEIRO